



JACQUELINE ALVES DE JESUS

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL-PNAES NOS INSTITUTOS  
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DA METODOLOGIA DE  
IMPLEMENTAÇÃO DO IFNMG

**Brasília-DF**  
**2016**



**JACQUELINE ALVES DE JESUS**

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL-PNAES NOS INSTITUTOS  
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DA METODOLOGIA DE  
IMPLEMENTAÇÃO DO IFNMG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Kipnis

**Brasília-DF  
2016**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AJ19p      Alves de Jesus, Jacqueline  
PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL- PNAES  
NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: um estudo da  
metodologia de implementação do IFNMG / Jacqueline  
Alves de Jesus; orientador Bernardo Kipnis. --  
Brasília, 2016.  
135 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em  
Educação) -- Universidade de Brasília, 2016.

1. Política Pública. 2. Assistência Estudantil. 3.  
Educação. 4. Institutos Federais de Educação. I.  
Kipnis, Bernardo , orient. II. Título.



Programa de  
Pós-Graduação  
em Educação



Universidade de Brasília  
Faculdade de Educação

JACQUELINE ALVES DE JESUS

PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL-PNAES NOS INSTITUTOS  
FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DA METODOLOGIA DE  
IMPLEMENTAÇÃO DO IFNMG

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

**APROVADO EM 17/06/2016**

BANCA EXAMINADORA:

---

Orientador: Dr. Bernardo Kipnis  
Faculdade de Educação – FE/UnB

---

Profa. Dra. Olgamir Francisco de Carvalho  
Faculdade de Educação – FE/UnB

---

Profa. Dra. Maria Cristina Madeira da Silva  
Instituto Federal de Brasília

---

Dr. Remi Castioni (suplente)  
Faculdade de Educação – FE/UnB

**Brasília, 17 de junho de 2016**

## AGRADECIMENTOS

Chegar a esse momento e escrever os agradecimentos é sem dúvida uma alegria inenarrável, simboliza, dentre muitos outros aspectos, que alguns passos na trajetória infinita em busca do saber foram avançados. O caminho desse mestrado se revelou, em muitos momentos, árduo, mas também engrandecedor ao me possibilitar conhecer e transpor limites; reconhecer e colher afetos e, sobretudo ter mais fé. Sabemos que uma trajetória consistente não se faz isolada, a construção desse trabalho tornou-se possível porque não caminhei só, por isso externo aqui minha gratidão:

A Deus, soberano, fonte de todo saber, que orchestra nosso caminho e nos fortalece.

Aos meus pais, Joana e Domingos, pelo imenso amor, cuidado e orações que sempre me amparam e me dão suporte para acreditar e seguir na luta...

À minha irmã, Janaina Alves, que dia a dia, demonstra com seu viver, força e discernimento que é uma guerreira. Grata por não me deixar desistir!

Ao meu irmão, Vandaik Alves, e seu jeito irreverente, pelo apoio constante e colaboração.

Às minhas amigas Keu, Alessandra, Júnia, Sônia e Wânia, pela paciência, apoio e contribuições, mas, acima de tudo, pela disponibilidade demonstrada, ajuda, afeto e por me fazerem ver que era possível superar as limitações. Perceber a amizade sincera de vocês (com certeza!) foi um dos frutos mais belos e significativos que colhi nesse caminho. Gratidão, amigas!

À fantástica Lidinei, pela inefável contribuição nos momentos críticos e sem inspiração. Você foi fundamental para eu romper com o “bloqueio” e achar uma luz nessa escrita.

À querida Eliane, pela solicitude e revisão zelosa. Obrigada pelas sugestões, seu olhar perfeccionista contribuiu muito.

Ao José Nailton, pela presteza, profissionalismo e aportes no trato dos dados quantitativos da pesquisa.

Ao meu orientador Bernardo Kipnis, pela paciência, compreensão e cuidadosa orientação. Estou muito grata por entender meus entraves e me ajudar a conquistar esse sonho.

Aos meus colegas do Mprof, pelo compartilhar de conhecimentos, alegrias, dificuldades e força... Em especial a Juliane, Girlane, Rosilândia e Betânia pela colaboração recíproca. “Tamo juntas”.

À colega Fabiene, por toda atenção e torcida. Foi uma dádiva te conhecer e dividir angústias, alegrias e o quarto na Colina da UnB.

A minha amiga de longa data, Pathy, pela presença, preocupação e força constantes.

Às professoras Olgamir Francisco de Carvalho e Maria Cristina Madeira da Silva, pelas valiosas contribuições a este trabalho como membros da banca.

Aos meus colegas servidores do IFNMG/*Campus* Pirapora, por todo companheirismo e torcida, principalmente a Gracy e Regis e aqueles do meu setor.

Aos servidores do IFNMG/*Campus* Montes Claros e Reitoria, pela disponibilização dos dados do Programa e pela participação na pesquisa.

Aos discentes do IFNMG/*Campus* Pirapora, beneficiários do Programa, por responderem ao questionário com presteza e sinceridade. A percepção de vocês foi fundamental e dá sentido ao trabalho.

Enfim, sou grata a todos os amigos, familiares e colegas. A todas as pessoas que me ajudaram de alguma forma: espiritualmente, através de orações ou transmitindo energias positivas. Concluir esse trabalho agrega a minha jornada um “capítulo” muito significativo para além da titulação, mas na edificação de um ser humano melhor, logo, o sentimento que perdurará é de enorme gratidão por essa vivência.

Celebremos!

*“Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”*

*(João Guimarães Rosa em Grande Sertão:  
Veredas)*

## RESUMO

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado com a finalidade de democratizar o acesso e favorecer a permanência do aluno no ambiente escolar por meio da concessão de benefícios diversos que supram suas necessidades básicas. O PNAES concede, também, incentivos de cunho pedagógico e sociais para que os alunos tenham êxito no percurso educacional. Com base no conhecimento dessa política pública, buscou-se nesse estudo analisar o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG no que tange à forma como foi implementado, a partir do olhar da gestão, dos profissionais que são responsáveis pela sua execução e dos alunos atendidos/beneficiados, buscando conhecer a visão que esses atores possuem em relação a essa importante ferramenta de inclusão social na educação. Os objetivos específicos almejados foram: realizar levantamento (mapeamento) das formas de implementação do PNAES nos IFs; caracterizar o Programa de Assistência Estudantil do IFNMG e sua implementação; identificar os aspectos relevantes, fragilidades e implicações da metodologia deste; investigar a percepção do aluno atendido pelo Programa de Assistência Estudantil do IFNMG/*Campus* Pirapora quanto à sua forma de execução e a participação dele no referido Programa e, por fim, propor mudanças na metodologia de execução do Programa a partir dos resultados da pesquisa. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa participante, de cunho qualitativo e quantitativo, bibliográfica e documental. As ferramentas utilizadas para a coleta de dados foram o questionário, grupo focal e entrevista semiestruturada. Estabeleceu-se como hipóteses as seguintes premissas: a metodologia adotada pelo IFNMG, quanto ao Programa de auxílios, tem aspectos falhos que geram lentidão no processo, sobretudo, no atendimento do aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica; a ausência de um sistema informatizado contribui para a morosidade da seleção, dificultando assim, o acompanhamento da frequência mensal dos alunos e, conseqüentemente, o pagamento dos auxílios; a realização de entrevista no processo é relevante para uma seleção mais justa e contribui para o levantamento de demandas para outros serviços da Assistência Estudantil; a avaliação da execução anual do Programa nos *Campi* é frágil, sem uma sistematização dos dados de forma científica; a ausência de um espaço para representação discente não possibilita a participação, sugestões e contribuições quanto à operacionalização do Programa pelo público-alvo. Obteve-se como resultado da pesquisa a afirmação de algumas premissas, por exemplo, há o consenso de que o Programa não tem cumprido totalmente sua função por causa de impasses como morosidade e burocracia na seleção, e isto, é devido à ausência de um sistema informatizado e escassez de recursos humanos, além do atraso dos pagamentos mensais. Portanto, a metodologia de implementação do PNAES no IFNMG precisa ser revista em razão dos pontos falhos apontados, objetivando o aperfeiçoamento de seu processo e, por conseguinte, a melhoria dos serviços prestados aos alunos. Neste sentido, o produto técnico dessa pesquisa é uma proposta de uma redefinição da metodologia de execução do Programa no IFNMG em três pontos centrais: a atualização da regulamentação interna e ampliação do controle social; otimização do processo de inscrição, acompanhamento e sistematização dos dados e a avaliação por meio de relatórios semestrais ou anuais.

Palavras Chaves: Política Pública; Assistência Estudantil; Educação; IFs;

## ABSTRACT

The National Programme of Student Assistance (PNAES) was created in order to democratize access and favors the permanence of the student in the school environment by granting various benefits that meet their basic needs. The PNAES grants also educational and social nature of incentives for students to succeed in the educational route. Based on the knowledge of this public policy, it sought in this study to analyze the Student Assistance Program of the Federal Institute of Education, Science and North Technology Minas Gerais - IFNMG regarding the way it was implemented, from the look of management, professionals who are responsible for its implementation and the students served / benefit, seeking to know the vision that these characters have in relation to this important tool for social inclusion in education. The desired specific objectives were to carry out a survey (mapping) of the forms of implementation of PNAES in IF's; characterize the Student Assistance Program IFNMG and its implementation; identify relevant aspects, weaknesses and implications of this methodology; investigate the perception of students attended the Student Assistance Program IFNMG / Campus Pirapora in form of execution and his participation in the Program and, finally, to propose changes in program implementation methodology from the search results. This study is characterized as a participant research, qualitative and quantitative nature, literature and documents. The tools used for data collection were the questionnaire, focus group and semi-structured interview. It was established as the following assumptions: the methodology adopted by IFNMG, as the aid program, has flawed aspects that generate slowness in the process, especially in the care of the student in socioeconomic vulnerability; the absence of a computerized system contributes to the slow selection, thus making it difficult to monitor the monthly frequency of students and hence the payment of aid; the interview of accomplishment in the process is relevant to a fair selection and contributes to raising demands for other services of the Student Assistance; the evaluation of the annual implementation of the program in Campi is fragile without a systematization of data in a scientific manner; the lack of a space for student representation does not allow the participation, suggestions and contributions on the implementation of the program by the target audience. It was obtained as a result of research the claim of some premises, for example, there is a consensus that the program has failed to fulfill fully its function because of deadlocks and delays and bureaucracy in check, and this is due to the absence of a system computerized and shortage of human resources in addition to the delay of monthly payments. Therefore, the implementation methodology of PNAES in IFNMG needs to be revised because of weaknesses pointed out, aiming to improve its process and therefore the improvement of services provided to students. In this sense, the coach of this research product is a proposal for a redefinition of the program's implementation methodology at IFNMG on three central points: the updating of the internal regulations and expansion of social control; optimization of the application process, monitoring and systematization of data and assessment through semi-annual or annual reports.

**Keywords:** Public Politic; Student Assistance; Education; IF's

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Mapa de abrangência do IFNMG, por Mesorregião.....	37
<b>Figura 2:</b> Área de abrangência do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais por microrregião.....	38
<b>Figura 3:</b> Área de abrangência do IFNMG- <i>Campus</i> Pirapora.....	43
<b>Figura 4:</b> Mapa Distribuição geográfica dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFs, por região.....	57
<b>Figura 5:</b> Benefícios previstos no Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES.....	58
<b>Figura 6:</b> Benefícios da Assistência Estudantil concedidos pelos Institutos Federais.....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Opinião quanto à divulgação dos editais de seleção.....	88
<b>Gráfico 2:</b> Avaliação geral do processo de seleção do programa de AE.....	89
<b>Gráfico 3:</b> Transparência do processo de seleção dos alunos para recebimento dos auxílios da AE.....	90
<b>Gráfico 4:</b> Satisfação ou insatisfação quanto ao período de inscrição (tempo disponível).....	91
<b>Gráfico 5:</b> O preenchimento do questionário socioeconômico feito manualmente gera uma morosidade (demora) no processo de seleção.....	92
<b>Gráfico 6:</b> Subdivisão dos recursos em tipos de auxílios.....	94
<b>Gráfico 7:</b> Recebimento mensal das parcelas.....	95

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Oferta de benefícios pelos IFS subdivididas nas modalidades.....	60
<b>Tabela 2:</b> Faixa etária dos inscritos no PNAE/2015 – <i>Campus</i> Pirapora.....	78
<b>Tabela 3:</b> Município de residência dos inscritos.....	79
<b>Tabela 4:</b> Antecedentes escolares alunos inscritos.....	80
<b>Tabela 5:</b> Autodeclaração de raça/cor.....	80
<b>Tabela 6:</b> Renda familiar <i>per capita</i> mensal.....	81
<b>Tabela 7:</b> Tipo de imóvel de residência familiar.....	81
<b>Tabela 8:</b> Quantidade de inscritos para renovar o auxílio.....	82
<b>Tabela 9:</b> Percentual de alunos pesquisados por curso.....	83
<b>Tabela 10:</b> Modalidade de curso dos pesquisados.....	83
<b>Tabela 11:</b> Forma de ingresso no IFNMG.....	84
<b>Tabela12:</b> Modalidade de Ingresso pelo Sistema de Reserva de vagas.....	85
<b>Tabela 13:</b> Município de residência dos pesquisados.....	85
<b>Tabela 14:</b> Renda per capita das famílias dos pesquisados.....	86
<b>Tabela 15:</b> Auxílios recebidos pelos alunos pesquisados.....	86
<b>Tabela 16:</b> Tempo de participação no Programa de Assistência Estudantil.....	87
<b>Tabela 17:</b> Meios de informações/divulgação do Programa de Assistência Estudantil.....	87
<b>Tabela 18:</b> Satisfação do processo de seleção dos auxílios da AE por meio de edital.....	91
<b>Tabela 19:</b> Ausência de sistema informatizado contribui para morosidade da seleção e dificulta acompanhamento da frequência mensal.....	93
<b>Tabela 20:</b> Funcionamento do Programa.....	96
<b>Tabela 21:</b> Funcionamento do programa no <i>Campus</i> de Pirapora.....	97
<b>Tabela 22:</b> O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES contribui para a promoção da inclusão social pela educação.....	98
<b>Tabela 23:</b> Comentários sobre a relevância ou não do Programa.....	99

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Apontamentos do Seminário a serem encaminhados ao CONIF.....	27
<b>Quadro2:</b> Demandas Resultantes do Trabalho Realizado nos Seminários.....	31
<b>Quadro 3:</b> Informações Gerais, por população, IDH-M, área territorial Dados básicos.....	39
<b>Quadro 4:</b> Relação de cursos e respectivo número de alunos matriculados em 2015.....	42

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APL – Arranjos Produtivos Locais  
CAE – Coordenação de Assistência Estudantil  
CEFET - Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica  
CEPE - Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão  
CF - Constituição Federal  
CONIF - Conselho Nacional de Reitores dos Institutos Federais  
CONSUP - Conselho Superior  
DPEPT – Diretoria de Formulação e Políticas de Educação Profissional e Tecnológica  
FDE - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IF - Instituto Federal  
IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas  
LDBENEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
MDS - Ministério de Desenvolvimento Social  
MEC - Ministério da Educação  
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional  
PIB - Produto Interno Bruto  
Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil  
PNE - Portador de Necessidades Especiais  
PROEJA - Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos  
PROEJA - FIC - Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos -  
Formação Inicial e Continuada  
Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  
QSE - Questionário Socioeconômico  
SAGU - Sistema Acadêmico de Gestão Unificada  
SENCE - Secretaria Nacional de Casa de Estudantes  
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
2.1 PANORAMA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: CONCEPÇÕES, DIMENSÕES.....	20
2.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO, AMPARO LEGAL E SUA INSERÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA- IFs.....	23
2.3 CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PNAES: FASE DE IMPLEMENTAÇÃO.....	33
<b>3 O IFNMG: CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNAES.....</b>	<b>36</b>
3.1 IFNMG E SEUS ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS.....	36
3.1.1 <i>Campus Montes Claros</i> .....	40
3.1.2 <i>Campus Pirapora</i> .....	41
3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PNAES NO IFNMG: DESCRIÇÃO E ASPECTOS GERAIS DA IMPLEMENTAÇÃO.....	45
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	48
4.1 A PESQUISA EM SEUS ASPECTOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS.....	48
4.2 PROCEDIMENTOS.....	51
4.3 TRATAMENTOS DOS DADOS.....	53
<b>5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>	<b>55</b>
5.1 APONTAMENTOS SOBRE AS FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PNAES NOS IFs.....	55
5.2 A IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFNMG SOB A ÓTICA DA GESTÃO E EQUIPE DE EXECUÇÃO.....	63
5.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES SOLICITANTES/INSCRITOS NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG <i>CAMPUS</i> PIRAPORA EM 2015.....	77

5.4 A PERCEPÇÃO DO ALUNO ATENDIDO PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG- <i>CAMPUS</i> PIRAPORA.....	82
<b>6 PRODUTO TÉCNICO .....</b>	<b>104</b>
6.1 SISTEMA INTEGRADO DE INSCRIÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG.....	107
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICES A:</b> Memorando de solicitação de Autorização para utilização dos dados do questionário socioeconômico dos alunos inscritos no edital 04/2015 do Programa de Assistência Estudantil do <i>Campus</i> Pirapora.....	115
<b>APÊNDICES B:</b> Autorização para utilização dos dados do questionário socioeconômico dos alunos inscritos no edital 04/2015 do Programa de Assistência Estudantil do <i>Campus</i> Pirapora.....	116
<b>APÊNDICE C:</b> Roteiro Questões Norteadoras do Grupo Focal.....	117
<b>APÊNDICE D:</b> Roteiro Entrevista semiestruturada–Gestão.....	118
<b>APÊNDICE E:</b> Questionário “Percepção do beneficiário do PAE-IFNMG- <i>Campus</i> Pirapora/2015.....	119
<b>APÊNDICE F:</b> Termos de Consentimentos Livre e Esclarecido: Alunos, Gestão e Grupo Focal.....	127
<b>ANEXO I:</b> Questionário Socioeconômico-QSE 2015- Programa de Assistência Estudantil IFNMG <i>Campus</i> Pirapora.....	129

## 1 INTRODUÇÃO

A educação, como dimensão constituinte da vida social, é abarcada em sua relação com o trabalho. Carvalho (2003, p.15) argumenta que “a categoria trabalho, na sua acepção mais ampla, se constitui em eixo para compreensão do caráter e do sentido dos processos educacionais que ocorrem na sociedade e, de modo particular, na escola”. A política educacional constitui-se numa estratégia de intervenção do Estado e resulta também da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação e, assim, buscar uma educação emancipadora.

A educação no Brasil se estabelece no bojo da contradição, com acepções e políticas diferentes em seus contextos históricos. O panorama atual que foi delineado a partir da Constituição Federal - CF de 1988 (BRASIL, 1988) que, em seu artigo 205, pontua a Educação como direito de todos, dever do Estado e da família, e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A CF evidencia ainda, como princípio a seguir, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Em 1996, reafirmando esse princípio, surge a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBENEN), nº 9.394/96e, dentre outras garantias, estabelece ainda o atendimento ao educando por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim, a educação -como direito social- passa pela intervenção do Estado que através de políticas públicas deve viabilizar o acesso à educação e à permanência do aluno. Atualmente, vivemos em uma sociedade com grandes desigualdades sociais e, por isso, ela é marcada pela escolarização e por esperar que a escola seja de igual acesso a todos os cidadãos (FERREIRA, POCHMANN, 2011).

Diante dessa expressiva estratificação social no Brasil, ao final de 2007, foi criado e regulamentado um programa pelo Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES. Tal Programa constitui-se como uma política pública que tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na escola. Dentre os seus objetivos, destacam-se o de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Em 2008, houve uma expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia- IFs passaram a integrá-la, e a partir de 2010, passaram executar o PNAES. No entanto, a forma de implementação não foi sistematicamente orientada, cabendo a cada instituição de ensino, desde que respeitassem as orientações gerais do decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2014), estabelecer seus critérios e metodologia para execução dessa política. E por essa razão, há uma diversidade de formas de execução dessa política e poucas referências que discorrem sobre este aspecto na literatura.

Na tentativa de levantar esse debate e agregar informações a esta lacuna, este estudo teve como objetivo geral analisar o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS, 2012) quanto à metodologia de implementação e suas implicações, e, como finalidade, analisar a Política de Assistência Estudantil em funcionamento na instituição, a partir do olhar da gestão, dos profissionais que a executam e dos alunos atendidos/beneficiados. Assim, tal estudo buscou responder aos seguintes questionamentos:

- Como se deu a implementação do PNAES no IFNMG?
- A metodologia de implementação do Programa de Assistência Estudantil utilizada pelo IFNMG está adequada à finalidade do Programa?
- O Programa atende satisfatoriamente aos alunos beneficiados?
- Quais fragilidades e dificuldades encontradas na execução da política?
- Quais pontos podem ser mudados para otimizar a operacionalização do Programa?

Para alcançar essas respostas, elencamos os objetivos específicos deste estudo:

- Realizar levantamento (mapeamento) das formas de implementação do PNAES nos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Caracterizar o Programa de Assistência Estudantil do IFNMG e sua implementação;
- Identificar os aspectos relevantes, fragilidades e implicações da metodologia de implementação do Programa de Assistência Estudantil adotada pelo IFNMG;
- Investigar a percepção do aluno atendido pelo Programa de Assistência Estudantil do IFNMG/*Campus* Pirapora quanto à sua forma de execução e a participação dele no referido Programa;

- Propor mudanças na metodologia de execução do Programa a partir dos resultados da pesquisa.

Infracitado, elencamos algumas hipóteses corroboradas ou não que nortearam por este estudo:

- A metodologia adotada pelo IFNMG, quanto ao Programa de auxílios, tem aspectos falhos que geram lentidão no processo, sobretudo, no atendimento do aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

- A ausência de um sistema informatizado contribui para a morosidade da seleção, dificultando assim, o acompanhamento da frequência mensal dos alunos e, conseqüentemente, o pagamento dos auxílios;

- A realização de entrevista no processo é relevante para uma seleção mais justa e contribui para o levantamento de demandas para outros serviços da Assistência Estudantil;

- A avaliação da execução anual do Programa nos *Campi* é frágil, sem uma sistematização dos dados de forma científica;

- A ausência de um espaço para representação discente não possibilita a participação, sugestões e contribuições quanto à operacionalização do Programa pelo público-alvo.

A problemática emergiu a partir da prática cotidiana como Assistente Social da instituição e tornou-se uma discussão relevante para analisar o Programa através dos atores que o executam e de seu público-alvo, conhecer suas fragilidades, implicações e perspectivas com vistas ao aprimoramento de sua metodologia de implementação. Portanto, reconhecer a problemática supracitada é demonstrar as inquietações que surgiram a partir de realidades concretas, ou seja, da prática como membro da equipe que executa o Programa. A participação, nesse caso, tornou-se uma importante ferramenta para o repensar dos problemas vivenciados por todos os atores envolvidos na execução do referido Programa.

Além desta Introdução onde estão contidos o objetivo geral, os objetivos específicos e as hipóteses, este trabalho está estruturado nas seguintes principais seções:

A seção 2, Referencial Teórico, traz o Panorama da Assistência Estudantil no Brasil: Concepções, Dimensões e apresenta –brevemente- o histórico da Assistência Estudantil no Brasil e sua inserção nos Institutos Federais de Educação. Segue-se com uma discussão sobre o ciclo das políticas públicas e o PNAES, onde há um destaque para a fase de implementação.

Na seção 3 é feita uma contextualização do local da pesquisa, a partir dos aspectos sociodemográficos do IFNMG, aborda dados dos *Campi* Montes Claros e Pirapora e é feita

uma caracterização do PNAES, a descrição e aspectos gerais de sua implementação na instituição.

Já na seção 4, caminhos metodológicos, é abordado a metodologia que norteou a pesquisa em seus aspectos qualitativos e quantitativos, procedimentos e tratamento dos dados.

A seção 5, análise e discussão dos dados da pesquisa empírica, está subdividida em quatro partes, sendo elas: apontamentos sobre as formas de implementação do PNAES nos 38 IFs do Brasil; a implementação e execução do Programa de Assistência Estudantil no IFNMG sob a ótica da gestão e equipe de execução; Perfil socioeconômico dos discentes solicitantes/inscritos no Programa de Assistência Estudantil do IFNMG/*Campus* Pirapora em 2015, e por fim, a Percepção do aluno atendido pelo Programa de Assistência Estudantil do IFNMG/*Campus* Pirapora.

A seção 6 é o Produto Técnico, no qual é proposto a redefinição de alguns pontos da metodologia de implementação do Programa e o esboço de um Sistema Integrado de inscrição, monitoramento e avaliação da Assistência Estudantil no IFNMG.

O trabalho se encerra com as Considerações Finais onde se faz uma síntese dos resultados da pesquisa e sugestões que eventualmente possam contribuir para melhorias na execução do programa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 PANORAMA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: CONCEPÇÕES, DIMENSÕES

A revisão da literatura sobre a Assistência Estudantil apresenta concepções diversas. Para alguns autores ela é entendida como um programa seletista e focalizado e para outros é compreendida como política social. Cavalheiro (2013) elaborou em sua dissertação de mestrado, um quadro (Definições sobre Assistência Estudantil, p. 27/28) elencando o conceito de 10 autores no período de 2000 a 2012. Ele sintetiza bem o panorama conceitual.

Lima (2000, s.n) com base da discussão de proteção social de Sposati (1997) apresenta o conceito:

Entendemos assistência como a possibilidade de proteção social através de subsídios, apoio, orientação, referência. Esta relação de proteção social ocorre tanto nas relações informais de famílias, de parentesco, entre outras, quanto através de uma legislação social que garanta direitos e exija que o Estado arque com um conjunto de serviços e benefícios. As garantias sociais asseguradas pelo Estado conformam o que se denomina de seguridade social ou a garantia da cidadania plena, com direitos de proteção social garantidos a todos. (LIMA, 2000, s.n)

Já Araújo e Bezerra (2007, p.5) afirmam que a Política de Assistência Estudantil “vem sendo redefinida e marcada por uma profunda deterioração em seus programas básicos (alimentação e moradia estudantil)”. Esse programa rende frutos dos esforços de entidades engajadas na luta de efetivação dos direitos na área da educação, tais como a União Nacional dos Estudantes – UNE e a Secretaria Nacional de Casa de Estudantes – SENCE que defendem a Assistência Estudantil como uma política pública fundamental, não restrita à permanência, mas também que abarque a formação completa dos estudantes.

Na perspectiva de programa de apoio, direito social e política essencial inseridos na tríade de ensino, pesquisa e extensão, Faro (2008) considera a Assistência Estudantil como estratégia de atendimento aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica:

A política de Assistência Estudantil consiste em um conjunto de princípios, objetivos e diretrizes e métodos que orientam a estratégia institucional de provimento e soluções às necessidades do estudante em situações de vulnerabilidade [...], materializando-se em um amplo programa de apoio, atualmente em várias frentes e desenvolvendo-se de modo intersetorial, possibilitando acesso, permanência e a conclusão, proporcionando experiências teóricas e práticas que preparem para a cidadania e para futuras inserções no mundo do trabalho. (FARO, 2008, s.n)

Em óptica semelhante, Araújo et al (2010) apresentam uma concepção de Assistência Estudantil com vista à inclusão pela educação ao argumentar que o compromisso social do Estado com os alunos deve estar não só no acesso, mas também na garantia de sua permanência através desta política pública, tornando-a necessária.

Em seu trabalho, Nascimento (2010, p.1) contribui para o cumprimento do compromisso social das instituições de ensino superior e a compreende “como sendo uma modalidade da Assistência Social, que envolve a discussão sobre o acesso e a permanência do estudante no ensino superior, uma vez que é interpretada sob o olhar do direito à Educação Superior e à Assistência Social”.

Contrariamente a essa interpelação Cislaghi e Silva (2011) são categóricos:

Um equívoco em relação à Assistência Estudantil é relacioná-la com a Assistência Social, de acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742 de 1993. Essa concepção transforma a Assistência Estudantil em uma política de “combate à pobreza” [...] no interior da universidade (CISLAGHI; SILVA, 2011, p. 16).

Nessa discussão, Souza (2011) pondera que a Assistência Estudantil como política social inscrita no capitalismo tem natureza contraditória já que tanto pode ser um espaço de concretização de direitos e, ao mesmo tempo, ser funcional à acumulação do capital e à conservação do status vigente.

A UNE (2011) apresenta uma visão ampliada e enxerga as políticas de Assistência Estudantil como um direito social e como a garantia política de cidadania e dignidade humana. Nesse sentido, ela deve estar inserida na práxis acadêmica, com ações articuladas com o ensino, a pesquisa e a extensão. Em consonância com essa concepção Silveira reforça que,

Considerando que a política pública é formada por um conjunto de diretrizes afiançadas por lei que possibilita a promoção e garantia dos direitos do cidadão, a Assistência Estudantil que se concretiza por meio dos serviços sociais e se evidencia como uma política de direito. (SILVEIRA, 2012, p.2)

A partir dessas definições, Cavalheiro (2013) explora a Assistência Estudantil em 05 linhas de concepção, a saber:

(i) A Assistência Estudantil, enquanto política social, destinada a um público específico;

(ii) Crítica à Assistência Estudantil, como uma ação focalizada de enfrentamento da pobreza, com proliferação de bolsas de transferência de renda aos estudantes;

(iii) A Assistência Estudantil, como um esforço para prover condições de equiparação de oportunidades aos estudantes no ensino universitário, de forma a amparar estudantes em vulnerabilidade social;

(iv) A Assistência Estudantil, como um programa de apoio junto às políticas institucionais no âmbito da Educação;

(v) A Assistência Estudantil vista como assistência social na universidade.

A mesma autora destaca ainda que o ponto de intercessão entre os autores é o entendimento da Assistência Estudantil como direito social, inserida na política de Educação pública, com o propósito de enfrentar as desigualdades sociais na perspectiva de uma equidade, porém, as ações desenvolvidas ainda são focalizadas.

Nessa lógica, a Assistência Estudantil, segundo Alves (2002) e Costa (2009), visa a apoiar, através de transferências diretas de recurso financeiro e/ou por meio de serviços e atendimentos, os estudantes de baixa condição socioeconômica, favorecendo sua permanência e a redução dos trancamentos e evasão.

Neste trabalho, compartilhamos da perspectiva de Assistência Estudantil pontuada por Vasconcelos (2010) e Souza (2011):

A Assistência Estudantil, enquanto **mecanismo de direito social**, tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula (VASCONCELOS, 2010, p. 8, grifo nosso).

A Assistência Estudantil [...] transita em todas **as áreas dos direitos humanos**, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como, moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (SOUZA, 2011, p. 3, grifo nosso).

Essas definições estão alinhadas na concepção (i) da Assistência Estudantil na condição de política social bem como o disposto no Programa Nacional de Assistência Estudantil -PNAES- que orienta e regula as ações atualmente desenvolvidas nos IFs.

## 2.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO, AMPARO LEGAL E SUA INSERÇÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA- IFs

Em termos históricos, a Assistência Estudantil no Brasil tem seu registro legal a partir da Constituição de 1934, na qual o Estado destinou recursos para a aplicação em auxílios a alunos necessitados. Já a Constituição de 1946 (BRASIL, 2014) em relação à assistência aos estudantes, definiu em seu artigo 172 que cada sistema de ensino deveria ter, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional de modo a garantir o sucesso escolar dos alunos necessitados.

Na década de 60, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 4.024 (LDBENEN), estabeleceu alguns serviços médicos, odontológicos e de enfermagem aos educandos e também bolsas gratuitas para custeio integral ou parcial de seus estudos. Essas ações configuraram-se como uma primeira ideia de política de assistência estudantil.

Na década de 70, foi criado o Departamento de Assistência Estudantil no Ministério de Educação-MEC com o objetivo de implementar melhorias nos atendimentos aos estudantes, buscando ofertar programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica.

Já a década de 80 é marcada pelos movimentos sociais que fortaleceram a luta por direitos sociais, dentre eles, o direito à educação e assistência social. O país vivenciava um sucateamento das universidades, minimização de recursos e capital para custeio e de descompromisso do Governo Federal. Neste contexto de pressão, é criado, em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (Fonaprace) que passou a fomentar o desenvolvimento de ações de Assistência Estudantil. No entanto, a década de 90 é marcada por prejuízos às políticas sociais, como pontua Abreu (2012), momento em que diversos programas sociais sofreram cortes financeiros devido aos problemas econômicos do país.

Em 2001, em termos regulatórios, é criado o Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como um dos seus objetivos a melhoria na qualidade de ensino e redução da desigualdade social no acesso e permanência na escola. O PNE também estimulava as instituições públicas para criarem bolsas-trabalho para os estudantes que obtivessem bom desempenho acadêmico.

Neste percurso, o Fonaprace com seu trabalho nas instituições de ensino superior, discussão e fortalecimento das ações a partir de pesquisas do perfil dos estudantes das universidades brasileiras realizadas em 1996, 1997, 2003, 2004 e 2010 (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2004; 2008), teve grande influência política e institucional no processo de luta para construção de uma Política Nacional de Assistência Estudantil, e também contribuiu com o desenvolvimento de documentos e estabelecimentos de políticas. E em 2007, através da Portaria Normativa/MEC nº 39/2007, é instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que foi regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010.

É relevante destacar que o PNAES é produto da luta de movimentos sociais, dentre eles o movimento estudantil. Registra-se a luta da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Secretaria Nacional de Casa de Estudantes (SENCE) (ARAÚJO; BEZERRA, 2007) pela efetivação da assistência ao educando como direito.

O estabelecimento de uma política nacional figura como um marco histórico importante, porquanto as ações passam a ser direcionadas por ela e os recursos para sua implementação são assegurados pelo Estado.

Para além da questão legal, Vargas (2011) ressalta que a Assistência estudantil assume a acepção de investimento governamental a médio e longo prazo, auxiliando na melhoria financeira e reduzindo os índices de pobreza e desigualdade social. Parente (2013, p. 18), reforça que “enquanto mecanismo de direito social, a assistência estudantil tem por finalidade disponibilizar os recursos necessários para a superação de obstáculos e impedimentos ao bom desempenho acadêmico”.

O PNAES, conforme o Decreto nº 7.234/2010, tem a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, são meios para alcançar esse objetivo: a democratização das condições de permanência dos jovens, a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais, a conclusão da educação

superior, a redução das taxas de retenção e evasão e ainda a contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (incisos I a IV do artigo 2º).

Os princípios que regem o Plano Nacional de Assistência Estudantil (2007/2008) são os seguintes:

- I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- II) a gratuidade do ensino;
- III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
- IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- IX) o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2007).

A Assistência Estudantil, alicerçada nestes princípios, rompe com a concepção de apenas um programa de transferência de recursos financeiros ou atendimento pedagógico, social e psicológico a alunos pobres. Essa política é fruto da luta dos movimentos sociais que defendem melhores condições de vida a todos e acesso à educação pública e de qualidade. É, portanto, um mecanismo de direito que possibilita à qualificação profissional, com vista ao desenvolvimento social, ao favorecer a permanência dos alunos com baixas condições socioeconômicas e suas ascensões. (ABREU, 2012; VASCONCELOS, 2010).

O PNAES definiu que as ações de assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. E a escolha da metodologia e dos critérios de seleção dos alunos caberão a cada instituição de ensino. Pontua também que tais ações devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Por conseguinte, estabelece como atendimento prioritário os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram incluídos no Programa Nacional de Assistência Estudantil, através do Decreto nº 7.234, conforme segue:

Art. 4º As ações de Assistência Estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010)

O primeiro registro de discussões sobre a implementação do PNAES nos Institutos Federais de Educação data de 2010, no evento oficial denominado Seminário Nacional de Assistência Estudantil: “Construção de Princípios e Diretrizes” que foi realizado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Ensino (FDE) do Conselho Nacional de Reitores dos Institutos Federais (CONIF), na cidade de Fortaleza/CE, nos dias 06 e 07 de dezembro. Conforme o Relatório do seminário, participaram do evento representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC, Reitores dos Institutos Federais, Dirigentes de Ensino, gestores e servidores que respondiam pelas ações de assistência estudantil nas instituições da Rede Federal.

O relatório (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ENSINO, CONIF, 2010, p.2) explicita que o seminário foi organizado em 05 momentos para discussões e construções, a saber: o primeiro momento teve como objetivo discutir/apresentar os marcos legais e conceituais essenciais à construção de políticas de assistência estudantil; o segundo momento, conhecer o papel dos profissionais diretamente envolvidos com a assistência estudantil e as possibilidades do trabalho integrado. O terceiro momento foi para munir os representantes dos IFs de informações relacionadas ao financiamento da Assistência Estudantil (fonte de recursos, matriz orçamentária, critérios de distribuição dos recursos na matriz orçamentária, aplicação dos recursos, possibilidades, rubricas e categorias de despesa).

No quarto momento, foi realizada uma discussão acerca dos elementos essenciais à construção de uma Política de Assistência Estudantil. E no quinto e último momento, foram elaboradas propostas de diretrizes para a construção de Políticas de Assistência estudantil da Rede Federal – EPCT. Os momentos foram realizados por meio de mesas redondas, debates e trabalho em grupos e resultaram os seguintes encaminhamentos:

**Quadro 1:** Apontamentos do Seminário a serem encaminhados ao CONIF

**Apontamentos retirados do Seminário a serem encaminhados para CONIF a título de contribuição para discussão nacional sobre Assistência Estudantil:**

- a AE destina-se a todos os estudantes matriculados na Rede, prioritariamente os em situação de vulnerabilidade social;
- a rubrica de AE destinada via custeio e aplicada/empenhada nos IFs, prioritariamente, para o atendimento aos estudantes em vulnerabilidade;
- democratização do acesso, permanência e êxito, inserção socioprofissional: serão expressões/conceitos padronizados e utilizados na Rede EPCT;
- ações de AE devem ser articuladas com as questões de acesso e egresso;
- elaborar um novo decreto de PNAE para os IFs, a ser apresentado para CONIF e SETEC;
- acrescentar no item saúde o conceito: saúde biopsicossocial;
- no novo Decreto, ao invés de utilizar o termo “ações”, utilizar “linhas de ação”;
- manter as linhas de ações já constantes no Decreto e acrescentar outras: saúde biopsicossocial; acompanhamento biopsicossocial e pedagógico; apoio pedagógico (material didático, encaminhamento para estágio, dentre outros);
- o item fomento à participação político-acadêmica ficará fora do novo Decreto, porque é inerente à especificidade de alguns profissionais;
- serão atendidos estudantes regularmente matriculados, fazer esta inclusão no novo Decreto;
- auxílio material ou financeiro para o estudante deve ser repassado mês a mês para o estudante, e não após determinado período de “prestação de serviço”, porque este não é o caráter da AE;
- incluir linha de ação “auxílio financeiro” – ao fechar o documento, apurar a terminologia na direção de garantir alguma redação que dê conta de permitir o repasse direto de recursos financeiros aos estudantes;
- fortalecer o aumento, ano a ano, do orçamento da AE, sem indexar percentual extra ao orçamento dos IFs. Nada impede que cada IF faça sua opção em incrementar a rubrica carimbada;
- constituição de equipe básica multiprofissional em cada *Campus* (psicólogo, pedagogo, assistente social) em uma perspectiva de trabalho integrado;
- necessidade de fazer um estudo de acesso na Rede EPCT;
- elaborar a minuta do novo Decreto de AE para a Rede EPCT;
- elaborar o documento final de diretrizes de AE para Rede EPCT;
- estabelecer relação deste Fórum (de Assistência Estudantil) com o Fórum Educação no Campo, para que não se estabeleçam discussões separadas;
- tornar sistemático o encontro de profissionais que trabalham com AE, com encontros nacionais e regionais;
- estabelecer um GT para dar continuidade e tornar orgânico os encaminhamentos tirados do Encontro;
- o GT deve finalizar o documento, marcar um novo encontro deliberativo (participação ampla e definição quantitativa de votos por IF, ou seja, direito a voz diferente de direito a voto) com as pessoas deste Encontro para validar o documento, depois levar a conhecimento do CONIF para validar o documento;
- prazo para o GT finalizar os encaminhamentos: dezembro/2010, com tempo para consulta dos participantes que participaram do Encontro para validar o referido documento;
- primeira semana de abril/2011: II Seminário de AE, dar continuidade às discussões com a presença do GT e de um representante de cada IF.

**Fonte:** Relatório Seminário Nacional de Assistência Estudantil: “Construção de Princípios e Diretrizes”, 2010

O seminário propõe a criação de decreto específico para a Rede Federal de EPCT, a criação das diretrizes operacionais e a institucionalização de um Grupo de Trabalho (GT)

Nacional de Assistência Estudantil, com o objetivo de construir/sistematizar as diretrizes nacionais dos Institutos Federais para Assistência Estudantil.

Em relação às configurações da Assistência Estudantil no âmbito da SETEC/MEC, Cavalheiro (2013) esclarece que não temos muitos referenciais que possibilitem fazer afirmações quanto ao desenvolvimento de ações de Assistência Estudantil no âmbito da Rede Federal. Entretanto, ela faz alguns apontamentos relevantes a partir da análise de fontes secundárias – documentos institucionais e da sua participação em eventos ligados à Assistência Estudantil. Ressalta que, com base em documentos institucionais, tais como memorandos, ofícios, circulares e atas de eventos, no que tange aos Institutos Federais, a Assistência Estudantil é tratada de forma compartilhada entre a Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal e a Diretoria de Políticas de Educação Profissional, uma vez que os Institutos Federais estão vinculados à SETEC.

Destaca-se que as discussões sobre a Assistência Estudantil acontecem há 25 anos, são coordenadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, possui uma Coordenação Nacional e coordenações regionais junto às cinco regiões do Brasil: sul, centro-oeste, nordeste, norte e sudeste (FONAPRACE, 2012).

Ainda com base nos documentos institucionais, observou-se que a implementação das ações do PNAES se deu sem uma equipe, um profissional, ou um órgão responsável por uma gestão sistêmica da Assistência Estudantil nos Institutos Federais. Fato este que suscitou nos gestores reivindicações constantes, visto que eventos para discussões e trocas de experiências na implementação da política pelos Ifs já vinham acontecendo. (CAVALHEIRO, 2013).

Acredita-se que os primeiros direcionamentos para implementação da Política nos Ifs estão contidos no Ofício Circular nº 21/2011/DPEPT/SETEC/MEC, de 10 de fevereiro de 2011, expedido pela Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. Ele trazia instruções sobre o desenvolvimento das ações do PNAES na Rede EPCT, por exemplo, determinava o custeio das bolsas do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos-PROEJA e PROEJA-FIC (Formação Inicial e Continuada com o Ensino Fundamental) além das ações previstas pelo PNAES, com recursos do Decreto nº 7.234/2010.

O Ofício Circular nº 21/2011/DPEPT/SETEC/MEC apud Cavalheiro (2013, p. 44) de 10 de fevereiro de 2011, elencou as recomendações:

- utilizar os recursos da Ação Orçamentária 2994 – Assistência ao Educando para garantir a assistência ao aluno do PROEJA, sem a necessidade de encaminhamento de Termo de Cooperação, antes exigido;
- instituir regulamentação própria para “concessão” de Assistência Estudantil, estabelecida através de critérios claros e justos, estimulando a permanência do estudante;
- decidir, mediante critérios adequados, considerando a realidade econômica e social na qual está inserida a instituição e o perfil do público a ser atendido;
- buscar a orientação de um assistente social que se debruce sobre o tema;
- definir regras e critérios para a suspensão e/ou cancelamento do benefício em casos de infrequência habitual injustificada;
- repassar diretamente do valor (pecúnia, bolsas) ao estudante, periodicamente, em datas pré-definidas, não excluindo a possibilidade de atender aos estudantes através de restaurantes universitários, moradia estudantil, material em espécie ou “qualquer outra iniciativa típica da Assistência Social”;
- informar aos estudantes a dinâmica da concessão de benefícios;
- atrelar o recurso às informações contidas no SISTEC- Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica, que deverá estar com a alimentação de dados atualizada; (SETEC/MEC, 2011, apud CAVALHEIRO, 2013, p. 44)

A SETEC deixou que as definições ficassem a cargo das instituições, tais como, o número de estudantes a ser contemplado, a forma de ingresso no programa, a instituição de regulamentação própria com critérios de acesso e forma do repasse financeiro, quais tipos de benefícios serão ofertados, bem como a organização, planejamento e destinação dos recursos em si. Isso demonstra uma “autonomia” dada às instituições ao passo que deixa explícita a inexistência de uma discussão coletiva em nível nacional sobre a Assistência Estudantil e sua implementação nos IFs.

Ainda em 2011, foi enviado Ofício Circular nº 42/2011/GAB/SETEC/MEC, de 03 de maio de 2011, Assistência Estudantil – complementação de orientações contidas no ofício circular n.º 21/2011/DPEPT/SETEC/MEC. De acordo com Cavalheiro (2013), o ofício trouxe muitas dúvidas aos gestores quanto a implementação do PNAES porque ele menciona uso dos recursos para outros programas criados na rede na época (por exemplo, PRONATEC e Mulheres Mil), o texto era confuso, com partes desconexas e apresentava erros como a data. O ofício trazia as seguintes recomendações:

- não exigência da contrapartida laboral do estudante;
- as ações de Assistência Estudantil podem ser potencializadas por atividades de pesquisa e extensão vinculadas ao ensino, o qual é o foco principal da Assistência Estudantil;
- recomendação da aprovação, pelos conselhos superiores, de uma regulamentação específica para a Assistência Estudantil, envolvendo os setores da assistência social, da coordenação pedagógica e da psicologia, com critérios claros de acesso dos estudantes de origem popular. (DPEPT/SETEC/MEC, 2011 apud CAVALHEIRO, 2013, p.45);

Esclarece-se, que nessa última recomendação, o Conselho Superior (CONSUP) mencionado é o órgão colegiado de deliberação única e máxima na estrutura administrativa dos Institutos Federais. Há também um equívoco quanto à nomenclatura de Serviço Social, ao se referirem a ele, utilizaram o termo assistência social.

Ademais, o documento apresenta a visão da SETEC sobre sua concepção de Assistência Estudantil:

As ações de Assistência Estudantil devem viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras de alunos das classes populares, especialmente os oriundos do meio rural, pertencentes a comunidades indígenas, (DPEPT/SETEC/MEC, 2011 *apud* CAVALHEIRO, 2013, p.46)

A análise de conteúdo dos regulamentos, políticas e documentos oficiais dos 38 (trinta e oito) IFs disponíveis em seus sites oficiais mostra a diversidade na implementação, gestão e operacionalização das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil na Rede EPCT como se verá nos próximos tópicos.

Retomando às discussões nacionais, nos meses iniciais de 2011, com o Grupo de Trabalho-GT- já estabelecido, dedicaram-se à elaboração do decreto e das diretrizes nacionais para a Assistência Estudantil na Rede EPCT. O GT foi formado por 10 membros, sendo dois representantes de cada região do Brasil, um representante gestor, e o outro, o profissional que atua na área de assistência estudantil. De acordo com o documento que foi encaminhado ao CONIF, o grupo se reuniu em janeiro e fevereiro de 2011 e consolidou as contribuições dos membros da equipe. Todavia, esse trabalho não avançou e em face do aumento de demandas na área da Assistência Estudantil, no ano de 2013, um grupo de gestores dos IFs propôs a retomada dos trabalhos ao CONIF e, assim, este organizou o “I Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede Federal” (2013), realizado em Goiânia nos dias 18,19 e 20 de março de 2013.

As discussões do Seminário em Goiás ratificaram as demandas e questões previamente identificadas no Seminário de Fortaleza indicando como fundamentais os 05 seguintes aspectos:

**Quadro2:** Demandas Resultantes do Trabalho Realizado nos Seminários

<b>DEMANDAS RESULTANTES DO TRABALHO REALIZADO NOS SEMINÁRIOS</b>	
<b>ASPECTOS</b>	<b>TÓPICOS DISCUTIDOS, PROPOSIÇÕES, ENCAMINHAMENTOS</b>
<b>Concepção de Assistência Estudantil</b>	<p>A Assistência Estudantil é entendida numa perspectiva da educação como direito em compromisso com a formação integral do sujeito. <b>Configura-se como uma política pública</b> que estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes.</p> <p>A Assistência Estudantil destina-se aos estudantes matriculados na Rede EPCT, independente de nível e modalidade de ensino, <b>prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, entendendo-se vulnerabilidade social</b> como: processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e territorial. (grifo nosso)</p>
<b>Finalidade da Assistência Estudantil</b>	Contribuir para ampliação das condições de permanência e apoio à formação acadêmica de estudantes da Rede EPCT.
<b>Constituição de uma equipe mínima</b>	Necessidade da criação de um órgão gestor sistêmico vinculado diretamente à Reitoria, encarregado dos assuntos pertinentes à Assistência Estudantil, composto por uma equipe multiprofissional, na perspectiva de um trabalho interdisciplinar, como forma de garantir autonomia na condução das ações. Consideradas as especificidades dos <i>Campi</i> da Rede Federal de EPCT, esta equipe mínima deverá contar com as seguintes categorias profissionais: psicólogo, pedagogo, nutricionista e assistente social, além de admitir a possibilidade de participação e inclusão de outros profissionais.
<b>Questões orçamentárias</b>	<p>Questões que necessitam ser contempladas, quando da discussão do orçamento da Assistência Estudantil:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservar a autonomia para os gestores da assistência das Instituições Federais, com relação a Planejamento, Execução e Monitoramento orçamentário;</li> <li>• Receber o incentivo financeiro pela aderência ao Programa de Cotas, além do já estabelecido na matriz orçamentária, e ao Programa de Bolsa Permanência;</li> <li>• Aprofundar o conhecimento referente à composição da matriz e realizar estudo objetivando o cálculo do custo da assistência por estudante da Rede EPCT;</li> <li>• Criar um plano decenal em parceria com a SETEC, que indique a necessidade dos investimentos na Assistência Estudantil da Rede, no qual sejam levadas em consideração as perspectivas de crescimento. É necessária uma referência na SETEC para acompanhar a execução desse plano.</li> <li>• Preservar os recursos já alocados na rubrica de custeio e elaborar um plano de investimento com recursos específicos para criação e ampliação de infraestrutura da assistência estudantil;</li> <li>• Unificar os valores disponibilizados aos estudantes das Instituições Federais de Ensino.</li> </ul>
<b>Perfil do Estudante da Rede EPCT</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contratar uma pesquisa ampliada semelhante à realizada pela ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) com o objetivo de traçar o perfil socioeconômico cultural do</li> </ul>

	estudante da Rede EPCT; • Padronizar a coleta dos dados socioeconômicos de candidatos a ingressar na Rede EPCT, que resultam em dois segmentos: os aprovados no processo seletivo (ingressante matriculado) e os não aprovados e/ou não ingressantes.
--	--

**Fonte:** Documento “Seminário de Gestores de Assistência Estudantil da Rede Federal-2013”

O referido documento pontua ainda alguns encaminhamentos/ações emergenciais que requerem alterações jurídicas no decreto 7.243 que dispõe sobre a PNAES, dentre outros, solicita a complementação do orçamento (unificando o valor *per-capita* do PNAES) da Rede Federal de EPCT que é destinado às Instituições Federais de Ensino. O documento foi encaminhado ao então presidente do CONIF, em 2013.

Conforme notícia veiculada no sítio oficial do CONIF, no dia 09 de maio de 2014, foi finalizada a proposta de decreto que deverá nortear a Política Nacional de Assistência Estudantil da Rede Federal (PNAES – EPCT). A minuta de texto foi apresentada ao então ministro da Educação, Henrique Paim, por meio de ofício. Foi ressaltado que as amplas discussões acerca do tema foram realizadas ao longo de três anos nos diversos fóruns do CONIF. Entretanto, até a presente data, o decreto não foi sancionado pela presidente. A minuta mantém, basicamente, os mesmos princípios do PNAES e reafirma seus objetivos:

- I - implementar as condições de permanência e êxito, no percurso formativo dos estudantes, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais;
- II - consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV- promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais.

Outrossim, evidencia o atendimento prioritário a estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio e veda a exigência de contrapartida laboral para os auxílios, cujo critério de seleção seja a vulnerabilidade social e, também, condiciona a manutenção do benefício à frequência do estudante às atividades acadêmico-pedagógicas.

Em termos de gestão, a minuta traz alguns dos procedimentos a serem considerados como: a garantia da representação dos estudantes neste processo de elaboração de regulamentação, o acompanhamento e avaliação da PNAES-EPCT, a composição de Equipe multiprofissional básica (formada por pedagogos ou técnicos em assuntos educacionais, assistentes sociais e psicólogos) em cada *Campus* da Rede EPCT para operacionalização da Assistência Estudantil, admitidas, sempre que necessárias, a participação e inclusão de outros profissionais. Observa-se que a minuta expressava as discussões, demandas e

encaminhamentos dos dois seminários ocorridos anteriormente. Em 2015, nem o CONIF nem a Rede Federal organizaram eventos nacionais para discussão da política.

### 2.3 CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E PNAES: FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

A discussão de política pública perpassa por uma definição de Estado e suas implicações. Contudo, apresentar um conceito de Estado que congregue diversas correntes doutrinárias, devido sua natureza complexa, constitui um trabalho difícil, visto que ele pode ter muitas interpretações correlacionadas às áreas de interesses e campos de estudos. Por ora, optamos pela definição de Celina Souza (2001, p.45), articulada à Administração Pública. A autora afirma que o “Estado é um conjunto de instituições criadas, recriadas e moldadas para administrar conflitos e tensões dentro de um determinado território”. Pontua que é um ente abstrato que se materializa por meio de instituições, que são o executivo, o legislativo, o judiciário, as forças militares, os governos subnacionais e a administração pública.

Dentro dessa acepção, as políticas públicas constituem um dos principais resultados da ação do Estado, Silva (2001) argumenta que toda política pública é uma forma de regulação ou intervenção na sociedade, pois se estrutura, se organiza e se concretiza com base em interesses sociais planejados em volta de recursos que igualmente são produzidos socialmente. Destarte, a política pública, acrescenta Silva (2001, p.38) “é um mecanismo de mudança social, orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de distribuição de renda e de equidade social”, mecanismo este que contém contradições inerentes à lógica capitalista.

Conquanto, Celina Souza (2006 p. 26) acentua que as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, numa perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores. Dessa forma, resume política pública como “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Ela elenca os principais elementos das diversas definições e modelos sobre políticas públicas:

A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.

A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.

A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. (SOUZA, 2006, p. 36/37)

Nesta perspectiva, Lotta, esclarece que as políticas públicas, para a literatura, possuem um ciclo composto pelas fases:

Agenda (quando são decididos os assuntos que serão trazidos e debatidos na esfera pública); a formulação (quando são especificadas as alternativas e elaborados os planos de ação); a implementação (quando as políticas são colocadas em prática) e a avaliação (quando são verificados os resultados das políticas implementadas, comparando-se com as especificações formuladas).(LOTTA 2008, p.4)

Em linha semelhante, Jannuzzi (2005) relata que o ciclo de formulação e avaliação de políticas públicas é composto pelas etapas de Diagnóstico, Formulação, Implementação e Avaliação. Ressalta que cada etapa desse ciclo envolve o uso de um conjunto de indicadores de diferentes naturezas e propriedades, em função das necessidades intrínsecas das atividades nelas envolvidas.

Daremos enfoque, neste trabalho, à etapa “Implementação”, pois objetivamos analisar a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no IFNMG, como ela aconteceu, sua execução atual, fragilidades, implicações e perspectivas. Esta etapa é muito relevante porque é nela que a política formulada será posta em prática e isso demanda um conjunto de instrumentos e dos atores que a concretizará.

Neste aspecto, Lotta (2008) esclarece que há dois potenciais analíticos. O primeiro é a integração de novos atores e das perspectivas relacionais às análises. Logo, a implementação constitui um processo de interação de atores, burocratas ou não, ao longo de uma cadeia de atividades e relações. O segundo, trata da inserção de valores e referências destes diversos atores às análises, que implica reconhecer a discricionariedade dos atores e sua influência nos processos de implementação das políticas públicas. Em vista disso, argumenta que a implementação de políticas públicas é definida:

Pela interação entre atores no interior dos ambientes institucionais e relacionais presentes nas comunidades políticas. As dinâmicas políticas são resultado dessas interações, tendo em conta os constrangimentos das instituições e das redes de relações pessoais e institucionais presentes. Assim, o que temos como pressuposto é

que as políticas são implementadas pela burocracia em interação, ou seja, não há mais apenas um agente responsável por todo o processo, mas um sistema.(LOTTA, 2008, p.8)

Logo, analisar a implementação de uma política requer olhar para as interações existentes no processo bem como reconhecer os diversos valores, referências e a maneira que são trazidas e colocadas em prática. Jannuzzi (2005) nos apresenta alguns indicadores requeridos nas etapas do Ciclo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas. Na implementação, ressalta que os indicadores devem permitir “filmagem” o processo de implementação dos programas formulados e a eficiência. Como tipos e propriedades de indicadores ele destaca: o esforço (insumos/processos), atualidade/regularidade, sensibilidade e especificidade, e, como fontes de dados predominantes, enumera: registros administrativos e os registros gerados nos procedimentos dos próprios programas.

Sob essa ótica, o processo de implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil no IFNMG será analisado. Para tanto, além da análise dos registros formais, serão ouvidos os atores da implementação, ou seja, a gestão, os profissionais responsáveis e o público atendido pelo programa.

### **3 O IFNMG: CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA E CARACTERIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PNAES**

#### **3.1 IFNMG E SEUS ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS**

O Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) foi criado em 2008, por meio da Lei Federal nº 11.892, fruto da integração do Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Januária (CEFET-Januária) e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas (EAF-Salinas).

Quanto à oferta, o IFNMG oferece cursos técnicos de nível médio (nas modalidades integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio), presenciais e a distância, cursos técnicos como PROEJA (Educação de Jovens e Adultos), FIC (Formação Inicial e Continuada), cursos superiores (tecnologia, bacharelado e licenciatura) e pós-graduação. Também são ofertados cursos no âmbito do Programa Mulheres Mil e Bolsa-Formação do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

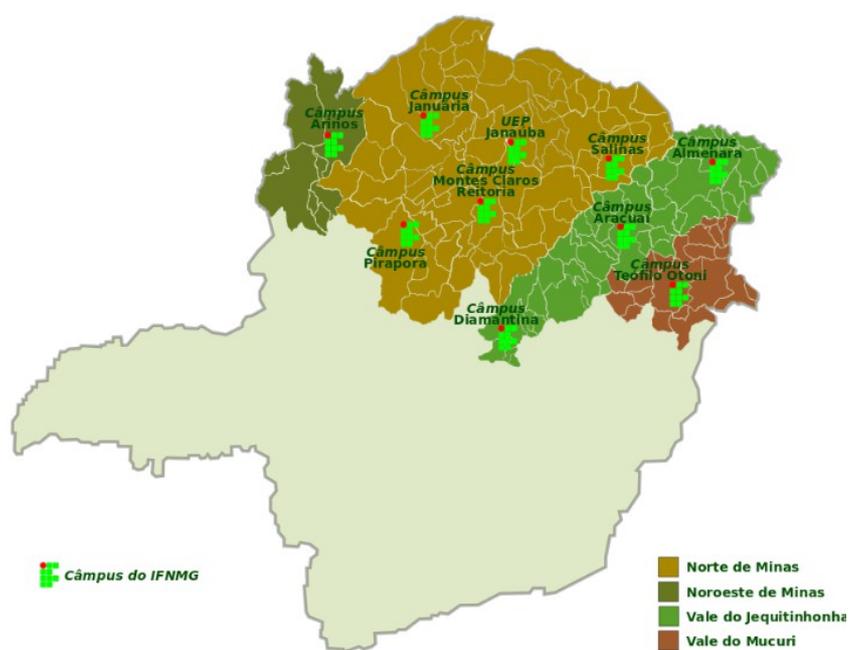
O IFNMG agrega, atualmente, onze *Campi*: *Campus* Almenara, *Campus* Araçuaí, *Campus* Arinos, *Campus* Diamantina, *Campus* Januária, *Campus* avançado de Janaúba, *Campus* Montes Claros, *Campus* Pirapora, *Campus* avançado de Porteirinha, *Campus* Salinas e *Campus* Teófilo Otoni. Compreende assim, 171 municípios e tem a abrangência com uma área de 249.376,20 Km<sup>2</sup> com população total estimada de 2.844.039 mil habitantes, conforme Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Destaca-se que a distribuição dos IFs no Brasil, pelo MEC, pautou-se do limite geográfico dos estados federados, além da diretriz de atendimento à todas mesorregiões brasileiras, sendo que o estado de Minas Gerais foi dividido em doze (12) mesorregiões, subdivididas em 66 microrregiões.

Dessa forma, quatro (04) mesorregiões do estado de Minas Gerais são da área de influência do IFNMG: Norte de Minas, Noroeste de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, compostas por quinze (15) microrregiões das quais dez (10) são atendidas pelos *Campi* supramencionados e como se visualiza na Figura 5 (mapa) são situados em cidades pólo da microrregião. As outras cinco (05) ainda não foram contempladas, na sua essência, por unidades presenciais do IFNMG, são elas: Bocaiúva, Capelinha, Grão Mogol, Nanuque

e Pedra Azul. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS, 2013).

**Figura 1:** Mapa de abrangência do IFNMG, por Mesorregião



**Fonte:** PDI (2014-2018).

**Figura 2:** Área de abrangência do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais por microrregião



**Fonte:** IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br/arquivos/Media/estrutura/mapa.jpg>>. Acesso em: 30 de out. de 2015

Consideramos relevante caracterizar brevemente essas mesorregiões, visto que a Política de Assistência estudantil está implementada em todos os *Campi*. A área territorial dessas mesorregiões é de 249.376,20 Km<sup>2</sup>, sendo dividida da seguinte maneira: Norte de Minas com um território de 151.468,41 Km<sup>2</sup>, Noroeste de Minas com 27.484,93 Km<sup>2</sup>, o Vale do Jequitinhonha com uma área de 50.280,48 Km<sup>2</sup> e o Vale do Mucuri com 20.142,38 Km<sup>2</sup>, conforme se apresenta na Figura 4.

Em relação à população atendida pelo IFNMG, nota-se, no quadro 2, que o Norte de Minas possui 56,6% do total de habitantes, 5,2% da população estão no Noroeste de Minas, o Vale do Jequitinhonha possui 24,6% dos habitantes da região e o Vale do Mucuri possui 13,6% de habitantes das referidas mesorregiões.

**Quadro 3:** Informações Gerais, por população, IDH-M, área territorial

Mesorregião	População (habitantes)	IDH-M	Área Territorial (Km <sup>2</sup> )
1. Norte de Minas	1.610.413	(Variação) 0,529 a 0,770	151.468,41
2. Noroeste de Minas*	148.800	0,640 a 0,736	27.484,93
3. Vale do Jequitinhonha	699.413	0,541 a 0,716	50.280,48
4. Vale do Mucuri	385.413	0,540 a 0,721	20.142,38
<b>Total</b>	<b>2.844.039</b>	<b>0,540 a 0,770</b>	<b>249.376,20</b>

**Fonte:** Dados básicos: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Dados básicos: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013).

\* Considerado apenas a Microrregião de Unaí. (IFNMG, PDI 2014-2018)

A variação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)<sup>1</sup>, está situada nas seguintes faixas: Norte de Minas (0,529a0,770), Noroeste de Minas(0,640a0,736), Vale do Jequitinhonha(0,541a 0,716) e Vale do Mucuri (0,540 a 0,721). Logo, o IDH-M das mesorregiões da área de abrangência do IFNMG tem a sua variação entre 0,529 a 0,770, sendo respectivamente, os municípios de São João das Missões e de Montes Claros.

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), dados do IBGE (2010), demonstram sua distribuição, por setores econômicos, da seguinte maneira nas mesorregiões: Norte de Minas detém 57,9%, o Noroeste de Minas 10,0%, o Vale do Jequitinhonha 19,0% e o Vale do Mucuri 13,1%. Apontam uma predominância do setor de serviços como principal atividade nas 04 mesorregiões, seguidos do setor de indústria e em terceiro a agropecuária.

O PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional do IFNMG (2014 a 2018) ao retratar os arranjos produtivos locais (APLs) das mesorregiões, sintetiza alguns os potenciais econômicos e culturais destas:

Entre as potencialidades do **Norte de Minas**, destacam-se agricultura familiar, agronegócio, biotecnologia, construção civil, educação, extrativismo, logística, saúde e turismo, além da concentração industrial, especialmente na microrregiões de Montes Claros e Pirapora. É importante ainda salientar que, no Norte de Minas a agricultura familiar, fruticultura, comércio, agropecuária, extrativismo vegetal,

<sup>1</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano, para mais informações consultar [http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li\\_IDHM](http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM)

mineração, produção alimentícia e construção civil são potencialidades das microrregiões de Janaúba, Januária e Salinas, sendo fundamentais para o desenvolvimento da região, pois tornam o ambiente favorável para investimentos e potencializam a atividade econômica.

No **Noroeste de Minas**, merecem destaque a mineração e a agricultura, o turismo e o processamento de frutas são potencialidades de destaque na região de Arinos, microrregião de Unaí.

A presença do IFNMG no **Vale do Jequitinhonha**, nas microrregiões de Almenara, Araçuaí e Diamantina potencializa as vocações regionais e capacita profissionais para atendimento à mineração, turismo, riqueza do subsolo, artesanato, culinária, comércio e pecuária.

No **Vale do Mucuri**, a microrregião de Teófilo Otoni, apresenta-se com arranjos produtivos direcionados para bens e serviços, mineração, comércio e agropecuária (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS, 2013, p. 22, grifo nosso)

O IFNMG tem uma área de abrangência com potencialidades, características e demandas em muitos pontos semelhantes, mas também díspares dadas às peculiaridades regionais. A referida pesquisa teve como participantes os *Campide* Montes Claros (equipe de execução) e Pirapora (alunos). Neste sentido, apresentamos, de modo sucinto, seus dados principais para fins de localização. Ambos foram autorizados a funcionar em 2010, por meio da Portaria MEC nº 1.366, de 06 de dezembro, publicado no DOU no dia 08 do referido mês.

### **3.1.1 *Campus* Montes Claros**

O *Campus* Montes Claros é urbano, iniciou suas atividades em 2010 com Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes em Eletrotécnica, Segurança do Trabalho e Informática, funcionando em imóveis de terceiros, conforme convênios firmados com duas instituições montesclarenses, sendo a primeira, a Fundação Irmã Dulce e, a segunda, a Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros. Em março de 2012, as suas atividades passaram a ser desenvolvidas em sede própria, localizada na Rua Dois, 300, Bairro Village do Lago I, Montes Claros, MG. Iniciou-se a oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Informática e Química) e do Curso Superior em Engenharia Química, além da continuidade da oferta dos cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes já mencionados. Atualmente, oferta também o curso superior de ciências da computação.

A cidade de Montes Claros, conforme dados do IBGE (2010), possui cerca de 400 mil habitantes e é o principal centro urbano da região. Apresenta características de uma metrópole regional, pois seu raio de influência atinge todo o norte de Minas Gerais e o sul da

Bahia. Suas várias atividades industriais e um comércio movimentado abastecem cerca de 150 cidades situadas na sua região de abrangência.

Nas últimas décadas, Montes Claros vivenciou um intenso processo de industrialização e diversificação de sua base produtiva, anteriormente, vocacionada à agropecuária, atualmente a estrutura econômica municipal demonstra participação expressiva do setor de Serviços, que responde por 64,1% do PIB municipal, seguidos do setor secundário ou industrial. O setor industrial conta com pequenas, médias e grandes unidades em atividade, dentre elas, quatro grandes fábricas do grupo têxtil Coteminas; uma unidade da Lafarge, grupo francês líder mundial em materiais de construção; uma fábrica de leite condensado, pertencente ao Grupo Nestlé; a multinacional Elster; a Vallé Nordeste e a Novo *Nordisk*, farmacêutica dinamarquesa líder no mercado de insulina e uma fábrica de calçados da Alpargatas.

Ademais, a cidade destaca-se por ser o segundo entroncamento rodoviário nacional e por uma forte presença de universidades públicas e diversas faculdades privadas que oferecem cursos em diversas áreas do conhecimento, o que transformou o município, nos últimos anos, em um importante pólo universitário que atrai estudantes de várias partes do país.

### **3.1.2 *Campus Pirapora***

Considerando que a percepção dos alunos atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil foi aferida neste *Campus*, buscou-se caracterizá-lo com mais detalhes para uma melhor compreensão do contexto socioeconômico em que o público alvo está inserido.

A princípio, o *Campus Pirapora* estava planejado para ser uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária, porém, através da Lei nº 11.892, como já mencionado, foi realizada a integração do Cefet Januária com a escola agrotécnica de Salinas para a criação do IFNMG, e estes dois tornaram-se seus *Campi*.

As atividades do *Campus Pirapora* iniciaram-se no primeiro semestre do ano de 2010, tendo como Diretor Geral o Professor Júlio César Pereira Braga. No mês de outubro desse mesmo ano, foram ofertados os primeiros cursos técnicos, a saber: Administração, Informática e Edificações, sendo todos eles nas modalidades concomitantes e subsequentes.

Com a expansão da rede EPT pelo governo o *Campus* ampliou seu atendimento e atualmente oferece cursos Técnicos (Integrado, Subsequente e Concomitante), os cursos Superiores: Bacharelado em Administração e Bacharelado em Sistema de Informação, e ainda conta com programas educacionais como a Rede e-Tec Brasil, Mulheres Mil e o Pronatec. O quadro abaixo apresenta a dimensão do quantitativo de alunos atendidos em 2015.

**Quadro 4:** Relação de cursos e respectivo número de alunos matriculados em 2015

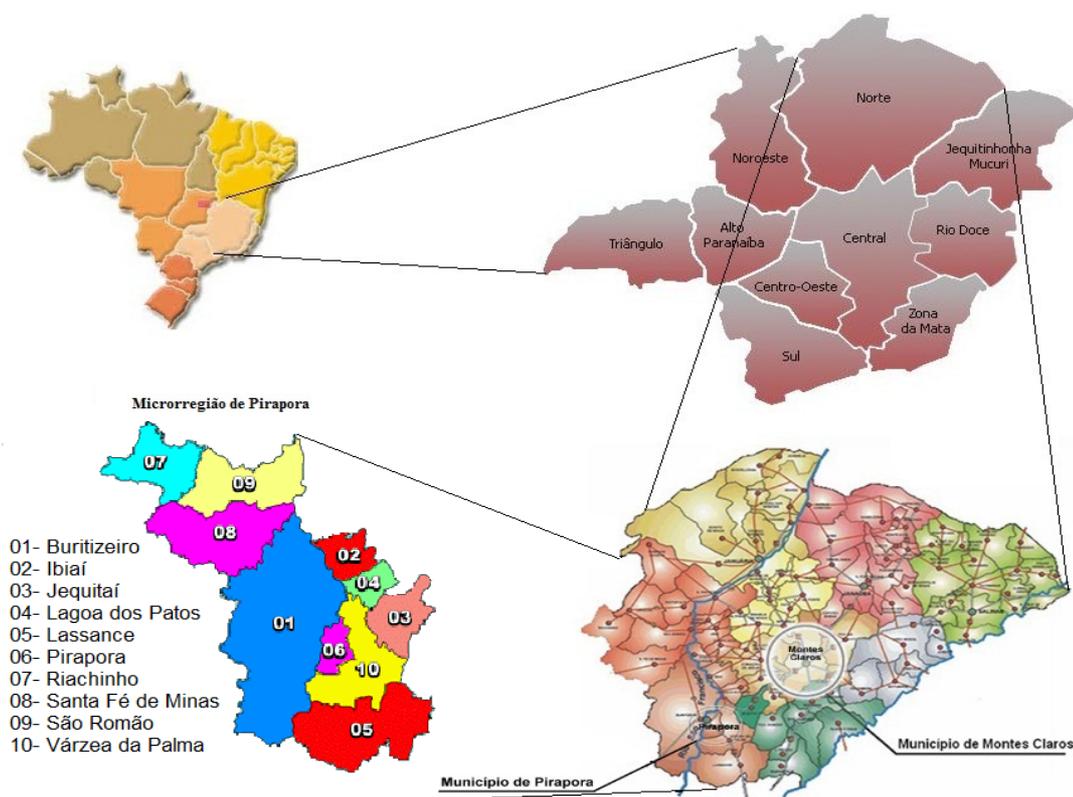
Cursos		Ciclo de matrícula	Nº Matr.
Técnico	Edificações Integrado	Fev 2014/ Dez 2016	25
	Edificações Integrado	Fev 2015/ Dez 2017	30
	Informática Integrado	Mar 2012/ Dez 2014	01
	Informática Integrado	Fev 2011/ Dez 2013	02
	Informática Integrado	Fev 2014/ Dez 2016	29
	Informática Integrado	Fev 2015/ Dez 2017	30
	Informática Integrado	Mar 2013/ Dez 2015	31
	Administração Subsequente	Jul 2014/ Dez 2015	16
	Administração Subsequente	Ago 2013/ Dez 2014	01
	Administração Subsequente	Jul 2015/ Dez 2016	41
	Edificações Concomitante/ Subsequente	Ago 2012/ Jul 2014	01
	Edificações Concomitante/ Subsequente	Ago 2013/ Jul 2015	01
	Edificações Concomitante/ Subsequente	Jul 2014/ Jul 2016	26
	Edificações Concomitante/ Subsequente	Jul 2015/ Jul 2017	80
	Informática Concomitante/ Subsequente	Ago 2012/ Dez 2013	01
	Informática Concomitante/ Subsequente	Fev 2015/ Julh 2016	32
	Informática Concomitante/ Subsequente	Fev 2014/ Julh 2015	05
	Segurança do Trabalho Subsequente	Ago 2013/ Dez 2014	01
	Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente	Jul 2015/ Jul 2017	38
	Segurança do Trabalho Concomitante/Subsequente	Ago 2012/ Jul 2014	02
	Segurança do Trabalho Concomitante/ Subsequente	Fev 2014/ Dez 2015	29
	Segurança do Trabalho Concomitante/ Subsequente	Fev 2015/ Dez 2017	30
	Segurança do Trabalho Subsequente	Jul 2014/ Jul 2016	35
<b>Subtotal</b>			<b>487</b>
Graduação	Bacharelado em Administração	Ago 2011/ Jul 2015	12
	Bacharelado em Administração	Ago 2012/ Jul 2016	26
	Bacharelado em Administração	Ago 2013/ Jul 2017	36
	Bacharelado em Administração	Jul 2014/ Jul 2018	38
	Bacharelado em Administração	Jul 2015/ Jul 2019	39
	Bacharelado em Sistema de Informação	Jul 2014/ Jul 2018	32
	Bacharelado em Sistema de Informação	Jul 2015/ Jul 2019	38
<b>Subtotal</b>			<b>221</b>
e-Tec	Técnico em Informática para Internet	Novembro 2015-2017	40
	Técnico em Administração	Novembro 2015-2017	40
	Técnico em Segurança do Trabalho	Novembro 2015-2017	40
	Técnico em Logística	Novembro 2015-2017	80
	Técnico em Meio Ambiente	Novembro 2015-2017	40
	Técnico em Libras	Novembro 2015-2017	40
	Técnico em Secretariado	Novembro 2015-2017	40
	Técnico em Hospedagem	Abril 2013-2015	100

	Técnico em Agente Comunitário De Saúde	Abril 2013-2015	189
	Técnico em Agente Comunitário De Saúde	Outubro 2014 - 2016	81
	Técnico em Transações Imobiliárias	Abril 2013-2015	136
	<b>Subtotal</b>		<b>826</b>
	<b>TOTAL</b>		<b>1534</b>

Fonte: Secretaria de Registros Escolares – *Campus Pirapora*

O *Campus Pirapora* está situado na mesorregião do norte de Minas, atendendo aos seguintes municípios: Buritizeiro, Ibiaí, Jequitaiá, Lagoa dos Patos, Lassance, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Romão, Várzea da Palma, além de Pirapora. Logo, contribui de forma relevante com o desenvolvimento regional, proporcionando condições para que os jovens estudantes da região se qualifiquem pessoal e profissionalmente. Destaca-se, ainda, a localização do município de Montes Claros (sede da Reitoria do IFNMG), localizado aproximadamente a 160 km de distância da cidade de Pirapora.

Figura 3: Área de abrangência do IFNMG-*Campus Pirapora*



Fonte: TUPINA (2015) com base no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014 á 2018 do IFNMG. Acesso em: 15 Nov. 2015.

O município de Pirapora, banhado pelo Rio São Francisco, segundo o IBGE, possui área territorial de 549,514 km e uma população estimada, em 2015, de 56.229 habitantes. É

classificado como município de porte médio em relação a sua estrutura e funcionabilidade dentro de sua microrregião, isto é, sua capacidade de produção e prestação de serviços.

Dados consolidados pela Fundação João Pinheiro de Minas Gerais a caracteriza como segundo maior pólo de industrialização do Norte de Minas Gerais. A cidade marca o ponto inicial da navegação no Rio São Francisco, possui comércio movimentado e rotativo. A indústria têxtil e metalurgia são as principais empregadoras de mão de obra fabril. A pesca, turismo e a fruticultura irrigada também fazem parte da economia local, tendo como carro chefe a produção de uvas.

O IDH-M, em 2010 foi 0,731, conforme dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 53.368 residentes, dos quais 1.909 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 3,6% da população municipal vivia nesta situação.

Dados extraídos do Cadastro Único<sup>2</sup>, por meio dos relatórios de informações sociais, disponíveis na página do Ministério de Desenvolvimento social e combate a fome- MDS, apontam que no município de Pirapora, o total de famílias inscritas neste, em dezembro de 2015, era de 14.501 dentre as quais:

- 4.936 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 1.546 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 3.242 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 4.777 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Logo, o percentual de família vivendo em situação caracterizada como de extrema pobreza (primeira faixa) aumentou em relação a 2010, situação que tem implicação direta sob o atendimento do programa estudado, uma vez que, possivelmente, haverá um número maior de discentes oriundos dessas famílias.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DO PNAES NO IFNMG: DESCRIÇÃO E ASPECTOS GERAIS DA IMPLEMENTAÇÃO

---

<sup>2</sup>O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Mais informações disponíveis em <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi>

A Assistência Estudantil no âmbito do IFNMG foi regulamentada em 2011 com aprovação da resolução do Conselho Superior N° 29, de 25 de fevereiro de 2011.

No entanto, os *Campi* de Salinas e Januária, escolas com décadas de existência, já ofertavam alguns serviços de assistência aos educandos. Destacam-se a alimentação (nos refeitórios) e o as moradias estudantis que eram denominadas de sistema de internato. Esse sistema de residência, conforme Conceição (2010) era muito comum nas escolas agrícolas federais onde se procurava conjugar o internato (“residência”) ao modelo de ensino denominado “escola-fazenda”. Também realizavam atendimento odontológico, médico, psicológico e social. Mesmo após a criação do IFNMG esses serviços permaneceram.

O relatório de gestão do IFNMG de 2010 aponta que a partir da publicação do PNAES iniciaram as discussões para implementação da Assistência Estudantil nos *Campi* recém-inaugurados e observou-se a necessidade de elaboração de uma política interna para direcionar e sistematizar tais ações. O relatório registra, ainda, que membros da Pró-Reitoria de Extensão participaram do Seminário Nacional de Assistência Estudantil: “Construção de Princípios e Diretrizes”, onde se iniciaram às discussões para a implementação da Política na Rede EPCT.

Nesse ínterim, a proposta de uma Política interna foi construída em conjunto com os *Campi* em funcionamento e disponibilizada em consulta pública, sendo aprovada em 2011. A Política de Assistência Estudantil do IFNMG (p.6) pauta como princípios:

- Respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência escolar e comunitária;
- Igualdade de direito no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza;
- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pela instituição e dos critérios para seu acesso;
- Participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento e arte e o saber escolar;
- Defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos e/ou discriminação por questões de inserção de classe social, gênero, etnia/cor, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS, 2012, p. 6)

Tais princípios são aportes no objetivo de garantir, sobretudo, para o estudante em situação de vulnerabilidade social, mecanismos que promovam condições socioeconômicas que viabilizem a permanência e o êxito no percurso escolar. Bem como promover a formação do cidadão histórico-crítico oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade

socialmente referenciada, visando o desenvolvimento sustentável do país e assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades, dentre outros objetivos citados no documento. Posteriormente, em 03 de agosto de 2012, através da Resolução Nº 33 do Conselho Superior/IFNMG, foi aprovado o Regulamento da Política de Assistência Estudantil do IFNMG que reafirmou os princípios e objetivos já mencionados e amparados na LDBENEN (1996) e PNAES.

Esse Regulamento definiu que a Política de Assistência Estudantil do IFNMG é constituída pelo Programa Universal, pelo Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes e pelo Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas. Sendo o primeiro destinado a todos os discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais da instituição, já o Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes destina-se a ofertar auxílios para os discentes regularmente matriculados nos cursos presenciais do IFNMG em situação de vulnerabilidade socioeconômica, e o último, aos estudantes matriculados com alguma deficiência ou necessidade específica.

As modalidades de serviços do Programa Universal compreendem desde os atendimentos psicológico, social, pedagógico, médico, seguro de vida até o programa de monitoria e auxílio para participação em eventos e reuniões da Câmara de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE). Já o Programa de Assistência e Apoio aos Estudantes consiste na transferência de renda aos alunos em situação de vulnerabilidade social por meio das modalidades de auxílios: Transporte, Moradia, Auxílio para Aquisição de Itens Escolares e Uniforme, Alimentação, Cópia e Impressão, Permanência, Auxílio Financeiro para o Estudante do PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos).

O regulamento delineou, para cada modalidade de auxílios, critérios e prioridades de atendimento e também a metodologia do processo de seleção, da permanência, rescisão e do termo de compromisso dos alunos beneficiados. Através dos relatórios de gestão no período de 2010 a 2013 é possível constatar que a execução dos recursos da Ação de Assistência ao Educando concentrou-se neste programa. Em linhas gerais, a seleção para o Programa de Auxílios da Assistência Estudantil ocorre nos *Campi*, por meio de editais. Cada um possui uma comissão (responsável pela implementação no *Campus*), definida por portaria do Diretor Geral. Nesta comissão, o Assistente Social é membro obrigatório e pela natureza da sua função, direciona o trabalho.

A partir da publicação do Edital, o aluno matriculado dispõe de um período de inscrição para preenchimento do questionário socioeconômico relativo a 2015 (Anexo I) e apresentação da documentação comprobatória exigida. A seleção é composta, portanto, de duas etapas: na primeira acontece a avaliação socioeconômica, na qual consta a análise dos documentos exigidos, para comprovação de necessidade do benefício por parte do candidato. E a segunda, na qual é realizada a entrevista com o candidato pelo Assistente Social do *Campus*, a fim de verificar suas condições socioeconômicas, e, caso seja necessário, faz-se (também) a visita domiciliar.

Concluídas as etapas, o Assistente Social juntamente com a comissão responsável, selecionam os alunos conforme suas situações socioeconômicas e a disponibilidade de vagas em cada modalidade de auxílio, podendo o discente receber mais de um auxílio. Dá-se prosseguimento no processo com a publicação do resultado preliminar, recurso e suas avaliações e por fim o resultado final. Os alunos selecionados são convocados para fazerem a assinatura do Termo de Compromisso e Adesão ao Programa e apresentação da conta bancária. Os editais preveem a realização dos pagamentos em parcelas mensais após apuração da frequência, pois essa é uma das exigências para permanência no Programa no IFNMG.

O processo de inscrição, seleção e acompanhamento da frequência dos alunos beneficiados é feito, em quase em sua totalidade, de forma manual, o que gera uma morosidade na execução e atendimento dos alunos. Nos relatórios de gestão e em reuniões com a Pró-Reitoria de Extensão/IFNMG, há como meta a elaboração de um sistema eletrônico, principalmente, para a primeira etapa do processo.

#### **4 CAMINHOS METODOLÓGICOS**

#### 4.1 A PESQUISA EM SEUS ASPECTOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

Para análise da metodologia de implementação do Programa de Assistência Estudantil no IFNMG, essa pesquisa optou por uma abordagem quanti-qualitativa por entendermos que a associação dos dois tipos propicia um percurso mais consistente no que tange à compreensão e comprovação mais fiel à realidade. Desse modo, temos um estudo de métodos mistos, já que ele agrega elementos das duas abordagens que se combinam para favorecer maior qualidade, veracidade e sustentação à pesquisa.

Por esse ângulo, Creswell (2007, p. 39) argumenta que “os dados qualitativos e quantitativos podem ser unidos em um grande banco de dados ou os resultados usados lado a lado para reforçar um ao outro”, assim:

Ao utilizar múltiplas abordagens, torna-se possível produzir trabalhos nos quais haja uma contribuição mútua das potencialidades de cada uma delas, gerando respostas mais abrangentes em relação aos problemas de pesquisa formulados, desde que sejam consideradas as particularidades inerentes aos princípios subjacentes a cada uma delas, objetivando obter benefícios significativos. (DAL-FARRA e LOPES, 2013, p.78).

A abordagem qualitativa foi importante para compreensão de como se deu a implementação do PNAES no IFNMG por meio da percepção da gestão e dos agentes de implementação. Ademais, Creswell (2010) ressalta que essa abordagem possibilita a aproximação do pesquisador com o entrevistado e um maior envolvimento com as experiências reais dos sujeitos da pesquisa, o que permite observações e análise mais profundas e precisas da realidade em questão, ainda acrescenta que:

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. (CRESWELL, 2010, p. 26).

Já a abordagem quantitativa foi relevante na apuração da percepção dos alunos em relação ao Programa e sua execução. Ela foi considerada mais adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, porquanto se utiliza de instrumentos padronizados e permite que se realizem projeções para a população representada. Neste aspecto, Oliveira esclarece que:

A utilização de métodos e técnicas em pesquisa está associada aos objetivos, hipóteses e aos fundamentos teóricos do objeto de estudo. Esse procedimento exige uma escolha criteriosa e sistemática para se fazer a descrição, explicação e análise de fatos e fenômenos. Esse procedimento se faz através da abordagem qualitativa e da abordagem quantitativa, ou ainda com a aplicação simultânea desses dois tipos de abordagem para interpretação e análise do objeto de estudo. (OLIVEIRA, 2013, p. 58)

A pesquisa foi constituída por três etapas: **A primeira** consistiu em uma pesquisa documental, utilizando-se como fonte os documentos elaborados pelo IFNMG, tais como: Política e Regulamento da Assistência Estudantil do IFNMG, Projeto Político Pedagógico Institucional, Relatórios, dentre outros que foram pertinentes para a caracterização da implementação e execução atual da Assistência Estudantil do IFNMG. Neste momento, também foram realizadas pesquisas nos sítios eletrônicos oficiais, dos regulamentos e editais da Assistência Estudantil dos 38 IFs, o que resultou na complementação de informações anteriormente levantadas por Taufick (2013).

**Na segunda etapa**, para se identificar os aspectos relevantes, fragilidades e implicações da metodologia de implementação do Programa de Assistência Estudantil adotada pelo IFNMG, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com dois membros da gestão e um grupo focal foi feito com a equipe (comissão) responsável pela execução. Optou-se por fazer o grupo focal no *Campus* de Montes Claros para garantir um distanciamento e uma análise científica e crítica, pois a pesquisadora é membro da equipe de execução do *Campus* Pirapora. Outrossim, os dois *Campi* iniciaram as atividades no mesmo período, são urbanos e seguem o mesmo regulamento para as atividades do programa.

A escolha da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados se justificaposto que favorece uma investigação do assunto mais ampla, Triviños (1987) explicita:

[...] aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas de informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Conforme a citação acima, e considerando que Trivños (1987) aponta possibilidades de problemática em uma esfera qualitativa, consideramos que os problemas de pesquisa são suscitados conforme as exigências contextuais bem como do próprio objeto de pesquisa. Assim, esse tipo de entrevista permite uma cobertura mais profunda da problemática em

estudo. Para facilitar a coleta dos dados e preservar a fidedignidade das informações, todas as entrevistas foram gravadas e transcritas logo após o seu término.

Já a opção pelo grupo focal se mostrou mais adequada para o estudo da equipe que executa o programa, pois conforme Iervolino e Pelicioni (2001, p.116) ele pode ser “utilizado no entendimento das diferentes percepções e atitudes acerca de um fato, prática, produto ou serviço”. Estes destacam que o grupo focal pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, mas não no sentido de se alternarem perguntas do pesquisador e respostas dos participantes, e sim na interação entre os participantes e o pesquisador que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos.

**Na terceira etapa**, traçamos o perfil socioeconômico do aluno que solicitou/se inscreveu no Programa através do Edital 04/2015 de 06 de março de 2015. Todos eles preencheram o Questionário Socioeconômico-QSE (Anexo I) com autorização da direção do *Campus*, conforme documento anexo (Apêndices A e B).

A investigação da percepção do aluno atendido pelo Programa de Assistência Estudantil do IFNMG, quanto ao programa e sua forma de execução, foi realizada no *Campus* Pirapora, por meio da aplicação de um questionário a uma amostra definida. O questionário, segundo Gil (1999 p.128)é:

[...] a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.

O questionário é uma ferramenta eficaz na coleta de dados se bem construído e aplicado. Chagas (2000) nos alerta que “um bom questionário depende não só do conhecimento de técnicas, mas principalmente da experiência do pesquisador. Contudo, seguir um método de elaboração sem dúvida é essencial, pois identifica as etapas básicas envolvidas na construção de um instrumento eficaz”.

No que diz respeito ao tipo de pesquisa, consideramos essa investigação como uma pesquisa participante, por lidarmos com intervenções necessárias ao aprimoramento e minimização da problemática identificada (TRIVIÑOS, 1989). Ou seja, há uma relação intersubjetiva entre o olhar da pesquisadora desta investigação e as especificidades do local e do objeto de investigado. Por isso, tentamos analisar os dados de maneira particularizada, não

apresentamos nas análises uma verdade irrefutável do objeto pesquisado. O que propomos aqui, é a possibilidade de se visualizar os dados gerados.

#### 4.2 PROCEDIMENTOS

Na primeira etapa da pesquisa foi realizado um levantamento no IFNMG (Reitoria) dos dados e documentos institucionais relacionados à Assistência Estudantil e seu funcionamento, por meio de contatos telefônicos, via e-mail e pessoalmente. Também perscrutou-se os documentos e relatórios do Programa nos *Campi* Pirapora e Montes Claros. Nessa etapa também realizou-se a revisão teórica do tema e o levantamento das formas de implementação nos 38 IFs através dos documentos disponibilizados nos sites oficiais dessas instituições, o que resultou nos apontamentos descritos no capítulo cinco.

Na segunda etapa, entrevistas foram agendadas com dois servidores que trabalham com a gestão da Assistência Estudantil na Reitoria, escolhidos intencionalmente por estarem no IFNMG desde o início da implementação do Programa e, portanto, possuíam uma gama de informações e experiência para socializar sobre o tema. Foi esclarecido a eles o objetivo da pesquisa e assegurada a garantia do anonimato. Ambos consentiram com a entrevista e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice F).

O grupo focal foi agendado com a colaboração da assistente social do *Campus* Montes Claros que fez o convite aos 05 membros atuais da Comissão de Assistência Estudantil, responsável pela execução do programa no referido *Campus*. Foi realizado no dia 18 de novembro de 2015, na sede do *Campus*, e participaram da discussão 04 membros (assistente social, nutricionista, psicóloga, assistente administrativo), o quinto membro teve um imprevisto e não compareceu no horário, mas mesmo assim, ele participou através de uma entrevista com as mesmas questões norteadoras do grupo focal.

No início do grupo foi explanado o objetivo da pesquisa e esclarecido qual a dinâmica de realização de um grupo focal, todos assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido. O grupo durou cerca de 50 minutos e levantou pontuações e informações relevantes sobre a implementação do Programa no *Campus*. A realização do grupo transcorreu dentro as prerrogativas que essa técnica metodológica exige e à vista disso todos os participantes mostraram-se receptivos e interessados. Tanto a entrevista como o grupo focal

foram gravados e transcritos na íntegra para posterior análise de forma a manter a fidedignidade das informações prestadas.

Na terceira etapa, traçamos o perfil socioeconômico do aluno que solicitou o benefício em 2015 no *Campus* Pirapora, por meio do questionário preenchido (após autorização do Diretor Geral) para inscrição no Programa. Ressaltamos que somente os dados do perfil socioeconômico foram utilizados neste levantamento. Já a percepção do Programa foi aferida por meio do questionário elaborado pela pesquisadora intitulado: Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015 (Apêndice E).

A amostra foi delimitada pelo critério: alunos beneficiários pelo Programa no primeiro semestre de 2015 uma vez que só houve um edital neste ano. A amostra foi aleatória simples, segundo Santos (2015), é aquela na qual todos os elementos têm a mesma probabilidade de serem selecionados.

Com base nos dados do *Campus* Pirapora, em 2015, foram 166 alunos beneficiados com os auxílios (Transporte, Moradia, Alimentação e Cópia/Impressão) do Programa de Assistência Estudantil. Nesse caso, a amostra mínima era de 117 alunos beneficiados. O cálculo do tamanho da nossa amostra foi realizado através da fórmula disponível no site: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral/>:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

Para garantir rigor e confiabilidade da pesquisa adotamos como erro amostral (diferença entre o valor estimado pela pesquisa e o verdadeiro valor) de 5% e o nível de confiança (probabilidade de que o erro amostral efetivo seja menor do que o erro amostral admitido pela pesquisa) de 95% para uma população total de 166 alunos.

Realizou-se um pré-teste do questionário com 06 alunos, sendo 02 do curso de nível médio integrado, 02 de cursos técnicos (concomitante e subsequente) e dois do nível superior, nenhum deles demonstrou dificuldade em respondê-lo, então, seguiu-se com a aplicação do questionário. Ele foi elaborado na plataforma do *Google* e disponibilizado pelo *link* [https://docs.google.com/forms/d/1mnki4\\_FxY76RE9v59JckPOdAiY8kNM9LjaBqLmble3w/vi\\_ewform?c=0&w=1&usp=mail\\_form\\_link](https://docs.google.com/forms/d/1mnki4_FxY76RE9v59JckPOdAiY8kNM9LjaBqLmble3w/vi_ewform?c=0&w=1&usp=mail_form_link), no período de 15 de novembro a 05 de dezembro 2015. O convite para responder ao questionário foi realizado -pessoalmente- pela pesquisadora a todos os alunos beneficiários e frequentes, momento no qual foi entregue e solicitada a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido aos que se dispuseram a colaborar com a pesquisa.

Para facilitar a aplicação, o laboratório de informática da instituição foi agendado em dias e horários previamente definidos, nos três turnos, grande parte da aplicação aconteceu nesses momentos. Contabilizou-se 122 alunos que responderam todas as questões.

O questionário foi composto por 28 questões fechadas e duas abertas. Usou-se, na maioria das questões fechadas, a Escala Likert que é um tipo de escala de resposta psicométrica na qual os entrevistados são solicitados a indicar seu grau de concordância ao checar uma das cinco categorias de resposta.

#### 4.3 TRATAMENTOS DOS DADOS

A análise dos dados das entrevistas e das duas questões abertas do questionário se deu por meio de análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979), tem duas funções: uma, heurística que enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta, que é a análise de conteúdo para ‘ver o que dá’. E a outra é a função de administração da prova, na qual questões ou afirmações provisórias servem de diretrizes, apelam para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou não, é a análise de conteúdo para ‘servir de prova’. Assim, para essa autora a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1979, p.42).

A análise de conteúdo nos possibilitou ir além dos significados da leitura simples do real e investigar -minuciosamente- na percepção dos atores que implementam e são beneficiários do Programa de Assistência Estudantil, e, por conseguinte, descortinar seus olhares.

Já os dados coletados das 28 questões do questionário, bem como os dados do perfil dos alunos inscritos extraídos do Questionário Socioeconômico- QSE foram lançados no programa *Statistical Package for Social Science for Windows*(SPSS, versão 23.0) onde foram quantificados, analisados por meio de quadros, tabelas e gráficos, e, submetidos ao arcabouço teórico.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 5.1 APONTAMENTOS SOBRE AS FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PNAES NOS IFs

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892 institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, fruto da união dos CEFET's<sup>3</sup>, das Escolas Agrotécnicas, das Escolas Técnicas Federais e parte das escolas técnicas vinculadas às universidades.

A Lei supracitada salienta que os IFs têm a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais. Nesse prisma, Moura (2007) destaca que uma das funções sociais da Rede Federal de EPTC é priorizar o acesso a estudantes provenientes das classes populares, os quais, majoritariamente, são oriundos de escolas públicas. Sobreleva, ainda, que a implementação de ações que visem uma maior cobertura às classes populares deve estar vinculada às políticas que contribuam, além do acesso, para a permanência desses sujeitos na EPTC.

Sob essa lógica que a Assistência Estudantil, enquanto política pública de inclusão, foi demandada a ser implantada nos IFs. Não obstante, já abordamos inicialmente, que tal política atendia basicamente à educação pública superior federal, mas organicamente, os IFs têm uma estrutura diferente, isto é, sua oferta de educação congrega alunos da educação básica e de nível superior. Logo, como afirma Taufick (2013), tiveram que adaptar o Programa para atender ao seu público diversificado.

Foi com o objetivo de atender tanto aos alunos da educação básica quanto da superior que os Institutos Federais buscaram regulamentar a Assistência Estudantil. Desta forma, os Institutos Federais tiveram que extrapolar os princípios, objetivos e ações do PNAES para atender às especificidades e peculiaridades do seu público discente. (TAUFICK, 2013, p. 62)

---

<sup>3</sup>CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica. Foram criados em junho de 1978 para substituir algumas das Escolas Técnicas Federais e/ou Escolas Agrotécnicas Federais existentes no Brasil, com a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, ou seja, sendo transformados em autarquias federais.

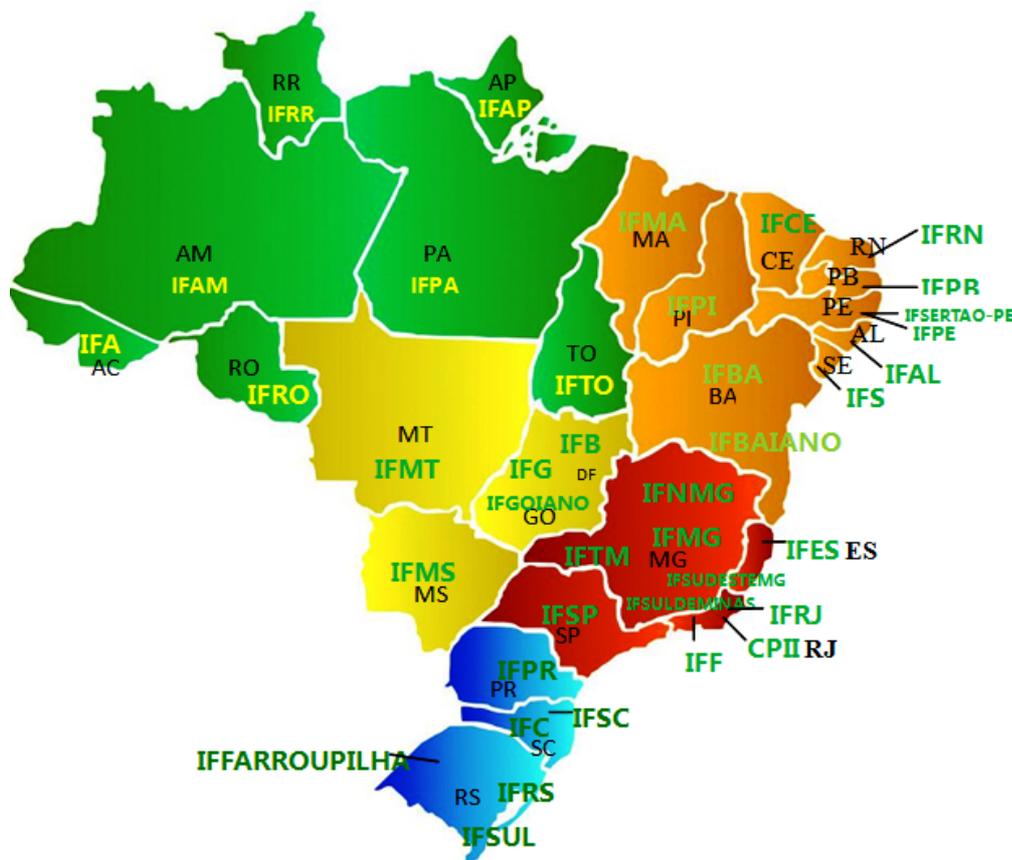
Neste seguimento, os Institutos adotaram diferentes formas de organizar e ofertar os benefícios e serviços da Assistência Estudantil. A autora destaca a importância que a publicação do Decreto 7.234 em 2010, que instituiu o PNAES, teve para a estruturação das atividades nos IFs, visto que foi a partir dele que a maioria das instituições se aparelharam para aprovar um regulamento interno que representasse suas necessidades. Porém, com as incipientes discussões coletivas nacionais sobre a implementação, surge uma grande diversidade de formas de conduzir o PNAES porque os IFs a realizam cada qual de acordo com sua realidade, recursos humanos, aceções e interpretações várias do referido decreto.

Para um panorama geral dessa implementação, buscou-se, através de pesquisa nos sítios eletrônicos oficiais, os regulamentos e editais da Assistência Estudantil dos IFs bem como a complementação das informações já levantadas por Taufick (2013) em sua dissertação de mestrado. Para tal levantamento, segue-se o mesmo caminho metodológico descrito pela autora, também por considerá-lo o mais adequado. E para organizar e compreender as informações dos regulamentos optou-se pela análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011).

A análise de conteúdo de acordo com essa autora, nos possibilita ver por detrás dos discursos aparentemente simbólicos e polissêmicos, ou seja, as normatizações presentes nos regulamentos são cheios de sentidos passíveis de se desvendar. Dentre as várias técnicas de análise definidas por Bardin (2011) utilizou-se a denominada análise temática categorial. Com base na mesma autora, Taufick (2013, p.64) afirma que essa análise é uma forma de se produzir inferências a partir da ocorrência de informações contidas nos textos legais que “funciona basicamente a partir da classificação de trechos do documento em categorias que auxiliam na compreensão daquilo que está velado ou explícito no discurso, possibilitando uma reinterpretação da mensagem transmitida”.

Isto posto, o que será apresentado a seguir é um breve levantamento de alguns aspectos considerados cruciais para o entendimento da implementação da Política de Assistência Estudantil dos IFs, quantificando as informações quanto à forma de regulamentação, tipos de benefícios ofertados, do processo de seleção e equipe responsável pelo processo. O levantamento foi realizado nos 38 IFs que compõem a rede EPTC como se nota, abaixo, na Figura 1:

**Figura 4:** Mapa Distribuição geográfica dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFs, por região



**Fonte:** Elaborado por Taufick (2013), adaptado e atualizado pela autora em 2016.

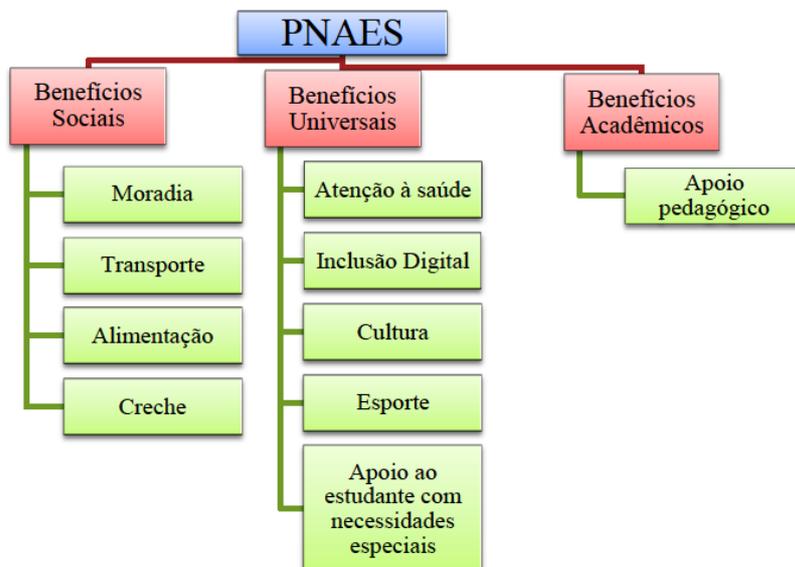
A partir da pesquisa empreendida, verificou-se que 95% dos institutos do país possuem regulamentação interna voltada para a assistência estudantil (resoluções, portarias e instruções normativas) enquanto apenas 5% (02 IFs) utilizam somente a legislação nacional. Daqueles, 81% são aprovados pelo Conselho Superior, tendo em vista ser este o órgão máximo de representatividade dos diversos segmentos, permitindo a gestão democrática da instituição. Dos 36 IFs que possuem regulamentos próprios, 89% os aprovaram a partir do ano 2010, coincidindo com a publicação do referido decreto e com a inserção dos institutos federais no PNAES, semelhantemente, o do IFNMG ocorreu em 2011.

Assim, os IFs, fazendo uso da autonomia que lhe são concedidas, enquanto órgãos da Rede EPTC e com base nas necessidades de seus discentes, considerando o perfil socioeconômico e a região em que estão inseridos, passaram a oferecer benefícios

diversificados. Taufick (2013) em seu trabalho reuniu os benefícios e os categorizou em três: Benefícios Sociais, Universais e Acadêmicos.

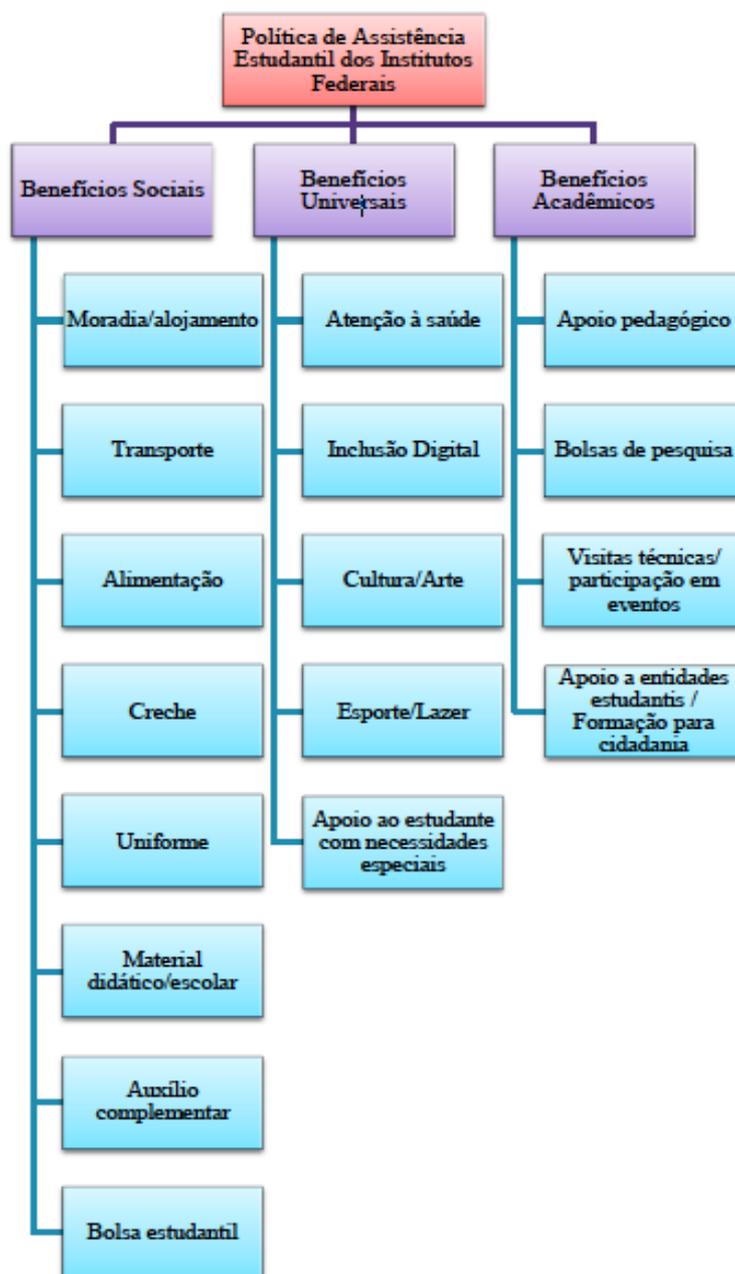
Nessa categorização, os benefícios sociais são destinados aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade social; os benefícios universais são permanentes e pontuais e solicitados em caso de necessidades pelos estudantes, como a atenção à saúde, aos alunos com deficiência, além de apoio às atividades de cultura e lazer; já os benefícios acadêmicos são direcionados aos alunos que participam de projetos de pesquisa ou que apresentam bom desempenho acadêmico, geralmente ofertados como bolsas. Na figura 2, vemos esses benefícios conforme são previstos no decreto de instituição do PNAES, já na figura 3, constam os benefícios concedidos pelos IFs a partir do levantamento realizado:

**Figura 5:** Benefícios previstos no Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES.



**Fonte:** Taufick, 2013, elaborado com base no Decreto nº 7.234/2010.

**Figura 6:** Benefícios da Assistência Estudantil concedidos pelos Institutos Federais



**Fonte:** Elaboração Taufick, 2013. Regulamentos da Assistência Estudantil dos Institutos, atualizado pela autora em 2016.

Os IFs ampliaram o rol de benefícios previstos no PNAES, nas três modalidades, pela peculiaridade da rede e do público atendido, isto é, na tentativa de circunscrevê-la à realidade social, cultural, educativa e administrativa resultou uma nova configuração e por isso há uma diferenciação entre os IFs e as universidades em relação a execução da política. A Tabela 1 traz a porcentagem de oferta de benefícios pelos IFS subdivididas nas modalidades descritas:

**Tabela 1:** Oferta de benefícios pelos IFs subdivididas nas modalidades

BENEFÍCIOS SOCIAIS	PROGRAMAS E BENEFÍCIOS UNIVERSAIS	BENEFÍCIOS ACADÊMICOS
100%	84%	76%

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos regulamentos dos IFs.

De acordo com o levantamento apresentado, os benefícios sociais representam a grande demanda da assistência estudantil. Todos os IFs ofertam auxílios financeiros básicos como: alimentação, moradia estudantil, transporte, material didático e uniforme; cerca de 84% dos IFs oferecem benefícios universais como: atenção à saúde, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, esporte, cultura e lazer; e os benefícios acadêmicos são ofertados por 76% das instituições, fornecendo apoio pedagógico, auxílios para visitas técnicas e/ou participação em eventos e desenvolvimento técnico-científico, educacional e de pesquisa.

A gestão dos IFs, ao possuírem certa “autonomia” na condução das ações do PNAES, revela, de certa forma, a vantagem de a instituição trabalhar em sintonia com sua realidade. Todavia, pode também induzi-la a somente oferecer auxílios financeiros pelo fato de algumas estarem localizadas em regiões com alto índice de pobreza. Dessa forma, corre-se o risco de segmentar a visão do discente, que deixa de ser visto como um todo e passa a ser considerado somente o indivíduo que deve ter suas necessidades básicas atendidas. Logo, é relevante que os benefícios sejam abrangentes e que, de fato, propiciem condições de permanência de qualidade ao discente no IF, como afirma Leite (2012, p.469) “por isso é necessário não perder de vista que uma Política de Assistência Estudantil não pode se limitar a criar e executar mecanismos destinados à população de baixa renda; ela deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal”.

Taufick (2013), ao fazer a análise dos benefícios ofertados em 30 IFs, também indagou acerca do público atendido e se a política é feita para todos os alunos ou somente para os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, pois é preciso perceber que, apesar do discente em situação de pobreza ser o mais propenso a esse atendimento, os demais também necessitam de atenção, já que questões como doenças e exposição à violência podem ocorrer com qualquer um, independente da renda. Por isso, a importância de se adequar a oferta de benefícios ao público que se tem, sem segmentar demais as “classes” de estudantes.

Com relação ao processo de seleção dos discentes, foi verificado que em todas as instituições é obrigatória realização de inscrição e análise documental. Apenas em 13% as

inscrições e o preenchimento do questionário socioeconômico são feitos *on line* com entrega de documentos no setor responsável, enquanto nos demais, a inscrição é feita manualmente. As demais etapas do processo de seleção são constituídas, principalmente, por entrevista e/ou visita domiciliar, sendo este, um item obrigatório em 32% dos institutos, e em 54%, ele tem caráter complementar, nos 14% dos demais regulamentos não foi possível encontrar tal informação. Os critérios preponderantes citados nos regulamentos para a seleção são basicamente a análise de renda e a situação de vulnerabilidade social. E a partir destes é realizada a análise socioeconômica, considerando, prioritariamente, a ordem de menor renda *per capita* (um salário mínimo e meio), dentre outros indicadores sociais relacionados ao grupo familiar.

Na execução da PNAES nos IFs, 68% dos regulamentos apontam a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) como responsável pela condução do processo, comissão formada em sua maioria (94%) por uma equipe multidisciplinar constituída por assistentes sociais, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogos, profissionais da saúde, assistentes de alunos e educadores. Já em 6% dos institutos, a comissão é formada exclusivamente por assistentes sociais. A comissão multiprofissional, nesse caso, é bastante relevante, por permitir que olhares diferenciados percebam as necessidades dos alunos, sejam elas relacionadas às necessidades básicas, bem como apoio pedagógico e de saúde (física, biológica e psicológica). Nos demais Institutos não é a CAE que conduz os processos, mas outros setores do *Campus*.

No IFNMG, como já mencionado, a gestão do programa está na Pró-Reitoria de Extensão, ou seja, há ausência de uma diretoria específica, tal fato gera implicações diretas na percepção e organização do programa na instituição, pois isto favorece um distanciamento do conceito de uma política pública abrangente de permanência com às questões pedagógicas do aluno.

No que diz respeito à abrangência da oferta dos benefícios, 68% das instituições oferecem tanto para os cursos presenciais quanto para os que são à distância, enquanto 32% ofertam somente para os cursos presenciais, isto é, é necessário que o aluno esteja regularmente matriculado e frequente, sendo este um dos principais critérios para manutenção do auxílio, verificado em 73% dos regulamentos.

Aferiu-se que a Política de Assistência Estudantil tem buscado se transformar numa ação eficaz e eficiente ao apresentar, na maioria dos casos, uma gama variada de benefícios e

serviços aos discentes, ofertados de forma democrática e acompanhada por profissionais capacitados. Contudo, essa política é colocada constantemente à prova por apresentar falhas que podem torná-la numa forma de ajuda pontual e personalizada aos grupos de “vulnerabilidade social”, situando-se numa linha tênue de exclusão e inclusão (LEITE, 2012).

Pondera-se que não se busca aqui desmerecer a importância que o PNAES possui para os estudantes dos IFs e o quanto essas instituições têm buscado implementá-la da forma mais adequada possível. Porém, deve-se ter em mente que o acesso e permanência do aluno - que deve ser visto como um ser integral, com necessidades biopsicossociais - engloba aspectos que vão além de auxílios financeiros, e mais que isso, deve-se pensar também na qualidade dos serviços que são disponibilizados para despertar nele a vontade de permanecer no ambiente escolar.

## 5.2 A IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFNMG SOB A ÓTICA DA GESTÃO E EQUIPE DE EXECUÇÃO

Com o intuito de compreender como se deu a implementação do PNAES no IFNMG e como sua execução tem sido feita, buscou-se levantar informações para além daquelas que os documentos nos oferecem, através dos agentes de implementação, denominados por Lotta (2008). Foram, portanto, entrevistados dois gestores e foi feito um grupo focal com 4 membros e uma entrevista com a equipe de execução do *Campus* Montes Claros. Os gestores estão identificados como GA e GB e os 05 membros da comissão responsáveis pela execução AE (Agente de execução) pelas siglas: AEA, AEB, AEC, AED e AEE.

Arretche (2001) explicita que a implementação de um programa decorre de uma combinação complexa de decisões entre diferentes agentes. No entanto, a implementação, essencialmente, é realizada com fundamento nas referências que os implementadores de fato adotam para exercer suas funções na prática cotidiana.

Partindo desses pressupostos, apresentamos o que esses agentes nos dizem sobre a implementação do PNAES, expressando algumas das questões vivenciadas e seus referenciais adotados. O roteiro do grupo focal e de entrevista (Apêndices C e D) contemplou questões sobre o Programa: o processo de implantação, etapas de execução, avaliação, fragilidades, pontos positivos, dentre outros. Agregando todas essas questões e levando-se em conta outras respostas dos entrevistados, chegou-se às seguintes categorias de análise: Primórdios da implantação do programa, a construção e execução dos editais, fases; Fragilidades: frequência, atrasos, acompanhamento; Sistematização dos dados, programa eletrônico, informatização; Avaliação e Controle Social do Programa e avanços, sugestões e mudanças.

### **a) Primórdios da Implantação do Programa**

A implantação do Programa de Assistência Estudantil no IFNMG, conforme documentos e falas, aconteceu em 2010, nos *Campi* de Januária e Salinas que o originaram. Eles já ofereciam moradia através dos internatos e alimentação nos refeitórios, entretanto, o Programa mesmo só foi implantado com a publicação do decreto e de forma fortuita.

Então foi a partir de 2010 surgiu o ... decreto né [...] gente fuçando aqui acabou achando esse decreto e aqui não tinha ainda a política de assistência estudantil. [...] a gente fuçou mandou para o próprio reitor, mandou pro diretor, mandou pro reitor na época e ninguém conhecia esse decreto aqui na instituição [...] aí coincidentemente o

FDE que é o Fórum de Dirigentes de Ensino, mandou um e-mail pra pro reitoria de ensino, falando que teria um encontro em Fortaleza a gente tinha um prazo de dois meses, o encontro que era em novembro ou em dezembro não lembro a data certa, que tinha que ta lá neste evento. GB

esse recurso foi, se não me falha a memória, foi em 2011 ou foi 2012 [...], mais quando eu cheguei já tinha esse recurso, quando eu cheguei na pró-reitoria de extensão esse recurso já tinha na extensão. [...] Já tava em funcionamento né, então assim o que a gente fez foi só realmente olhar o decreto né, o decreto na verdade que institui o PNAES, e a gente fazer valer o que o decreto determina né. GA

As falas demonstram que a implantação iniciou com a identificação de um recurso destinado às ações de atendimento aos alunos e promulgação do decreto, que inicialmente, é desconhecido pelos gestores e profissionais, acredita-se que seja por uma ausência, na época, de orientações consistentes por parte da SETEC e inexistência de uma discussão nacional sobre a implementação do PNAES nos IFs. A fala de GB faz menção da sua participação no encontro em Fortaleza, este foi o Seminário Nacional de Assistência Estudantil: “Construção de Princípios e Diretrizes” já abordado, sendo considerado o primeiro evento que discutiu a Assistência Estudantil no âmbito dos IFs, ele acrescenta:

Ai a partir de 2010 eu fui nesse encontro de Fortaleza né? Peguei algumas experiências lá, retornei e fiz o plano nosso, acho que foi em fevereiro ou foi em janeiro, tudo muito rápido. GB

Pontua, ainda, que construiu o regulamento interno -que delineou a metodologia- com base na experiência de alguns IFs que teve conhecimento no Seminário, mas principalmente em suas experiências profissionais anteriores:

Eu criei a metodologia, porque eu tinha uma experiência na Unimontes né? Como eu já tinha uma experiência com o edital da Unimontes, eu criei a metodologia similar a que eu já trabalhava na Unimontes, de análise documental e entrevista. GB

A construção da Política Interna e Regulamento da Assistência estudantil foram realizados sem discussão ampla com os *Campi* e de forma rápida, GB declarou que houve uma participação pequena de umas das assistentes sociais do *Campus* por meio de mensagens, mas pouca:

Então, eu fiz sozinho praticamente, disse eu faço daqui vou te mandando ai cê vai me ajudando fazer. Ai assim agente construiu de dois, mas na verdade ele foi construindo sozinho aqui na reitoria. GB

No *Campus* Montes Claros, um membro da comissão pontuou que quando chegou no IF já existia o regulamento, e, que houve uma reunião posterior, na qual o documento foi discutido:

eu acho que... foi 2010, em 2010 quando começou o *Campus*. Porque eu entrei em 2011, e já tinha o processo, já tinha sido feito o processo já, desse programa especificamente de concessão de auxílios. [...]então, quando eu cheguei já existia aquele regulamento, eu cheguei existia um regulamento. AEA

o regulamento já existia na verdade, mas a gente tentou aprimorar ele no encontro que a gente fez em Salinas, que tinha todas as assistentes sociais, e assim, teve muita contradição de idéias, não ficou necessariamente o que a maioria pensava, mas assim, a gente teve uma pequena participação dos assistentes sociais, no regulamento. AEA

Nota-se que não houve alterações substanciais neste regulamento em função das disparidades de idéias entre os profissionais do serviço social e também que os *Campi* não participaram na construção anterior.

Foi destacado pela gestão que se optou pela realização do processo em duas etapas, também como forma de atender os *Campi* que não dispunham de assistentes sociais, informação ratificada pela comissão, conforme explicita as falas:

criar a metodologia de gestão e concomitantemente, criar a metodologia de execução, porque a gente não tinha assistente social em todos os *Campi*, então, tinha que pensar como era a gestão e como era na prática e eu fui fazer a gestão, eu fui fazer a execução da política em todos os *Campi* praticamente. GB

eu acho que... foi 2010, em 2010 quando começou o *Campus*. Porque eu entrei em 2011, e já tinha o processo, já tinha sido feito o processo já, desse programa especificamente de concessão de auxílios. AEA

eu tinha que pensar numa metodologia que me permitia ficar uma semana no *Campus*, enquanto o outro *Campus* fizesse a primeira fase do processo por isso que são duas fases, porque daí eu tive tempo! Podia ter sido só uma fase só fase de entrevista, não sei, ou só de análise documental só, entrevista... eu podia ter pensado só em uma fase só, mas a estrutura que a gente tinha não permitia. GB

Denota-se nessa última fala de GB que a escolha por essa metodologia em duas etapas foi uma alternativa devido à ausência de recursos humanos nos *Campi* para a execução da política.

## b) Da Construção e Execução dos Editais, Fases

As falas abaixo propalam que a construção dos editais teve (e permanece) com pouca participação dos profissionais dos *Campi* que o executam:

Além da pró-reitora construir a política e o regulamento, ela também construiu uma minuta que depois, uma minuta de edital para os *Campi*. GA

eu participei, [...], na questão da conferência dos documentos em 2010, [...]. Mas não participei da construção né, desse edital, né dessa documentação que precede essa primeira seleção [...]. Eu lembro que nós demos algumas sugestões, a equipe que participou dessa primeira seleção. AEC

ele já vem pronto. Muitas vezes inclusive quando se faz um edital que pede pra se opinar, manda apenas pra assistente social, as vezes ela compartilha com a gente né, outras vezes nem sempre é possível por questão de tempo. Mais, essa parte de documentação realmente os membros não participam ativamente não. AEE

com relação ao edital, nesse ano especificamente, a gente recebeu um edital pronto, fechado [...] já tinha passado pelo procurador e a gente não pode opinar, mais em anos anteriores a comissão daqui [...]a gente passava por e-mail ... Na construção do edital sim, a comissão pelo o menos daqui nos anos anteriores participava, esse ano não, nem a assistente social. AEA

Infere-se dos trechos que há falha na comunicação com a gestão do Programa na elaboração dos editais. A minuta é construída pela reitoria e os *Campi* são consultados para contribuições via e-mail, entretanto, AEA destaca que, em 2015, não houve essa possibilidade, uma vez que a minuta do edital veio fechada porque já havia passado pelo procurador jurídico do IFNMG e não podia mais ser alterada. AEA descreve como se dá o processo de seleção para recebimento dos auxílios no *Campus*:

gente lança o edital, normalmente antes das inscrições eu faço a divulgação nas turmas, e a explicação de como que é o processo. O aluno tem um prazo né, pra ele entregar a documentação, a equipe ela faz a conferência da documentação, a gente monta o normalmente eu um checklist né, a gente trabalha em equipe mesmo, no mesmo momento não é separado, depois..., [...] Todos participam, aí no segundo momento aquele aluno que tem a documentação apresentada e que ele se enquadra no perfil pedido pela política, ele vai pra entrevista. AEA

Observa-se que o *Campus* segue a metodologia descrita nos regulamentos e que as atividades são conduzidas pelo (a) Assistente Social. Quando indagamos se essa metodologia

adotada atende satisfatoriamente a inclusão dos alunos, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade social, as opiniões da gestão e *Campus* foram as seguintes:

Eu acho que atende em partes [...], como eles tem que enviar a documentação, por que as vezes acho o processo muito burocrático, a metodologia né de primeira fase! Que a gente chama de análise documental, essa tinha que ser a segunda fase, a primeira fase tinha que ser orientação para os alunos que o que a gente percebe na análise, na minha experiência [...] os alunos que mais precisam, são os que menos enviam documentação, pois tem a falta de conhecimento, não conhecem, não sabem interpretar. GB

A metodologia em si ela pode melhorar muito, mais eu acho que atende. O problema, o gargalo eu acho que a gente não consegue cumprir a metodologia, por exemplo: a visita domiciliar eu acho essencial, essencial e eu não consigo fazer [...]Então, o problema não tá em si na metodologia que pode sim ser melhorada, tem que melhorar. Mais todas as metodologias voltadas pra análise socioeconômica elas seguem normalmente esse trâmite mesmo de entrevista, você ver isso no âmbito da política de assistência social como um todo é entrevista, visita... só que a gente não consegue executar essa metodologia. AEA

Os trechos nos revelam, que tanto a gestão quanto o membro da comissão, consideram que a metodologia atende parcialmente e que o processo é moroso em função do número de documentos que o aluno tem que entregar na primeira etapa (comprovação da condição de vulnerabilidade) e afirma, também, que muitos indeferimentos ocorrem pela falta de compreensão do edital pelo aluno, as informações deveriam ser mais inteligíveis.

Já o *Campus* ressaltou que a metodologia segue uma organização balizada pelas políticas de cunho socioeconômico tal qual a Política de Assistência Social. Para AEA o problema da metodologia não ser satisfatória reside no fato dele não conseguir colocar em prática tudo que ela preceitua. Destaca a visita domiciliar como ferramenta importante no trabalho de análise e atendimento ao aluno bem como para encaminhamento para outros serviços, mas ele não consegue realizá-la no processo.

Neste aspecto, os membros da comissão e a gestão esclarecem que as dificuldades na execução estão relacionadas a falta de recursos humanos e ao tempo curto para concluir o processo:

Questão até de tempo né, [...] a gente tem um tempo muito curto. O dinheiro só é liberado muito depois que já começou o ano letivo, então quando libera esse dinheiro você tem que correr pra dar conta de terminar tudo. AED

a maior fragilidade [...] nós não temos condições de fazer uma visita ao aluno, a assistente social não tem essa condição pra averiguar realmente as condições, a gente procura fazer o trabalho da forma mais eficaz possível, entretanto sempre há um ou outro que há possibilidade de que tenha burlado, porque realmente pela falta de servidor, pela falta de condições de acompanhamento né do aluno . AEE

eu acho que a nossa ainda peca na questão da demora. mas eu num creio, eu não joga a demora, eu não coloco a culpa da demora na metodologia. Eu coloco a culpa da demora... na estrutura, a gente não tem estrutura. GB

Em relação à primeira fase do processo (análise da documentação),GB pontua, acima, as fragilidades na sua condução. Alguns outros aspectos foram levantados por outros entrevistados:

primeiro o grande problema é a própria execução, eu vejo uma gama de documentos de papéis que a gente tem que buscar, que o aluno tem que preencher, que caminhar, porque se fosse através do programa [eletrônico], a gente eliminaria muita coisa, mas não eliminaria aqueles documentos comprobatórios que tem que apresentar, pra ver se realmente ele faz jus. Então, a execução propriamente do PNAES ela é complicada, envolve um número muito grande de pessoas, uma série de responsabilidades que ela é diluída, muitas vezes as pessoas não querem fazer parte da comissão. GA

quando nós fazemos parte da comissão, pelo o menos aqui no *Campus* funciona assim, a gente participa mais da parte de análise [...].O maior problema que eu vejo é porque a questão da falta de servidores [...] Houve um momento inclusive foi no ano passado, eu tive muita dificuldade pra participar da comissão, a diretoria da qual eu faço parte [...], teve muita resistência pra ceder um tempo pra eu ficar lá, né! [...]. Então assim, tem essas dificuldades, as vezes a equipe não consegue se reunir pra analisar os documentos. AEE

Depreende-se que a quantidade de documentos exigidos na seleção o torna burocrático e a ausência de um sistema eletrônico para realizar a inscrição do aluno contribui com a morosidade. Ademais, soma-se a isso a dificuldade dos servidores de outros setores participarem do processo em face das demandas de trabalho e pouco recurso humano. Como menciona AEC, é uma situação que sobrecarrega o trabalho (nesta fase e na posterior a entrevista) do Assistente Social que é quem conduz a seleção:

fica muito pesado, é a única assistente social do *Campus*. **A equipe ela participa mesmo é da conferência da documentação**, eu não acho que... [...] que nós estamos aptos a fazer lá... [...], participar de todas as etapas, essa etapa final que é a entrevista e essa questão da visita domiciliar [...] acho assim que precisávamos de mais assistentes sociais pra que o programa funcionasse de maneira mais adequada é minha opinião, né, porque esse finalmente fica muito pesado pro assistente social.  
AEC

Ainda nessa fase, GB faz uma crítica quanto ao trabalho da comissão ao alegar que ela não faz uma análise documental da mesma forma que seria feita pelo profissional do Serviço Social. Veja como AEC narra a etapa de conferência de documentos:

essa primeira etapa tinha que ser uma etapa de conscientização do aluno, orientação, mais próxima do aluno, mais assim in loco cada aluno, ali buscando, como se fosse a busca ativa dos alunos que as vezes precisa. Mas a gente percebe que o aluno que realmente precisa é o que menos envia a documentação, aí o que acontece, se a gente fizer uma análise documental a gente não prejudica esse aluno[...] mas se a gente fizer uma conferência de documento, que é o que a gente tá vendo que tá acontecendo nos *Campi*, em alguns *Campi*, que não são todos, a gente acaba prejudicando esse aluno.GB

quando o assistente social pega um documento pra analisar a visão sua como assistente social é diferente da minha como pedagogo que ta na comissão, como psicólogo, entre outros, então você faz a análise do aluno que não entregou a documentação, você consegue analisar não esse aluno realmente é carente pela papelada que o aluno conseguiu entregar você consegue fazer essa análise e acaba deferindo esse aluno e jogando pra entrevista, já o outro profissional que pega a documentação que faz parte da comissão ele vai analisar faltou isso aqui ele indefere. GB

Em relação à segunda fase do processo (entrevista com o Assistente Social), os entrevistados mencionaram apenas que é muito desgastante uma vez que só há um profissional no *Campus* para realizar todas as entrevistas.

### **c) Fragilidades: Frequência, Atrasos, Acompanhamento**

O processo de apuração da frequência mensal, condição para o aluno beneficiário receber as parcelas do Programa de auxílios (e os trâmites financeiros) foram apontados como questões extremamente sérias e que propiciam a morosidade e dificultam o recebimento dos recursos pelos alunos:

não sei se é realidade dos outros *Campi*, eu acredito que sim, a dificuldade que a gente tem de conferir frequência né [...] Os professores não entregam frequência,

não fazem chamada e ai volta e meia a gente precisa reunir porque não tem frequência do aluno ou faltou muito, mais será se faltou mesmo ou foi falta de fazer chamada. AED

a gente enfrenta o problema, primeiro começa com o processo que é demorado, ai depois vem a questão da frequência, demora mais ainda. Ai a burocratização daqui porque é assim: coordenador de extensão manda pra diretor, diretor manda pra financeiro, e depois o financeiro ainda lida com um tal de... é um termo que eles usam, ah não tem receita, uma coisa assim, então assim, o próprio governo ainda demora repassar esse dinheiro. Então assim, vira uma bola de neve o aluno conta com esse dinheiro AEA

A execução do programa demanda um trabalho conjunto de vários setores e vários processos. A falha ou o não cumprimento de algum processo resulta numa política ineficiente por não atender o aluno em tempo hábil. O não preenchimento do diário escolar dificulta toda a operacionalização do Programa e o acompanhamento dos alunos. Os relatos abaixo explicitam que são recorrentes os atrasos nos pagamentos dos auxílios e as implicações que isso gera:

Eu acho que essa questão do atraso é uma dificuldade imensa, porque, por exemplo:[...] auxílio alimentação. Em fevereiro, março, nós tivemos um problema aqui, porque os alunos não tava com auxílio né, e tava trazendo marmita de casa, os riscos né de trazer marmita. O atraso, eles não têm o dinheiro pra comprar o alimento, desde de fevereiro, desse início, então quer dizer ai eles não tem o dinheiro pra pagar o aluguel [...]. E eles alegaram que eles estavam trazendo de casa porque eles não tinham o dinheiro do auxílio..., AEC

A questão do atraso é muito também, esse ano se não me engano os alunos começaram a receber em junho né. considerando-se que esse aluno ele é carente e esse auxílio ele é importante pra permanencia dele na instituição, como que esse aluno sobreviveu até esse período?! Então assim, a questão do atraso eu acho que é muito grave, e isso eu acho que contribui de forma significativa pra questão da evasão. AEE

Se os alunos não recebem os auxílios, o Programa de Assistência Estudantil deixa de cumprir sua finalidade que é reduzir as desigualdades sociais por meio da educação ao assegurar o acesso, a permanência e o êxito na escola dos alunos em vulnerabilidade social. E isso, constitui-se num problema sério, com implicação direta na permanência dos alunos, uma vez que suas necessidades mínimas não são atendidas como se vê nos fragmentos:

Porque ele fica com dificuldades, alimentação, transporte.AEC

Nós já tivemos caso de aluno que não tava vindo, ele teria que receber auxílio transporte, o aluno não vinha, ai vai conferir a frequência, então ele teria que perder o auxílio. Mais e ai, era pra ele receber auxílio transporte, ele não tá vindo porque ele não tem dinheiro pra pagar o transporte. AED

Tem gente que já formalizou na secretaria que saiu [...] porque não teve como esperar o recurso sair da assistência, foi formalizado, em pedido de trancamento de matrícula. AEA

Para além da questão do atraso, a dificuldade em acompanhar os alunos beneficiários foi abordada pela equipe de execução:

E eu acho de acompanhamento mais amplo mesmo, sabe?! Porque se o programa ele visa a permanência desse aluno são vários os aspectos que vão influenciar na permanência desse aluno aqui, num é só o financeiro né. E eu considero que a gente não consegue fazer esse acompanhamento com esses alunos não. AED

não tem um acompanhamento sistemático, assim, [...] integrante do setor pedagógico não tem um acompanhamento sistemático, mesmo porque o setor pedagógico ele não sabe quem recebe e quem não recebe [...]o que é muito necessário, porque esses alunos eles são os mais sujeitos a evasão né. AEE

[...] seria um acompanhamento né, não só do setor pedagógico como o próprio setor de assistência estudantil um acompanhamento desses alunos que recebem né, e um acompanhamento mais sistematizado mesmo, qual a importância desse auxílio na vida desses alunos, qual as dificuldades que eles encontram recebendo o auxílio né, o turno da noite, por exemplo, é muito complicado AEA

Neste ponto, AEA destaca que uma das razões porque não consegue fazer esse acompanhamento é a multiplicidade de atividades que os profissionais possuem, algumas inclusive, fora das atribuições de seus cargos. Há uma escassez de profissionais, face a um público tão abrangente (nível médio e superior) que é atendido pelo IF e que possui diferentes demandas:

a gente enquanto técnico recebe um gama de atividades que muitas vezes não é de nossa função, fiscalização de contrato, mil comissões que você tem que participar[...]. Ai soma a isso tudo a heterogeneidade do nosso público, porque você lidar com adolescentes, lidar com adulto, lidar com trabalhador a noite, então é metodologia diferente né, você não vai agir da mesma forma, requer planejamento diferente, intervenção diferenciada. Então, assim, o público do Instituto Federal já é diferente, porque é heterogêneo né, são várias atividades que você tá sendo colocado a todo momento, falta profissional. Isso já faz com a gente perca esse controle e acompanhamento de aluno. AEA

Ainda sobre acompanhamento AEE acrescenta:

Eu acho que falta de profissionais é uma delas, outra que eu acho, falta de comunicação entre os colegas mesmo da gente, de trabalho né. Por exemplo, professor é uma grande fonte assim pra gente que tá os alunos todos os dias que sabe da realidade, e eu considero que a gente não tem essa comunicação. AEE

Para AEE a falta de comunicação entre os colegas de trabalho é um dificultador do acompanhamento dos alunos, visto que ele está diariamente com eles e pode perceber suas demandas e, em consequência, contribuir para realização de trabalhos conjuntos.

#### **d) Sistematização dos Dados, Programa Eletrônico, Informatização**

Quando indagados sobre a sistematização dos dados do Programa em todo IFNMG, em relação ao perfil dos alunos atendidos, dados socioeconômicos gerais e outros, a gestão nos informou que realiza, apenas um levantamento por ano, contendo o número de auxílios concedidos e recursos gastos:

A gente busca todo final do ano para colocar no relatório de gestão né. Atendimento do número de bolsa, atendimento de internato, atendimento ao refeitório sistematizado a gente tem no Excel [...] Não a gente num pega dado do perfil do aluno. A gente pega só os dados quantitativos. GB

...isso fica a nível de *Campus*, nós só temos o relatório de gestão. O relatório de gestão [...]. O público atendido, que ai na verdade quem executa é a conta, [...] o que nós temos é os editais, nós temos os editais, pra quantos foram contemplados, esse ai a gente tem.. GA

O *Campus* ratificou essa informação nas falas:

no final do ano tem aquele relatório lá institucional onde o *Campus* faz o levantamento, normalmente é o colaborador institucional um dos quesitos lá de pesquisa dele tem essa questão do perfil... AEA

... creio que esses dados eles não são sistematizados, né eles nunca foram alocados em um arquivo para que possa ser estudado, pra que possa ser analisado. Eu creio que isso não exista. AEE

Não há, pela gestão, um levantamento/acompanhamento com dados sistematizados dos alunos beneficiários. Acredita-se que seja em decorrência do processo de seleção e acompanhamento no Programa nos *Campi* ainda serem manuais. Ou seja, as informações existem, mas não são trabalhadas porque o Questionário Socioeconômico é de preenchimento manual. Além dessa dificuldade, nesse quesito, a ausência de um sistema com um questionário eletrônico foi apontado como uma das fragilidades, tanto no processo de seleção quanto no acompanhamento da frequência, vejamos nas falas:

...ai se nós tivéssemos o programa, com certeza, muito dessa papelada seria eliminada né. Não, claro, os documentos comprobatórios a gente teria que... mais facilitaria a vida de todo mundo que trabalha na assistência estudantil.GA

Ter o programa eletrônico, o programa seria fundamental pra diminuir uma série de problemas que a gente tem, uma série de problemas de aluno não receber por conta de, disso da entrega de documentos por exemplo. GA

O primeiro seria criar um sistema pro aluno se inscrever né, e a gente ter esses dados pelo o menos pra gente não ter que digitar tudo e fazer essa classificação do aluno que é uma coisa que gasta um tempo grande, porque assim, a gente utiliza aqui da metodologia AEA

Então se tivéssemos um programa que desde do momento que o aluno é matriculado na instituição já tivesse disponível todos os dados dele, a facilidade de cruzamento desses dados né, mas não tem, não funciona. É tudo manualmente, é tudo manual né... Ai isso gera a demora. AEB

Os fragmentos demonstram a relevância de se ter um sistema eletrônico para otimização do Programa na etapa de inscrição do aluno, para análise da comissão e levantamento de dados para uma melhor execução da política e para acompanhamento discente. Igualmente, o *Campus*, apontou a pertinência da informatização do Programa para a apuração da frequência e acompanhamento do aluno:

Um outro instrumento que também daria pra agilizar o processo, não o processo em si da inscrição, mais o processo posterior é o funcionamento do SAGU, ou que seja de algum programa que professor pode lançar a sua frequência, porque assim o professor ele ganhou inclusive aquele tablet né, falaram que essa era uma das intenções pra ele fazer ali na sala de aula, jogar no sistema a frequência do aluno. Ai num precisaria a gente pedir na secretaria essa frequência, as meninas fazer manualmente a porcentagem de frequência e ter que enviar, se isso tivesse no sistema e eu tivesse acesso a esse sistema eu ia lá e ia ver, tal aluno tá frequente, tal aluno não tá. AEA

O SAGU- Sistema Acadêmico de Gestão Unificada encontra-se em construção e implantação nos *Campi* do IFNMG. Boa parte dos *Campi* já o utiliza para gerenciamento dos cursos superiores, no entanto, os cursos de nível médio integrado, técnicos concomitantes/subsequentes têm suas informações acadêmicas registradas de forma manual.

Ainda em relação ao sistema, foi mencionado um programa Piloto para seleção da Assistência Estudantil, vinculado ao SAGU e testado no *Campus* Montes Claros:

... teve uma vez que teve um sistema que foi piloto assim que foi melhor não ter existido, porque deu trabalho ao dobro. Com o sistema eletrônico ficou pior, porque, assim, pra você ter uma ideia, chegou no último dia de inscrição e o sistema não tava funcionando ainda. AEA

o nosso sistema da assistência estudantil, ele tá dentro do SAGU que é o sistema acadêmico hoje que a gente tem, que tá em construção nós já testamos ele no *Campus* Monte Claros, há algumas falhas. Só que pra gente fazer isso ele depende da TI, da reitoria e da TI dos *Campi*, então, extrapola a questão da gestão da assistência estudantil.GB

Deduz-se que o programa foi testado uma única vez no *Campus* Montes Claros, teve muitas falhas e ocasionou um trabalho maior para a equipe e, claro, não foi utilizado novamente. O sistema que está vinculado ao SAGU está em construção e implantação na instituição, GB ressalta que o desenvolvimento desses sistemas dependem do setor de Tecnologia de Informação-TI e que este é um setor que também tem muitas outras demandas prioritizadas.

#### **e) Avaliação e Controle Social do Programa**

Quando questionado sobre de quais formas têm ocorrido as avaliações do programa, GA explanou que não há uma avaliação semestral ou anual:

Não, o que é feito, na verdade o que é feito realmente é a concessão dos auxílios, e não existe, não temos mais uns dados que alunos outros, ou se aqueles alunos que foram contemplados estão satisfeitos que, as coisas acontecerão a contento. Mais assim, quando a gente não houve reclamação, porque a gente presume que as coisas estejam bem. GA

Logo, a avaliação consiste em uma lacuna do Programa no IFNMG, uma vez que não são levantadas as experiências positivas e os pontos falhos. Isso dificulta a redefinição destes e compartilhamento daqueles. Também se mostrou incipiente quanto ao controle social pelo aluno. A gestão pontua que recomenda ao *Campus*, e este por sua vez, mencionou que em 2015 deu início a inclusão de alunos na comissão para que possam opinar sobre a execução do Programa, conforme se observa nos discursos:

...*Campus* tem que fazer o seguinte: buscar junto a sua comunidade, qual é o grau de satisfação daquilo serviço que está sendo prestado a ele. [...] a gente faz essa orientação para todos os diretores de extensão, faça reunião com os alunos, chama grêmio estudantil, tem o DA, o diretório acadêmico tem tudo. GA

Se dá no *Campus* [...] quando a gente manda o edital da assistência estudantil, a gente recomenda, agente num... pede né! Recomenda que seja feita uma análise no edital junto com os alunos, que é o grêmio estudantil...onde tem né? Tem *Campus* que obedece, tem *Campus* que acha que não é viável né?! GB

Os excertos acima apontam que o *Campus* precisa se adequar às necessidades da comunidade. Dessa maneira, partimos do princípio de que a universidade exerce um papel precípuo quando nos referimos à formação de um cidadão. Entretanto, o diálogo entre escola e comunidade ainda não é efetivamente perceptível.

#### **f) Avanços, Sugestões e Mudanças:**

Dentre vários apontamentos, GA destacou que a modificação no processo de implantação do Programa para a execução atual bem como a renovação dos auxílios de um ano para o outro foi um avanço no Programa:

Ai, nós (com ênfase) colocamos no edital, já no ano passado, uma preocupação que aquele aluno uma vez concedido aquele recurso, aqueles auxílios, ele só os perderão ou perderá, se a situação financeira dele melhorar ou então se ele desistir, então é dado continuidade a ele. GA

A renovação dos auxílios, garante que, mantidas as condições socioeconômicas familiar do aluno, seus auxílios sejam renovados de um ano para outro, já que os editais são por ano, assim, este aluno tem a continuidade do benefício e lhe é assegurada uma melhor condição de permanência no curso. Outra vantagem é que otimiza a seleção, visto que o discente só passará, novamente, pela primeira fase do processo de análise da documentação

comprobatória de renda. Uma mudança sugerida por AEE no processo de seleção dos auxílios da Assistência Estudantil é a vinculação, de alguma forma, com o sistema de reversa de vagas (cotas):

eu penso também talvez com a questão da política de cota, talvez a relação dos alunos que entram pela política de cota fosse uma boa base pra você pensar ali quem são aos alunos que estão aptos a receber. O sistema de reserva de vagas! Eu acho que seria um bom banco de dados pra você ter ali os alunos, que tem possibilidade de receber. AEE

Também foi pontuada a necessidade de infraestrutura física e pessoal para melhor execução do programa:

eu acredito que todos os *Campi* precisam dessa estrutura mínima assim, não só refeitório, mas também no local que eles [alunos] possam visualizar essa assistência, esses profissionais né, até mesmo que eu falo: um local pra guardar a documentação, que eles possam identificar não só um prédio, mais também uma equipe, uma equipe assim que possa resolver todos os... as dúvidas, os questionamentos e além disso AEC

a estrutura, eu acho que deveria ter mais assistentes sociais em cada *Campus*, no mínimo mais um em cada *Campus*. E na reitoria ter uma equipe maior, umas três pessoas e eu falo pra dar suporte aos *Campi* [...] desde que nasceu a política no meu entendimento, um pedagogo um técnico em assuntos educacionais e um técnico administrativo. Pra gente ter uma estrutura. GB

Novamente, foi destacada a questão da insuficiência de recursos humanos, tanto pela gestão quanto pelos servidores do *Campus*. Este é um dos gargalos da execução do Programa somado à questão da falta de espaço físico para o atendimento e referência dos alunos. Em uma avaliação geral do Programa no IFNMG, se esse atenderia satisfatoriamente a finalidade de inclusão social pela educação, foi externado:

...tá longe de ter um status satisfatório da forma como ele, nas condições que a gente tem hoje, mais eu num posso falar que ele não contribui. Eu acredito assim que ele contribui né, de forma muito precária, mais eu acredito, pelos atendimentos né, pela realidade que eu vejo [...] AEA

Precariamente, de forma... eu diria até bastante precária né... [...] olha, justamente pelo valor, é um valor quase simbólico né, é um valor que ele não atende assim, necessidades básicas de uma pessoa. AEE

Há um reconhecimento da relevância do Programa na contribuição para a permanência e inclusão dos alunos, mas as fragilidades também são identificadas, tais como: a morosidade do processo, atrasos, valores insuficientes, daí o considerarem precário.

Dentre todas as categorias de análise é perceptível que todas são relevantes, entretanto, algumas trazem mais complicações que outras, sendo este o caso de “a construção e execução dos editais, fases” que são morosas e prejudicam o recebimento dos valores pelos discentes. A categoria “Fragilidades” retomou as questões de demora na execução. Em contrapartida, todos (beneficiados, gestores, equipe executora) concordam com a relevância do Programa e da necessidade de seu aprimoramento para uma oferta mais eficaz e que realmente cumpra seu objetivo de auxiliar na entrada, permanência e saída exitosa daqueles que estão em situação de vulnerabilidade social.

### 5.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS DISCENTES SOLICITANTES/INSCRITOS NO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG *CAMPUS* PIRAPORA EM 2015

Conforme já salientamos, o PNAES é uma das ferramentas que objetiva garantir o direito à permanência dos estudantes na instituição, sobretudo aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica para que desenvolvam os estudos de maneira mais qualitativa possível.

Os IFs, com sua peculiaridade de abrangerem, discentes que vão do Ensino Médio ao superior, trazem essa especificidade na implementação do PNAES. Pois este tem que ser capaz de oferecer condições de permanência para faixas etárias diferenciadas, com anseios diversos entre si e todos com uma única necessidade, a de continuar a ter o direito à educação gratuita e de qualidade, perpassando aí pela prerrogativa de estar inserido em todas as atividades (ensino/pesquisa/extensão) da escola. Nisso reside a importância de se conhecer o perfil dos alunos atendidos pelo PNAES nos IFs. No entanto, não existe, em nível nacional, pesquisa semelhante à realizada pelo FONAPRACE, que trace o perfil socioeconômico cultural do estudante beneficiário dessa política.

Com o intuito de contextualizar quais os alunos demandam e são atendidos no IFNMG *Campus* Pirapora pela Assistência Estudantil, apresentaremos, neste item, um perfil

socioeconômico dos alunos que concorreram ao Edital 04/2015 de 06 de março de 2015 (Programa Institucional de Auxílios de Assistência Estudantil).

Os participantes totalizaram 262 alunos. Eles se inscreveram e preencheram o Questionário Socioeconômico (QSE) que é base utilizada para traçar o perfil que será explicitado em seguida. Vale ressaltar que esses inscritos representam aproximadamente 47% dos alunos matriculados no *Campus* no primeiro semestre de 2015, número bastante expressivo. Revela-nos que a população atendida está circunscrita no atendimento prioritário do PNAES (renda per capita de até um salário mínimo e meio), também adotado como critério principal pelo IFNMG, ou seja, a solicitação do auxílio indica abaixa condição socioeconômica que muitas famílias apresentam, com dificuldades até para manter seus membros na escola e arcar com todos os gastos que requerem essa condição.

Dos inscritos, 58% pertencem ao sexo feminino e 42%, ao masculino, e ambos correspondem à faixa etária inicial de 14 anos até acima de 21 anos, sendo a maioria pertencentes ao grupo entre 17 e 18 anos (29,4%); o grupo de 14 a 16 anos representa 28,2%, de 19 a 21 anos são 19,1% dos inscritos; e acima de 21 anos completos equivalem a 23,3%, como evidencia a Tabela 2:

**Tabela 2:** Faixa etária dos inscritos no PNAE/2015 – *Campus* Pirapora

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
De 14 a 16 anos completos	28,2
De 17 a 18 anos completos	29,4
De 19 a 21 anos completos	19,1
Acima de 21 anos completos	23,3
Total	100,0

**Fonte:** Questionário Socioeconômico PAE (Edital 04/2015, IFNMG *Campus* Pirapora)

Esses alunos estão distribuídos nos cursos Técnico em Segurança do Trabalho (concomitante/subsequente), Técnico em Edificações (concomitante/subsequente e integrado), Informática (concomitante/subsequente e integrado), Administração (subsequente) e dos cursos superiores: Bacharelados em Administração e Sistemas de Informação, todos eles ofertados presencialmente pelo IFNMG/*Campus* Pirapora.

Quanto ao município de residência dos discentes, verifica-se que a cidade sede do *Campus* e sua vizinha mais próxima, Buritizeiro, concentram a maior parte dos candidatos que preencheram os QSE's, respectivamente, 64,5% e 24,8%, como mostra a Tabela 3:

**Tabela 3:** Município de residência dos inscritos

<b>MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Pirapora	64,5
Buritizeiro	24,8
Várzea da Palma	8,0
Guaicuí/Várzea da Palma	2,3
Ibiaí	0,4
Total	100,0

**Fonte:** Questionário Socioeconômico PAE (Edital 04/2015, IFNMG *Campus* Pirapora)

Porém, pelo fato de o IFNMG representar uma grande oportunidade de acesso ao ensino técnico e superior e atender a população de sua microerregião, composta por 10 municípios, conforme já abordamos na caracterização do *Campus*. Foi verificado que 31,3% dos estudantes fazem deslocamento diário de outro município ou da zona rural para estudar, e que 28% mudou-se em função do ingresso no IF. Essa movimentação está em consonância com a missão do IFNMG, que busca disseminar o conhecimento e contribuir com o progresso socioeconômico local, regional e nacional. E uma das formas de se alcançar tal objetivo é levar oportunidade para as diversas populações que, devido às suas condições socioeconômicas, talvez não tivessem acesso à educação técnica e tecnológica de qualidade. Assim, essa população se vê obrigada a migrar em busca de melhores condições de educação e oportunidades de crescimento.

No que tange à forma de ingresso ao IFNMG, 94,3% dos discentes afirmaram ter acessado a instituição através do exame de seleção/vestibular, enquanto 5,7% apontaram outras formas, como por exemplo, o SISU- Sistema de Seleção Unificada - para os cursos superiores. O acesso aos cursos técnicos do IFNMG é feito basicamente através de processo seletivo, enquanto o acesso ao ensino superior é viabilizado pelo vestibular e SISU, por isso a representatividade do número de ingressantes através dessa modalidade.

Em relação aos antecedentes escolares dos inscritos, notou-se que a maioria é egressa de escola pública, tanto do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio, como revela a Tabela 4:

**Tabela 4:** Antecedentes escolares alunos inscritos

	<b>ENSINO FUNDAMENTAL PERCENTUAL (%)</b>	<b>ENSINO MÉDIO PERCENTUAL (%)</b>
Em escola pública	91,2	57,6
Parte em escola pública e parte em particular com bolsa	3,8	0,4
Escola particular com bolsa	2,7	0,8
Escola particular sem bolsa	1,5	37,4
Total	99,2	96,2
Não informado	0,8	3,8
Total	100,0	100,0

**Fonte:** Questionário Socioeconômico PAE (Edital 04/2015, IFNMG *Campus* Pirapora)

Nos dados apresentados na tabela acima, quando se obtém um percentual de apenas 57,6% de alunos que concluíram o Ensino Médio em escola pública, deve-se salientar que há o quantitativo de inscritos que ainda estão cursando essa etapa da Educação Básica através dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na própria instituição.

Em relação à distribuição do campo raça/cor, observou-se que 60,7% declaram-se pardos e 22,1% declaram-se negros, consolidando a principal parcela de candidatos registrados nos QSE's:

**Tabela 5:** Autodeclaração de raça/cor

<b>RAÇA/COR</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Parda	60,7
Negra	22,1
Branca	13,7
Amarela	1,9
Não informado	1,5
Total	100,0

**Fonte:** Questionário Socioeconômico PAE (Edital 04/2015, IFNMG *Campus* Pirapora)

Em relação à renda *per capita* mensal familiar dos inscritos, foi observado que a maioria (87,8%) encontra-se dentro do limite estabelecido como critério para participação da PNAES, que é possuir renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio. Somente 1,9% estão acima dessa média, o que se configura como um dos motivos de indeferimento do pedido de auxílio uma vez que o Programa do IFNMG adotou este corte.

**Tabela 6:** Renda familiar *per capita* mensal

<b>FAIXA DE RENDA</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Até R\$197,00	11,5
De R\$197,01 a R\$394,00	31,3
De R\$394,01 a R\$788,00	38,5
De R\$788,01 a R\$1182,00	6,5
De R\$1182,01 acima	1,9
Não informado	10,3
Total	100,0

**Fonte:** Questionário Socioeconômico PAE (Edital 04/2015, IFNMG *Campus* Pirapora)

A Tabela 6 mostra uma realidade que requer grande atenção pelas políticas públicas e, assim, a Assistência Estudantil como política inserida na política de educação, é muitas vezes, o mecanismo que muitos utilizam para suprir (ou amenizar) necessidades básicas como alimentação, moradia, material pedagógico, dentre outras necessidades das famílias, e, dessa forma, se manterem na escola.

A renda *per capita* da maioria está abaixo da média do Estado de Minas Gerais (R\$ 1.128,00), conforme dados do IBGE em 2015 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e também quando comparada com os índices mais baixos de alguns Estados (Alagoas =R\$ 598,00). Esse fato demonstra que a região norte mineira em que está inserido o município de Pirapora é economicamente mais carente que outras regiões do estado.

Os discentes apontaram um quadro familiar com uma média de aproximadamente quatro pessoas, residentes em sua maioria (96,2%) na zona urbana, em imóvel próprio quitado (50,4%), emprestado ou cedido (14,1%) ou alugado (13,7%), conforme a Tabela 7.

**Tabela 7:** Tipo de imóvel de residência familiar

<b>TIPO DE IMÓVEL</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Alugado	13,7
Próprio. Já quitado	50,4
Próprio. Por herança	10,3
Financiado	9,2
Emprestado ou cedido	14,1
Outra situação	2,3
Total	100,0

**Fonte:** Questionário Socioeconômico PAE (Edital 04/2015, IFNMG *Campus* Pirapora)

A apuração dos resultados revelou também que 45,4% possuem despesas mensais estudantis de até R\$197,00, enquanto 39,3% estão na faixa de R\$197,01 a R\$394,00 e 15,3% possuem um gasto acima de R\$394,01. Tais dados relevam a importância dos auxílios financeiros para ajudar esses alunos a se manterem, tendo em vista a baixa renda *per capita* apresentada pelas famílias.

O Edital 04/2015 de 06 de março de 2015 da Assistência Estudantil ofertou a renovação de auxílios e a abertura de novas vagas. Com isso, há a manutenção de quem já foi inscrito e recebia no ano anterior, como também permite novas inserções, garantindo a oportunidade, tanto aos ingressantes na instituição quanto aos veteranos, de terem seu direito à educação garantida, como fica explícito na Tabela 8:

**Tabela 8:** Quantidade de inscritos para renovar o auxílio

<b>INSCRIÇÃO DE RENOVAÇÃO</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Não	38,9
Sim	55,3
Não informado	5,7
Total	100,0

**Fonte:** Questionário Socioeconômico PAE (Edital 04/2015, IFNMG *Campus* Pirapora)

Desse modo, sobleva-se que o número de inscrições que visam a manutenção dos auxílios é um número considerável, representando 55,3% dos casos abordados neste estudo. Os casos não informados nestes campos se dão, principalmente, à falhas de preenchimento dos candidatos, o que não interfere de forma decisiva nos resultados da pesquisa.

Dos educandos inscritos, 87% teve seu pedido de auxílio deferido na primeira etapa. Quanto aos casos de indeferimentos, se devem sobretudo à falta de documentação comprobatória de renda e por estarem fora da faixa de renda utilizada como critério eliminatório do processo.

#### 5.4 A PERCEPÇÃO DO ALUNO ATENDIDO PELO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG-CAMPUS PIRAPORA

O questionário foi aplicado a 46% da população atendida pelo PNAES no *Campus* a fim de verificar a percepção que possuem em relação ao Programa de Assistência Estudantil.

Como essa população já foi caracterizada no item anterior e como os discentes foram escolhidos aleatoriamente em uma amostra já detalhada, será possível fazer uma breve descrição desses entrevistados, ratificando (ou não) as características já apresentadas.

Responderam ao questionário um total de 122 alunos na faixa-etária entre 16 e 46 anos. Com a pesquisa observou-se que a maioria está situada entre 16 e 19 anos (65,5% do total), revelando uma população jovem, estudantes dos seguintes cursos (TABELA 9):

**Tabela 9:** Percentual de alunos pesquisados por curso

<b>CURSOS</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Bacharelado em Administração	10,7
Bacharelado em Sistemas de Informação	8,2
Técnico em Administração	2,5
Técnico em Edificações	24,6
Técnico em Informática	25,4
Técnico em Segurança do Trabalho	28,7
Total	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

Dos entrevistados, 41% são discentes dos cursos técnicos concomitantes e/ou subsequentes, 41% dos cursos técnicos integrados e 18%, são dos cursos bacharelados, como mostra a Tabela 10, a seguir:

**Tabela 10:** Modalidade de curso dos pesquisados

<b>CURSOS</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Concomitante/Subsequente	41,0
Integrado	41,0
Superior	18,0
Total	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

Na tabela anterior, é possível visualizar a diversidade atendida pelo IF, tendo em vista que participam da amostra alunos de cursos técnicos de diversas modalidades e dos cursos superiores. Daí a população ser bastante jovem, por conter alunos do Ensino Médio (1º ao 3º ano).

Em continuidade à caracterização, do grupo que respondeu ao questionário, 58,2% são do sexo feminino e 41,8%, do masculino. Esses alunos ingressaram no IFNMG através do Sistema de Reserva de Vagas para egressos de escola pública (cotas) 53,3%, e 36,1%, pelo Sistema Universal (ampla concorrência), de acordo com a Tabela 11. Ressalte-se que o ingresso no IFNMG por meio de reserva de vagas, está previsto na Portaria Normativa nº 18 de 11 de outubro de 2012, do MEC (dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino) que tratam a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012<sup>4</sup> e o Decreto 7.824 de 11 de outubro de 2012.

**Tabela 11:** Forma de ingresso no IFNMG

<b>SISTEMA DE INGRESSO</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Sistema de Reserva de Vagas para egresso de escola pública (cotas)	53,3
Sistema Universal (Ampla Concorrência)	36,1
Sistema de Reserva de Vagas para egresso de escola pública	4,9
Sistema Universal	4,9
Não informado	0,8
Total	100,0

/ Fonte: Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015

Como a maioria dos alunos ingressou por meio do sistema de reserva de vagas, tornou-se importante conhecer em qual cota se enquadraram esses alunos. A partir da Tabela 12, verifica-se que 47,5 % não informaram, mas dos que responderam, 26,2% optaram pela cota VRRRI - Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo *per capita*, seguida pela cota VRRRI-PPI - Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo *per capita* que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas (18%), revelando o nível de renda característico da população atendida pelo programa no IFNMG/*Campus* Pirapora.

<sup>4</sup>Lei nº 12.711/2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, com reserva de vagas estratificadas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio ( no caso de nível superior) ou fundamental (técnico de nível médio) e em escolas públicas, estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*, estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

**Tabela12:** Modalidade de Ingresso pelo Sistema de Reserva de vagas

<b>COTA</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Não informado	47,5
VRRI-PPI - Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo <i>per capita</i> que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas.	18,0
VRRI-Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo <i>per capita</i> .	26,2
VRRS- Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo <i>per capita</i> .	3,3
VRRS-PPI Vagas reservadas para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo <i>per capita</i> que se autodeclararem pretos, pardos e indígenas.	4,9
Total	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

É pertinente destacar que, conforme edital do processo seletivo e vestibular do IFNMG, os alunos que ingressam pelo sistema de reversa de vagas nas modalidades VRRI e VRRI-PPI apresentam –obrigatoriamente- um rol de documentos para comprovação de renda familiar, no entanto, este rol não é considerado e ou/utilizado quando esses mesmos alunos se inscrevem no processo de seleção da Assistência Estudantil, e, os documentos geralmente são os mesmos. Isso comprova que os processos estão desconexos.

Em consonância com a característica dos ingressantes pela cota VRRI-PPI, foi indagado acerca da autodeclaração de cor/raça dos alunos, e a maioria se considera parda (55,7%), os que se consideram pretos totalizaram 33,6%, branca (8,2%) e amarela (2,5%).

Quanto ao município de residência dos alunos, foi verificado que a maioria reside em Pirapora (63,9%), mas que existem alunos da microrregião principalmente Buritizeiro (20,5%), seguido de Várzea da Palma - Barra do Guaicuí - (13,9%) e Ibiaí com (0,8%) e por fim, Jequitai (0,8%), conforme Tabela 13.

**Tabela 13:** Município de residência dos pesquisados

<b>MUNICÍPIO</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Pirapora	63,9
Buritizeiro	20,5
Várzea da Palma (Barra do Guaicuí)	13,9
Ibiaí	0,8
Jequitai	0,8
Total	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

Ainda sobre a renda *per capita* dos estudantes (por família), foi revelado um perfil, em sua maioria de situação de pobreza ou extrema pobreza, conforme já abordado. Tal condição é muito importante para se conhecer e analisar a implementação do Programa de Assistência Estudantil, tendo em vista que os alunos com maior vulnerabilidade socioeconômica são os mais indicados para apontar os pontos positivos, negativos, relevantes e as fragilidade das ações.

**Tabela 14:** Renda *per capita* das famílias dos pesquisados

<b>FAIXA DE RENDA</b>	<b>PERCENTUAL DE FAMÍLIAS</b>
Até R\$197,00 reais mensais	20,5
De R\$ 198,00 a R\$ 394,00 reais mensais	30,3
De R\$ 395,00 a R\$ 788,00 mensais	28,7
De R\$ 789,00 a R\$ 1182,00 salário mínimo	17,2
Nenhuma renda	1,6
Superior a R\$ 1182,01	1,6
Total	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

Quanto aos benefícios ofertados no edital, o auxílio Cópia e Impressão é o mais solicitado e deferido (81,1% o recebem), uma vez que possui baixo valor, tornando-se mais acessível a uma parcela maior de discentes. Ele é seguido pelo auxílio Alimentação, que é mais um importante suporte para os alunos, principalmente os dos cursos técnicos integrados que passam bastante tempo no ambiente escolar e/ou vêm de municípios vizinhos. O auxílio Transporte (municipal e intermunicipal) também possui representatividade, sendo recebido por 54% dos estudantes, ele complementa o acesso ao *Campus* e fornece condições para frequência às atividades escolares e acadêmicas.

**Tabela 15:** Auxílios recebidos pelos alunos pesquisados

<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>SIM (%)</b>	<b>NÃO (%)</b>
Auxílio Alimentação I (Integrado)	38,5	61,5
Auxílio Alimentação II (Concomitante/subsequente/superior)	39,3	60,7
Auxílio Cópia e Impressão	81,1	18,9
Auxílio Moradia	12,3	87,7
Auxílio Transporte Intermunicipal	27,9	72,1
Auxílio Transporte Municipal	27,0	73,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

Os entrevistados revelaram ainda receber os auxílios supracitados, em média, há dois anos (54%), a maioria teve o auxílio renovado, conforme previsto no edital, isto é, se mantivessem dentro dos critérios estabelecidos. Vale desatacar que os cursos técnicos,

representados pela maioria dos entrevistados, duram em torno de um ano e meio a três anos, o que permite que o educando se inscreva já no ano de ingresso e se mantenha durante todo o curso.

**Tabela 16:** Tempo de participação no Programa de Assistência Estudantil

<b>TEMPO DE RECEBIMENTO DOS AUXÍLIOS</b>	<b>PERCENTUAL</b>
É a primeira vez (edital de 2015)	36,9
É o segundo ano (recebi em 2014 também)	54,9
É o terceiro ano (recebi em 2013, 2014 e continua em 2015)	8,2
Total	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015

A percepção dos alunos quanto à metodologia adotada e funcionamento do Programa de Assistência Estudantil – (PAE), conforme já descrito, foi medida no questionário por meio de questões fechadas. Na maioria das questões foi utilizada a Escala Likert (de 05 pontos) e duas questões foram “abertas” e analisadas através da análise de conteúdo. Acentua-se que conhecer a percepção dos alunos beneficiários é de suma relevância porque dá voz aos que constituem o público da ação. Eles podem explicitar, em que medida, a metodologia utilizada na execução do Programa favorece (ou não) o seu atendimento e se ele acontece de forma qualitativa e em tempo hábil.

Quando questionados sobre a forma que souberam do Programa, elencaram os meios de informação. Eles podiam assinalar uma ou mais opções, conforme Tabela 17:

**Tabela 17:** Meios de informações/divulgação do Programa de Assistência Estudantil

Respostas	Sim		Não		Total
	Freq	%	Freq	%	
Através dos murais	41	33,6	81	66,4	122
Informação de colegas, amigos, familiares que recebiam e/ou estudam no <i>Campus</i>	54	44,3	68	55,7	122
Pelo site oficial do Instituto	27	22,1	95	77,9	122
Pelos servidores do <i>Campus</i>	64	52,5	58	47,5	122

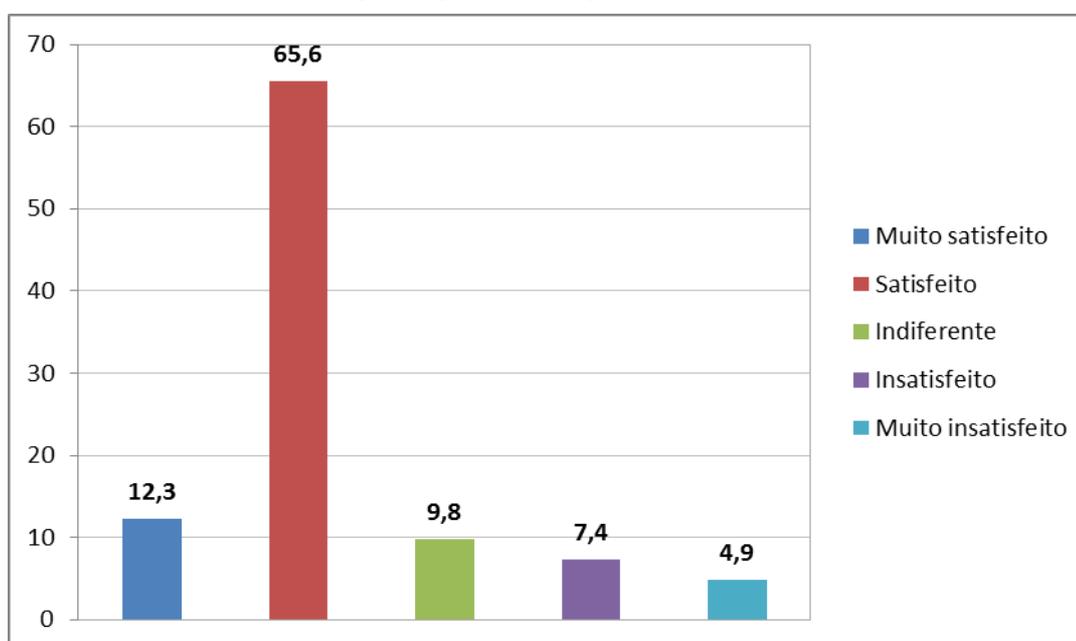
**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário da AE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015

Extraí-se da Tabela 17 que a maioria tem acesso à informação inicial sobre o Programa através de informações dos colegas, amigos e familiares que já recebiam e/ou estudam no *Campus* e/ou também através dos servidores do *Campus* (Assistente Social, Psicólogos, pedagogos, assistente de alunos, servidores da secretaria) que trabalham diretamente com a execução do Programa e, ainda, através de informações fixadas nos murais.

Foi baixo o número de alunos que declararam ter a informação através do portal oficial do Instituto, fato que suscita a hipótese que o site pode não possuir um layout que favoreça o acesso simples e direto a essa informação, ou ainda, os discentes não possuem o hábito de acompanhar as notícias pela página. Portanto, é relevante ponderar que variadas formas de publicização da informação devem ser utilizadas para que todos os discentes que sejam público do Programa possam ter acesso à informação, se inscrevam e acessem os auxílios e serviços ofertados.

Ainda nesse aspecto, ao serem questionados, especificamente, sobre a divulgação dos editais de seleção do Programa de auxílios da AE, os alunos confirmaram satisfação: 77,9% demonstraram estarem satisfeitos ou muito satisfeitos e apenas 12,3% estavam insatisfeitos ou muito insatisfeitos, conforme se nota no gráfico 1:

**Gráfico 1:** Opinião quanto à divulgação dos editais de seleção

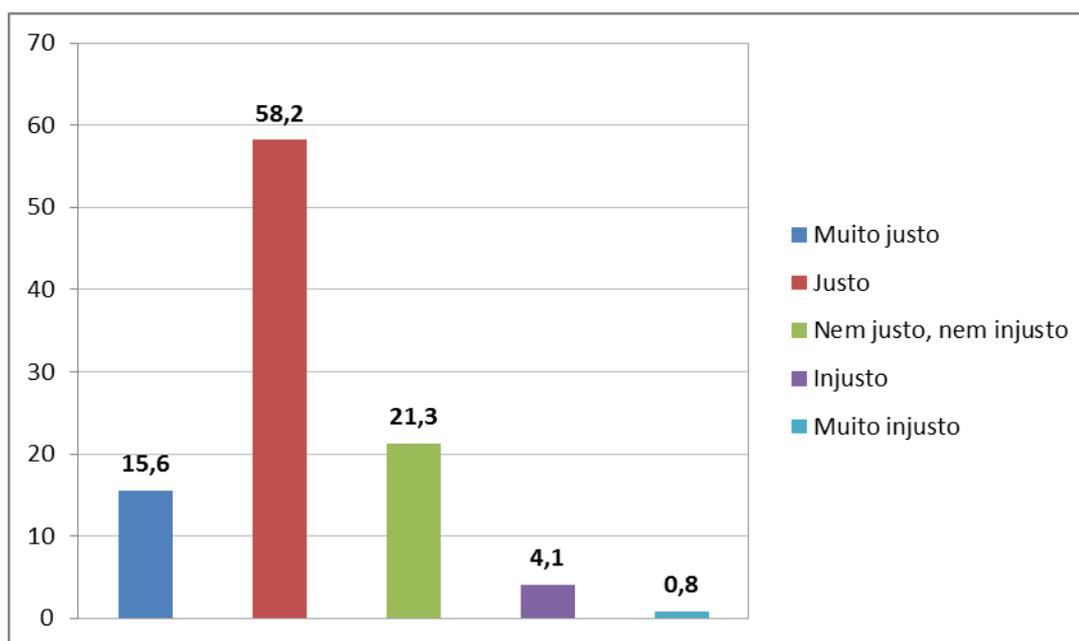


**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário da PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

Quando indagados sobre uma percepção geral do processo de seleção para recebimento dos auxílios do Programa da Assistência Estudantil (GRAFICO 2), 73,8% dos alunos beneficiários consideram o processo justo ou muito justo, 21,3% selecionaram a opção neutra (nem justo, nem injusto) e somente 4,9% o consideraram injusto ou muito injusto.

Depreende-se que a maioria acredita que o processo é conduzido de forma respeitosa aos seus direitos de aluno e cidadão. Tal equidade oportuniza a participação nos processos de seleção dos que realmente se encontram em vulnerabilidade social.

**Gráfico 2:** Avaliação geral do processo de seleção do programa de AE

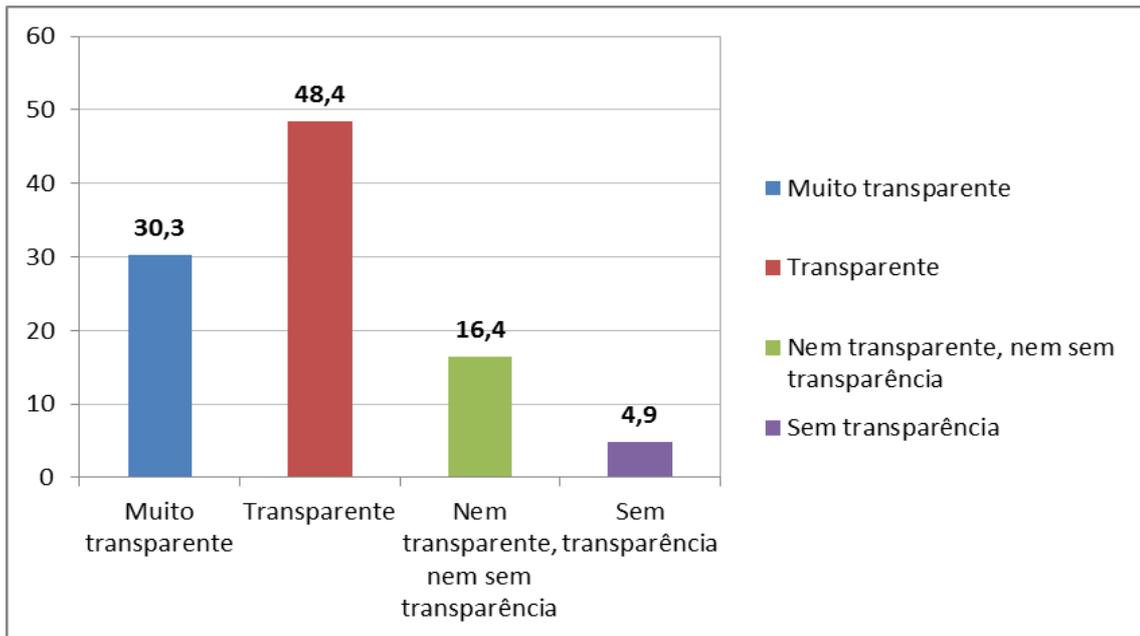


**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

É importante salientar novamente que o Programa, considerando sua limitação de recursos financeiros, busca oferecer o máximo possível de benefícios aos discentes, estabelecendo critérios e indicadores sociais relevantes para selecionar da forma mais justa (a partir da comprovação do atendimento aos critérios pelos discentes), deixando sem atendimento somente os que realmente não se encaixam na condição de renda ou que não conseguem comprovar sua vulnerabilidade socioeconômica.

Quanto a transparência na realização do processo, aqui associada à divulgação de informações passíveis de serem averiguadas e caracterizadas como completas, objetivas, confiáveis e de qualidade, ao acesso, à compreensão por meio de canais aberto a comunicação (ALÓ, 2009). Foi observado que 30,3% dos alunos a classificam como muito transparente e 48,4% como transparente e apenas 21,3 julgam que o processo de seleção apresenta pontos sem transparência ou não optaram pela opção nem transparente, nem sem transparência (16,4 %).

**Gráfico 3:** Transparência do processo de seleção dos alunos para recebimento dos auxílios da AE



**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

Considerando que transparência abarca os atributos: acesso, abrangência, relevância, qualidade e confiabilidade (VISHWANATH E KAUFMANN, 1999), pode-se inferir que os discentes atendidos pelo Programa avaliam que a opção de implementação adotada pelo IFNMG atende a esses atributos, principalmente quando se considera que a publicação dos resultados revelam os motivos para o indeferimento dos benefícios com base nos critérios apontados no edital.

Conforme já descrito, todo processo é regido por meio de editais semestrais. Portanto, na assertiva “Em relação ao processo de seleção do Programa de Auxílios da Assistência Estudantil, hoje feito por meio de edital, você está”, nota-se na Tabela 18 que a maioria demonstra satisfação pelo uso desse instrumento de regulação, pois apenas 13,9 estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos e 16,4 são indiferentes.

**Tabela 18:** Satisfação do processo de seleção dos auxílios da AE por meio de edital

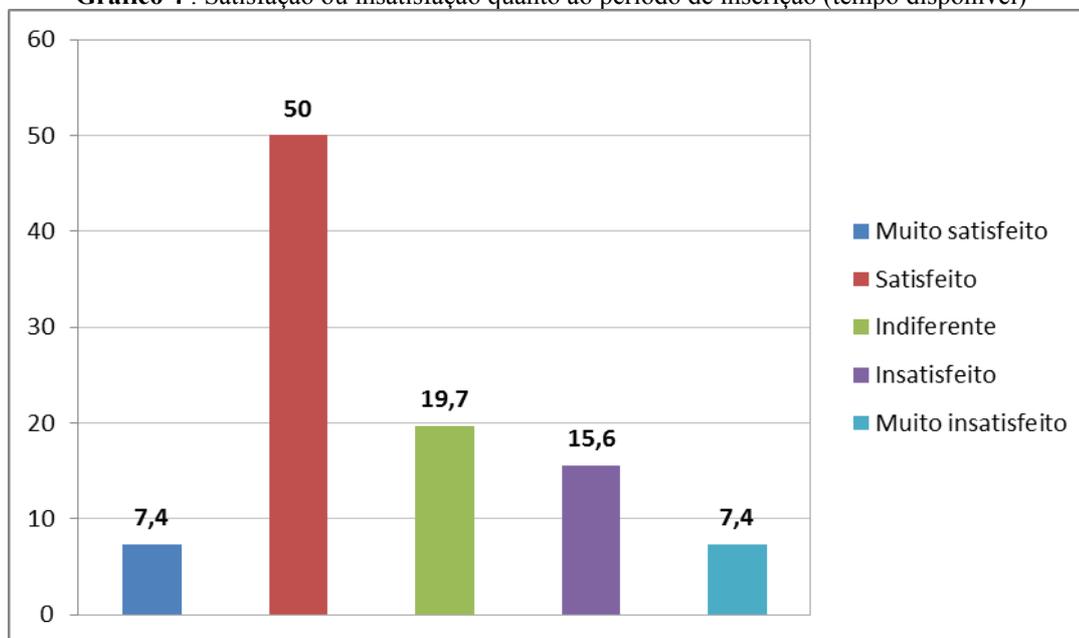
	Frequência	Porcentagem válida
--	------------	--------------------

Muito satisfeito	10	8,2
Satisfeito	75	61,5
Indiferente	20	16,4
Insatisfeito	11	9,0
Muito insatisfeito	6	4,9
Total	122	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015

Em relação ao período de inscrição, que é o tempo que o edital estabelece para que os alunos interessados possam realizar sua inscrição no Programa (preencher o questionário socioeconômico e apresentar fotocópia da documentação comprobatória) o gráfico 5 explicita que pouco mais da metade (57,4%) estão satisfeitos ou muito satisfeitos, contra 19,7% que estão indiferentes e 23% que estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos.

**Gráfico 4 :** Satisfação ou insatisfação quanto ao período de inscrição (tempo disponível)



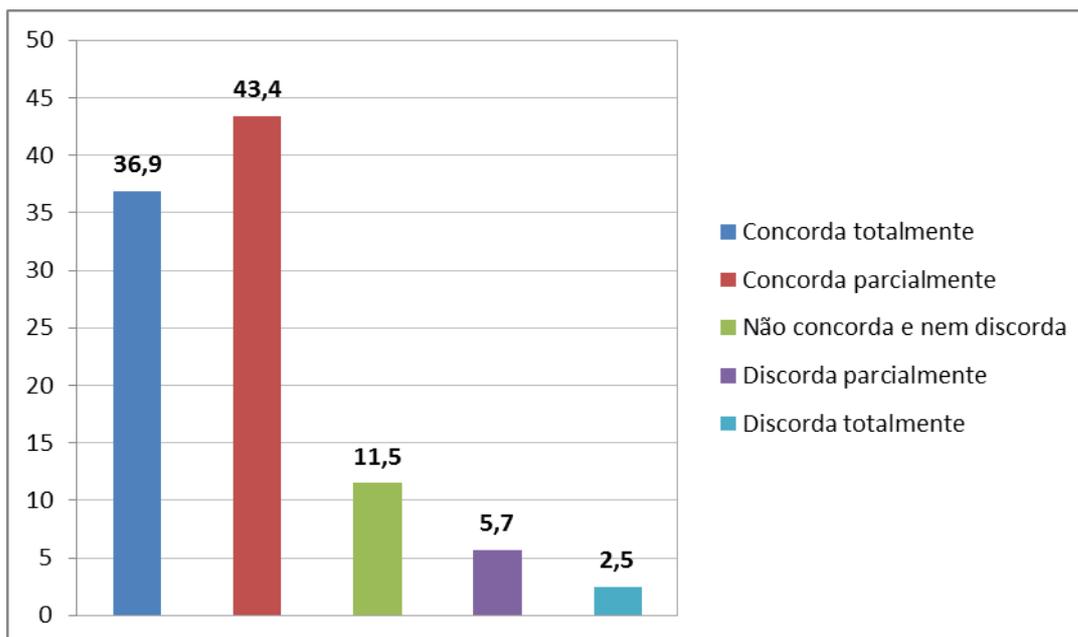
**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015

Esse dado nos indica que uma considerável parcela acha que o tempo disponível não é suficiente para realizar as inscrições e, ainda, reunir toda documentação necessária. Este fato tem grande responsabilidade no alto número de indeferimentos por documentação incompleta, como se observou nos resultados do Edital 04/2015, disponibilizados pelo *Campus* Pirapora.

Quanto aos instrumentos e meios utilizados na metodologia de execução do Programa adotado, a questão “O preenchimento do questionário socioeconômico atualmente é feito manualmente (impresso, preenchido e entregue pelo aluno junto com a documentação),

isso gera uma morosidade (demora) no processo de seleção”, aferiu-se a concordância dos beneficiários:

**Gráfico 5:** O preenchimento do questionário socioeconômico feito manualmente gera uma morosidade (demora) no processo de seleção



**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015

Nota-se no que 36% dos alunos concordam totalmente com a assertiva, 43,4% concorda parcialmente, 11,5% não concorda e nem discorda e somente 8,2% discordam totalmente ou parcialmente. Verifica-se, portanto, que na percepção dos discentes atendidos pelo Programa a ausência de um sistema eletrônico contribui significativamente para a morosidade do processo de seleção. Conforme dados disponibilizados pelo *Campus* Pirapora, o processo dura, em média, 02 meses ou mais quando há um grande número de alunos inscritos.

A morosidade na realização do processo de seleção indica umas das fragilidades na execução do Programa, visto que este tem como objetivo ser um dos mecanismos de permanência e êxito dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2010). O não atendimento, em tempo hábil, dos alunos que se encontram nessa situação pode contribuir para sua evasão no período, tendo em vista aqueles não terem acesso a benefícios básicos como alimentação e transporte.

Ainda sobre este aspecto da informatização de parte do processo de seleção do Programa, na questão “A ausência de um sistema informatizado contribui para a morosidade da seleção e dificulta o acompanhamento da frequência mensal dos alunos para o pagamento dos auxílios”, detectou-se na Tabela 19, que 53,3 % dos alunos concordam totalmente e 25,4 % concordam parcialmente, apenas 15,6% não concorda e nem discorda e, 5,7%, discorda totalmente ou parcialmente.

**Tabela 19:** Ausência de sistema informatizado contribui para morosidade da seleção e dificulta acompanhamento da frequência mensal

	Frequência	Porcentagem
Concorda totalmente	65	53,3
Concorda parcialmente	31	25,4
Não concorda e nem discorda	19	15,6
Discorda parcialmente	6	4,9
Discorda totalmente	1	0,8
Total	122	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

A alta concordância dos alunos pesquisados (78,7%) denota que a realização do processo de forma manual não favorece a celeridade do mesmo, comprometendo a seleção e o acompanhamento da frequência mensal que é um dos critérios condicionantes de manutenção do aluno beneficiário no Programa.

No tocante às etapas do processo, já salientamos que a primeira consiste na avaliação socioeconômica, na qual é realizada a análise dos documentos comprobatórios da situação familiar do aluno e verificada a necessidade de recebimento dos auxílios. Essa etapa foi considerada por 62 alunos (50,8% da amostra) como muito importante para comprovação e seleção, 59 alunos (48,4% da amostra) a consideraram importante e apenas um aluno avaliou essa etapa como nem importante, nem sem importância para comprovação e seleção. Comprova-se que os alunos consideram relevante o cumprimento dessa burocracia uma vez que se trata de uma seleção com número de auxílios limitados.

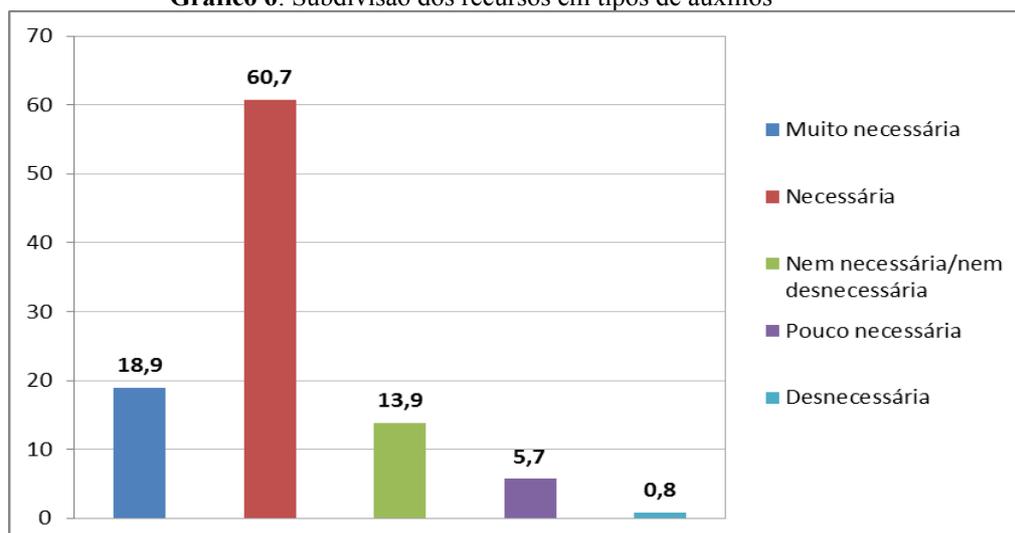
Já a segunda etapa, que consiste na entrevista realizada pelo (a) Assistente Social do *Campus*, a fim de verificar as condições socioeconômicas gerais da família, 49 alunos (40,2% da amostra) a vê como muito importante, 60 alunos (49,2%) como importante, 10 alunos (8,2%) nem importante, nem sem importância e somente 03 alunos consideram pouco importante. Portanto, essa etapa é percebida pela maioria dos beneficiários como relevante, sendo o momento em que eles podem esclarecer suas dúvidas, condições e razões pelas quais

estão solicitando os auxílios. Além de facilitar o trabalho da comissão da Assistência Estudantil no conhecimento da realidade dos discentes, o que muitas vezes não é tão perceptível por meio da análise dos documentos.

A entrevista é adotada por grande parte dos IFs no processo de acesso/seleção, sendo um dos instrumentos de trabalho do Serviço Social inserido e defendido pela categoria na perspectiva apontada por Bouças (2011, p. 47): “instrumento potencializador das intencionalidades do profissional, meio para desvelar a realidade e como potencializador da troca entre sujeitos para ampliação de consciência crítica e efetivação de direitos sociais historicamente conquistados...”. Sua importância reside na possibilidade de uma intervenção profissional crítica, um conhecimento mais profundo sobre a realidade e, sobretudo, desvinculada de um caráter fiscalizador e repressor historicamente construído nas políticas públicas.

Conforme o Gráfico 7, em relação à subdivisão dos recursos em auxílios, 79,6% dos alunos indicam como muito necessária ou necessária, 13,9% nem necessária, nem desnecessária e somente 6,5% a consideram pouco necessária ou desnecessária. Essa subdivisão mostrou-se realmente necessária devido à limitação de recursos, o que permite que o aluno elenque numa classificação decrescente constante no questionário socioeconômico, qual o benefício é mais importante para ele naquele momento, ficando a cargo da comissão avaliar o deferimento ou não das solicitações conforme tais apontamentos.

**Gráfico 6:** Subdivisão dos recursos em tipos de auxílios



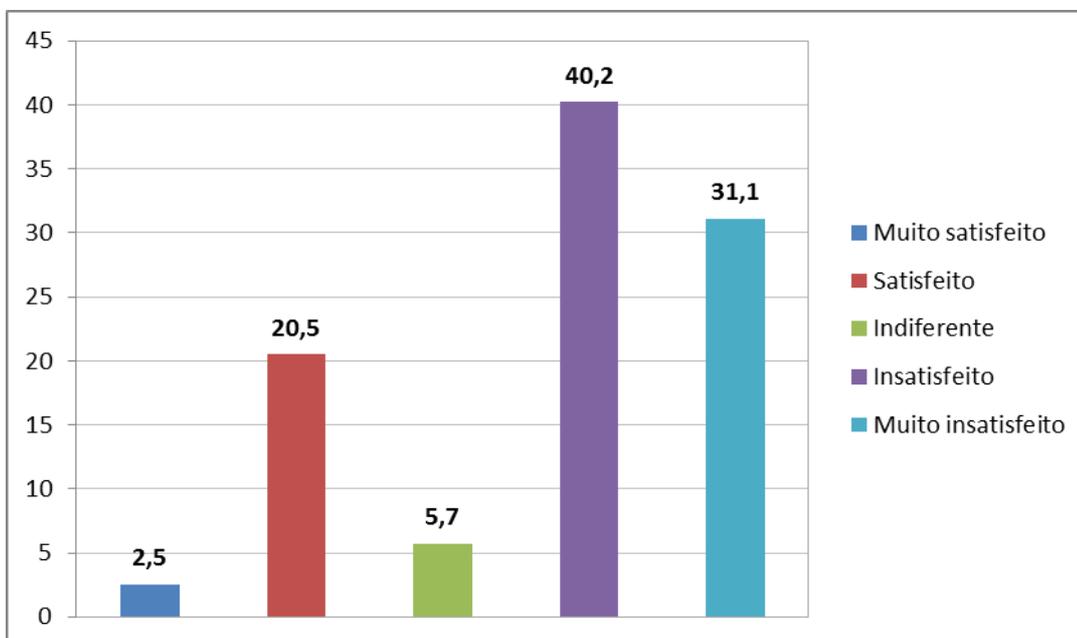
**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

Mesmo o PNAES utilizando dessas estratégias para atender à maioria e não excluir estudantes mais vulneráveis, observa-se que, quando indagados sobre os valores dos auxílios

para os gastos de permanência no curso, 51,6% os consideram insuficientes, e somente 48,4%, diz ser suficiente. Isso revela mais uma fragilidade do Programa que é atender de forma satisfatória cada aluno individualmente, haja vista os valores dos benefícios serem padronizados conforme o preço de mercado, e, mesmo assim, não suprir a necessidade dos beneficiários.

Essa condição é reforçada no Gráfico 8, quando perguntados acerca da satisfação com o recebimento mensal das parcelas do Programa, 71,3% dos alunos beneficiários disseram-se insatisfeitos ou muito insatisfeitos, 5,7% indiferentes, 20,5 satisfeitos e somente 2,5% muito satisfeitos:

**Gráfico 7:** Recebimento mensal das parcelas



**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-Campus Pirapora/2015

O grande número de alunos insatisfeitos com o recebimento mensal das parcelas decorre, dentre outros aspectos, da falta de regularidade nos pagamentos. Documentos fornecidos pelo Setor de Assistência ao Educando do *Campus* Pirapora indicam que estes não foram feitos mensalmente no ano de 2015, principalmente por questões ligadas à apuração mensal da frequência e liberação dos recursos previstos pelo governo.

Neste aspecto, há que se considerar que além dos problemas internos da execução, os atrasos também estão relacionados à questões maiores, da conjuntura, tais como o contingenciamento dos recursos pelo governo e a demora de liberação do recurso previsto

para pagamento das parcelas, por vezes as solicitações de pagamento ficam aguardando crédito para, efetivamente, serem pagas e o aluno ter acesso aos valores, situação que foi observada nas análises dos documentos do *Campus*.

Essa questão do atraso no recebimento das parcelas ficou evidente quando foi solicitado que o aluno atribuísse valor em uma escala de 01 a 05, no qual 01 era maior ocorrência (muito alto) e 05 menor (muito baixo) na assertiva “Os auxílios são pagos em atraso, devido o processo de apuração de frequência mensal (envio do diário pelos docentes ao SISPLAN)<sup>5</sup>”, 77% dos discentes apontaram um valor “muito alto” e “alto” para o atraso na entrega da frequência, principal motivo dos atrasos nos pagamentos dos benefícios. Os demais atribuíram valor “médio” (9,8%) e 12,3% revelaram um valor “baixo” ou “muito baixo” a esse impasse.

**Tabela 20:** A respeito do funcionamento do programa no *Campus* Pirapora, por favor, atribua um valor, na escala de 1 (muito alto) a 5 (muito baixo), para cada item: [Os auxílios são pagos em atraso, devido o processo de apuração de frequência mensal (envio do diário pelos docentes ao SISPLAN)]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
1 = Muito Alto	73	59,8	59,8
2 = Alto	22	18,0	18,0
3 = Médio	12	9,8	9,8
4 = Baixo	7	5,7	5,7
5 = Muito baixo	8	6,6	6,6
Total	122	100,0	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015

O que se percebe dessa questão de atraso é que, por mais que o processo seja manual (envio de diários), não é motivo suficiente para que haja atrasos corriqueiros na apuração da frequência. Isso denota falta de compreensão de alguns docentes de que, além de cumprir com sua função de disponibilizar a frequência dos discentes, alguns dos seus alunos dependem desse ato para continuar a assistir as aulas e desenvolver bem suas atividades. Gera um trabalho constante e desgastante à comissão da AE, que é a busca pela regularização desse processo para que os educandos não fiquem prejudicados no seu direito de acesso e permanência.

<sup>5</sup> SISPLAN- Sistema de planilhas eletrônicas (diário escolar) utilizados no registro escolar dos cursos técnicos de nível médio pelo IFNMG-*Campus* Pirapora.

Foi solicitado ainda aos respondentes que atribuíssem um valor, na escala de 1 (muito alto) a 5 (muito baixo) sobre o recebimento dos auxílios em atraso devido a problemas na execução pela comissão responsável. A partir dessa questão, e, quando comparada com a anterior, observa-se que foi menor o número de discentes (49,2%) que atribuíram um valor “muito alto” ou “alto” a esse item, tendo em conta que a Comissão depende, exclusivamente, da entrega da frequência pelos docentes. Não se pretende retirar aqui a responsabilidade da AE em cumprir sua função de viabilizadora dos direitos dos alunos, mas o que se avalia é que a instituição deve trabalhar em consonância de objetivos, compreendendo que seus trabalhos são, na maioria das vezes, interdependentes, e que o não cumprimento de uma etapa acaba prejudicando justamente o aluno, alvo final de todo processo educativo. Na sequência das respostas da questão anterior, 26,2% dos alunos atribuíram valor “médio” e 24,6%, valor “baixo” ou “muito baixo” para a indagação apresentada, como mostra a Tabela 20.

**Tabela 21:** A respeito do funcionamento do programa no *Campus* Pirapora, por favor, atribua um valor, na escala de 1 (muito alto) a 5 (muito baixo), para cada item: [Recebimento dos auxílios em atrasados devido a problemas na execução pela Comissão responsável]

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida
1 = Muito Alto	36	29,5	29,5
2 = Alto	24	19,7	19,7
3 = Médio	32	26,2	26,2
4 = Baixo	10	8,2	8,2
5 = Muito baixo	20	16,4	16,4
Total	122	100,0	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015

Quando perguntados se além dos auxílios financeiros os alunos são atendidos por outros serviços da Assistência Estudantil, 80,3% informaram que não e apenas 19,7% responderam afirmativamente. Os serviços: atendimento psicológico, atendimento social e o custeio de viagens para participação em eventos científicos, esportivos e culturais foram os mais citados. Esse dado nos indica que a transferência de recursos financeiros aos discentes é o cerne da política no *Campus* e os outros serviços, por vezes, não são associados à política ou são acessados com menor frequência.

Os entrevistados tiveram a oportunidade ainda de opinar acerca da assertiva “O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES contribui para a promoção da inclusão social pela educação” e obteve-se as seguintes respostas: houve um número maior de discentes que concordam (81,9%), sendo que 50,8% concordam totalmente e 31,1% concorda

em parte, enquanto 14,8% não concorda nem discorda, e 3,3% discorda total ou parcialmente, como mostra a Tabela 22:

**Tabela 22:** O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES contribui para a promoção da inclusão social pela educação

	Frequência	Porcentagem
Concorda totalmente	62	50,8
Concorda parcialmente	38	31,1
Não concorda nem discorda	18	14,8
Discorda parcialmente	3	2,5
Discorda totalmente	1	0,8
Total	122	100,0

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus* Pirapora/2015

Está clara a posição dos discentes sobre o PNAES no *Campus* Pirapora, ela desvela uma premissa já defendida pela política, que é a inclusão através da educação para garantir, mesmo que minimamente (em razão de tantas dificuldades), os direitos sociais dos educandos em situação socioeconômica desfavorável e permitir que todos possam participar ativamente do processo educativo. Além da transferência de recursos financeiros, o fornecimento de auxílios universais também servem como importante parâmetro para promover a inclusão dos educandos, viés que precisa ser mais incentivado e desenvolvido no IF pesquisado.

Quando solicitados a apontarem falhas na execução e funcionamento do Programa, bem como sugestões de melhorias, os educandos se sentiram à vontade para responder dissertativamente à questão, na qual foi possível notar o atraso/demora no processo de pagamento em 89% das respostas, fato que corrobora com as respostas apresentadas anteriormente. Os alunos estão bastante insatisfeitos com a morosidade da execução do Programa, o que faz com que muitos fiquem à mercê da insuficiência de recursos para se alimentar, adquirir material pedagógico e se locomover até o *Campus*, como pode ser observado em algumas de suas falas:

Negativo no programa é a demora do repasse do benefício, pois se viesse mensalmente em uma data específica evitaria muitos transtornos, pois para quem não tem uma renda como eu, as vezes é necessário pedir dinheiro emprestado pra poder chegar no IFNMG, ou até mesmo ir a pé (sic). Aluno 115

...Mas também o atraso do auxílio relata-se de pessoas que precisam como pagar a van ou os meninos que não mora na região e teque ficar não instituto o dia todo tem vez que ele não tem condição de pagar o lanche durante o período que eles estão (sic). Aluno 44

...O que eu considero negativo no programa é o atraso em grande tempo, algumas vezes demora mais de quatro meses, o suporte fornecido pelo programa é essencial para a manutenção da vida escolar (sic). Aluno 32

O que mais pesa na negatividade é o atraso do pagamento do benefício, uma vez que o mesmo é dependente de uma série de questões burocráticas, mas o que se torna maior em questão do descaso é a falta de responsabilidade de alguns membros do corpo docente com relação a pontualidade de entrega dos diários; trâmite fundamental para que o programa seja executado de forma rápida e precisa (sic). Aluno 99

O auxílio é pago com muito atraso, o que faz com que as contas para as famílias fiquem ainda mais altas causando grandes problemas na vida dos estudantes. A aceleração no processo de pagamento faria com que muitos problemas fossem sanados (sic). Aluno 51

O atraso do pagamento das parcelas é algo que necessita ser melhorado. As necessidades para a qual o programa foi destinado não costumam esperar afetando negativamente e contribuindo para o não cumprimento da sua finalidade (sic). Aluno 118

As opiniões elencadas acima revelam o desequilíbrio que há entre a intenção de contribuir com os estudantes a se manterem na escola, criando neles a expectativa do pagamento do benefício, e a triste realidade na demora desses pagamentos, mostrando o quanto faz falta esse recurso para suprir as necessidades, sobretudo, de transporte e alimentação dos respondentes. Esse problema acaba impactando as famílias que, mesmo com condições socioeconômicas vulneráveis e com muita dificuldade arcam com essas despesas, a fim de que o educando não deixe de frequentar às aulas.

Não se pode deixar de ressaltar também a fala do Aluno 199, quando afirma que “*As necessidades para a qual o programa foi destinado não costumam esperar afetando negativamente e contribuindo para o não cumprimento da sua finalidade (sic)*”, ou seja, as necessidades são cotidianas e não há como esperar por até quatro meses (como foi relatado) para receber o auxílio se a latência por alimentação, transporte e material escolar é diária. Por isso, ele diz que o Programa não está cumprindo efetivamente sua finalidade, o que é parcialmente verdade, pois existem muitas falhas a serem corrigidas, levando em conta a urgência da inclusão e permanência dos discentes.

Esse problema na operacionalização do Programa cerceia o direito de permanência do aluno, ao não atendê-lo em tempo hábil e satisfatoriamente, fragiliza o objetivo central do Programa que é combate à evasão e inclusão social pela educação. Em um estudo sobre evasão escolar em instituição pública de ensino profissional, Moreira (2012), ressaltou que os fatores socioeconômicos foram elementos contributivos para a decisão de evadir do sistema educacional. Ele observou que os entrevistados, provenientes de famílias cuja renda variava

entre um a três salários mínimos, declararam terem tido necessidade de abandonar o curso para ingressar no mercado de trabalho porque precisavam ajudar nas despesas da família.

Outros alunos também levantaram pontos importantes como a falta de informação, injustiça na concessão dos benefícios e a burocracia do processo, como se pode observar nas falas abaixo:

A falta de busca de informações sobre os candidatos, pois muitas vezes ocorre casos de injustiça entre os candidatos onde uma pessoa que tem mais condições que outras acaba ganhando mais que uma com renda mais baixa que ela. Aluno 25

Algumas pessoas acabam recebendo o auxílio sem necessidade. Seria viável fazer uma seleção mais detalhada, devido ao número de pessoas que recebem sem necessidade. Para uma melhoria continua, uma nova seleção seria bom (sic) Aluno 30

A assistência estudantil é muito importante para os alunos e muito importante melhorá-la a cada dia. É preciso melhorar no processo seletivo, tendo em vista que muita pessoas ricas recebeu grande número de auxílio só por morarem longe do Campus, sendo que q eles tem capacidade financeira para cobrir esse custo. Outro, pobres, recebem pouco só por não atenderem as demandas. Tem que ser revisto a salário de cada família. (sic) Aluno 50

O programa traz benefícios para os alunos, principalmente que tem renda baixa, colaborando com ele para com gastos no *Campus*, que muitas vezes elevados. Creio que o sistema de adesão ao programa deveria ser modificado, sendo usado um meio menos burocrático. Aluno 11

Considero negativo a demora no pagamento das parcelas. Minha sugestão é que ao ocorrer os atrasos pelo menos avisem os participantes. Creio que seria ótimo a divulgação deste tipo de informação para os alunos. Aluno 20

Alguns respondentes apontaram a falta de justiça na concessão dos benefícios, mas deve ser levado em consideração que se trata de uma seleção realizada por meio de análise socioeconômica, através de documentos que comprovam renda, despesas, bem como outros indicadores sociais da família, coletados ou confirmados na entrevista com o Assistente Social, tais como: situação de moradia, saúde dos membros, bens da família, dentre outros, de forma que se avalie a real condição de vulnerabilidade socioeconômica para além de uma análise restrita a renda *per capita*. Nesse sentido, o desconhecimento desse processo e/ou ausência de maiores esclarecimentos pela comissão de Assistência Estudantil favorece a alegação de injustiça. Ademais, é importante considerar outras formas para realizar essa avaliação para uma qualidade maior no atendimento.

Ainda quanto à questão da falta de transparência e informações acerca do processo, considera-se que todos os resultados do edital são amplamente divulgados, porém os atrasos

nem sempre são justificados aos discentes, permitindo que eles construam opiniões equivocadas sobre o Programa. Como os atrasos são corriqueiros, é indispensável que a Comissão divulgue tal informação para que os discentes não fiquem esperando um benefício que pode demorar mais do que o aceitável.

No que tange à burocracia do processo, o grande volume de documentos exigidos e a inscrição por meio manual foram muito apontados pelos respondentes, os quais sugeriram a informatização como solução para essa demanda, disponibilizando o QSE de forma *on line*. Além do mais, a informatização favorecerá o levantamento de dados, análises, sistematização e acompanhamento pela equipe de execução e pela gestão.

Outras propostas apresentadas pelos entrevistados foram: penalização aos responsáveis e maior rigor com os diários de frequência, ampliação do quantitativo e valor de auxílios, melhor análise financeira dos estudantes e esclarecimentos sobre os atrasos de pagamentos. Essas propostas vão ao encontro das demandas urgentes do Programa, que, como pode ser visto, não tem conseguido se firmar totalmente como política de inclusão no *Campus Pirapora* em virtude dos empecilhos apontados. As fragilidades no processo de execução do PNAES precisam ser revistas para que ele cumpra realmente o que se propõe, e não funcione de forma minimalista e inconstante.

Solicitou-se aos discentes que discorressem sobre a relevância ou não do Programa em suas vidas, suas respostas estão sintetizadas nas subcategorias da Tabela X:

**Tabela 23:** Comentários sobre a relevância ou não do Programa

Subcategorias	Frequência	Porcentagem
Contribui/ajuda na manutenção do aluno no <i>Campus</i>	50	41,0
Dá condições de estudar	38	31,1
Melhora o convívio escolar	6	4,9
Motiva alunos que moram longe a estudar	9	7,4
Não vê relevância no Programa	10	8,2
Considera relevante, mas não fez comentários	9	7,4
<b>Total</b>	<b>122</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** Questionário percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus Pirapora*/2015

Observa-se que mesmo com os problemas apontados, os alunos reconhecem a relevância do programa (84,4) enquanto mecanismo de direito social, ele contribui para o acesso, permanência e conclusão dos estudos, no sentido defendido por Vasconcelos (2010)

de propiciar recursos para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, como ilustram as falas abaixo:

O programa é de suma importância para os alunos se manterem na instituição, a região é muito subdesenvolvida, e as famílias tem a necessidade do auxílio como garantidor da permanência de seus filhos na educação. Além também de proporcionar experiências de crescimento acadêmico, profissional e até experiência de vida com os auxílios de custeio de viagens para participação em eventos de ensino pesquisa e extensão e culturais (sic). Aluno 01

O programa de assistência estudantil é muito importante para que aja um melhor convívio no ambiente escolar (sic). Aluno 04

O programa é importante ajuda muito os alunos; E, é uma forma de mantê-los na maioria das vezes em um ensino de qualidade seja ele, técnico ou mesmo superior. O atendimento transparente e verídico as informações. Promove de fato a inclusão social e assistência necessária para a permanência dos alunos na instituição. (sic) Aluno 23

É muito importante para motivar alunos que moram longe do *Campus* a vir estudar, e assim procurar uma boa formação acadêmica, além de ajudar em alguns problemas financeiros pessoais (sic). Aluno 13

O programa e muito importante para os estudantes de baixa renda, muitas vezes moram longe ou em outras cidades é não tem condições de vim ao *Campus*, e de extrema importância o auxílio, porque sem ele muitos estudantes deixariam o campos(sic) Aluno 24

As respostas dos alunos demonstram que a relevância do Programa parte de uma concepção ampliada da Assistência Estudantil, conforme Souza (2011), transita em diversas áreas dos direitos humanos, ao compreender ações que devem proporcionar desde condições de acesso a outras políticas como a saúde, instrumentos pedagógicos necessários, acompanhamento das necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros, este último é o mais evidenciado e reconhecido nas falas dos alunos, logo, indica que as demais ações precisam ser mais bem implementadas, ampliadas e/ou ofertadas sistematicamente.

No entanto, pondera-se que os estudantes que disseram que o Programa não é relevante (8,2) o fizeram motivados pelos impasses existentes em sua execução, como mostram os trechos a seguir:

Atualmente pra mim não tem feito diferença nenhuma ter auxílio ou não porque eu que arco com meus gastos dentro do *Campus* e pra chegar até aqui, porque não está sendo certo o que ta acontecendo, então não ta fazendo diferença nenhuma, pois estão fazendo descaso com os alunos (sic). Aluno 81

O atraso do envio da mensalidade, prejudicando o pagamento de alimentos e materiais escolares dos alunos. Afetando a produtividade escolar (sic). Aluno 69

depois desses atrasos da assistência estudantil não tem feito muita diferença por que resolvi não conta com ele para meu transporte não poderia fica ausente das aulas. outra tem pessoas que recebem quase todos e tem pessoas que recebem apenas um como eu..... muito injusto (sic) Aluno 02

Esses posicionamentos vêm mais uma vez reforçar a fragilidade do Programa. Por mais que ele seja apontado como irrelevante por uma minoria, não se pode olvidar que há pontos negativos a serem retificados, visto que alguns alunos estão se sentindo excluídos, injustiçados e/ou encorajados a desistir dos estudos porque não recebem o apoio devido em função da execução do PNAES no *Campus*.

A realidade socioeconômica dos discentes, como já apontado no perfil, é bastante desfavorável em razão da realidade da região em que estão inseridos. Por isso, criam bastante expectativas quanto ao ingresso no IFNMG e às formas que a instituição os ajudará a concluir os estudos. Porém, quando ingressam acabam se decepcionando, pois o Programa de Assistência Estudantil não funciona como o esperado, e o que era para ser uma ação positiva acaba caindo no descrédito, contribuindo para o aumento da vulnerabilidade de alguns alunos que dependem exclusivamente dos recursos para se locomoverem até ao IF ou se alimentarem no período em que estão na escola.

## **6 PRODUTO TÉCNICO**

A pesquisa no âmbito do mestrado profissional requer uma preocupação com o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional, bem como a possibilidade de estudar, cientificamente, um problema do cotidiano do trabalho e propor respostas aplicáveis, contextualizar questões e apresentar soluções técnicas visando o desenvolvimento da instituição e/ou local.

Por conseguinte, os dados levantados sobre os aspectos relevantes, fragilidades e implicações da metodologia de implementação do Programa de Assistência Estudantil no IFNMG mostrou que ela necessita de uma redefinição em alguns pontos com o objetivo de aperfeiçoar e otimizá-la. A redefinição da metodologia de execução do Programa do IFNMG, passa por 03 pontos centrais: atualização da regulamentação interna e ampliação do controle social; otimização do processo de inscrição, acompanhamento e a sistematização dos dados e avaliação por meio de relatórios semestrais ou anuais.

Na atualização da Regulamentação interna, a partir das falas da equipe de execução do *Campus* e documentos, nota-se que há a necessidade de discussões no âmbito do IFNMG. Propõe-se uma revisão do Regulamento de forma a torná-lo mais aplicável e condizente com a realidade, uma vez que há pontos defasados ou passíveis de alteração para melhor aplicabilidade como por exemplo, a obrigatoriedade da frequência dos alunos de 80% mensal e as demais normas preceitua 75%. E ainda, a redefinição e organização de alguns conceitos e modalidades de auxílios ofertados.

Outro ponto relevante é a necessidade de se ter um setor de gestão específico para a assistência estudantil para uma melhor condução das ações no IFNMG e aporte aos *campi*, uma vez que a vinculação à Pró-Reitoria de Extensão não é adequada porque trata-se de uma política de atendimento ao aluno de forma integral, com ações que não se caracterizam como atividades de extensão e também por demandar certa atenção à questões diretamente relacionadas ao ensino, como é o caso do acompanhamento pedagógico dos alunos atendidos.

A ampliação do controle social do Programa pelo discente e comunidade: ao redefinir a metodologia é importante assegurar a participação do aluno, tanto no processo de decisão da destinação dos recursos anual da Assistência Estudantil, em seu *Campus*, quanto na avaliação de execução do Programa. À vista disso, sugere-se que representantes eleitos pelos alunos, participem das reuniões da comissão da Assistência Estudantil com tais pautas. Sugere-se, também, a criação, no site, de um espaço para críticas, sugestões e participação dos discentes

de forma interativa. E no fim do ano, os alunos preencheriam um questionário eletrônico de avaliação do Programa para composição do relatório anual.

Na otimização do processo de inscrição, acompanhamento e sistematização dos dados, fortemente apontada como uma das fragilidades do Programa, propõe-se a informatização de parte do processo, através da criação de um Sistema Integrado de inscrição, monitoramento e avaliação da Assistência Estudantil do IFNMG. Esse sistema eletrônico proposto será vinculado ao Sistema Acadêmico de Gestão da Unificada (SAGU) do IF e com acesso específico dos servidores que executam o Programa. A ideia é que a inscrição dos alunos seja realizada de forma *on line* e “aproveite” o banco de dados anteriormente preenchidos na matrícula e dos ingressantes pelo sistema de reserva de vagas (na modalidade com renda inferior a um salário mínimo e meio) também “aproveite” a documentação comprobatória específica para esta modalidade quando tal aluno se inscrever na seleção do Programa.

Desse modo, o sistema será importante na primeira etapa do processo já que propiciará a extração dos dados do questionário socioeconômico de forma rápida e facilitará a análise a partir de indicadores sociais pré-estabelecidos.

Ressalte-se que a entrevista permanecerá, pois conforme evidenciou-se na pesquisa, ela é imprescindível para uma seleção mais consistente e justa, e, ademais, é estratégica no levantamento de outras demandas dos alunos para a Assistência Estudantil. Mas, ao se redefinir o fluxo de concessão dos auxílios buscar-se-á mecanismos para agilizar o processo, uma possibilidade a se considerar na discussão e atualização da Regulamentação Interna é a realização da entrevista junto com a análise de documentos bem como o fluxo do procedimentos.

O acompanhamento/monitoramento será facilitado, uma vez que vinculado ao SAGU, a frequência pode ser apurada de forma ágil, se a alimentação dos diários eletrônicos for feita como se exige. Neste sentido, sanará o problema de atrasos dos pagamentos do Programa devido essa apuração. E o acompanhamento dos alunos beneficiários poderá ser mais bem estruturado pela equipe multidisciplinar do *Campus*.

Quanto à sistematização dos dados do questionário socioeconômico, com a utilização do sistema eletrônico será possível realizar, anualmente, um levantamento do perfil socioeconômico (renda, ocupação dos pais/responsáveis, escolaridade, etnia, moradia, família, cidade de origem e outros) dos alunos contemplados, e assim, fazer diversas análises e avaliar o programa. Essa sistematização dos dados, em cada *Campus*, é de suma relevância para o

planejamento das ações e poderá gerar um banco de dados da Assistência Estudantil do IFNMG.

Nessa perspectiva, apresentamos abaixo um breve esboço para construção do programa, entretanto, ele deve ser debatido e aprimorado em consonância com as discussões e atualizações da política.

## 6.1 SISTEMA INTEGRADO DE INSCRIÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG

### **Objetivo:**

Propiciar a inscrição, monitoramento, acompanhamento/avaliação do Programa de Assistência Estudantil do IFNMG.

### **Público:**

Alunos, servidores responsáveis pela execução do Programa de Assistência Estudantil no *Campus* e gestão

### **Instrumentos/base de dados:**

O sistema deverá usar a base de dados do Registro Escolar do *Campus* por meio de sua vinculação com o Sistema Acadêmico de Gestão da Unificada (SAGU), para acesso aos dados dos alunos inscritos no Programa (pessoais, endereço, modalidade de ingresso etc.), dados de frequência e rendimento escolar, situação junto à biblioteca, dentre outros relevantes e inter-relacionados com a política da Assistência Estudantil. Conterá também o Questionário Socioeconômico específico para seleção do Programa.

### **Estrutura/interfaces**

O sistema deverá prevê interfaces distintas com padrões de acesso para cada um dos públicos:

**O módulo do discente**, contemplará o Questionário Socioeconômico para preenchimento *on line* no período determinado. Se o aluno for selecionado para recebimento dos auxílios monetários do Programa, ele poderá acompanhar a disponibilização dos

pagamentos, eventuais ocorrências, convocações para atualizações de dados, informar mudanças, solicitar e agendar atendimentos para os serviços da Assistência Estudantil, dentre outras informações. E, anualmente responderá um questionário de avaliação do Programa.

**O módulo do servidor**, para os responsáveis pela execução do Programa, deve possibilitar o acesso ao banco de dados gerados pelo preenchimento do Questionário Socioeconômico na inscrição do aluno, dados gerais do registro escolar discente, bem com a categorização e classificação dos alunos por meio de indicadores sociais definidos, tais como renda *per capita*, condições de moradia, situação de saúde dos membros, recebimentos de benefícios sociais e outros. Ademais, deve conter um “submódulo” de acesso restrito para o profissional do serviço social inserir informações da entrevista para avaliação/análise socioeconômica. Deve permitir ainda, o deferimento dos auxílios dos alunos selecionados no Programa, gerar planilha de pagamento mensal, o acesso à frequência dos discentes para acompanhamento/monitoramento, e, ainda, permitir o acesso aos dados da avaliação anual do Programa feito pelo discente para elaboração de relatórios.

**O módulo do gestor** terá acesso ao banco de dados gerais do Programa por *Campus*, quantitativo de alunos beneficiários, auxílios concedidos, recursos gastos, relatórios e levantamentos de perfil socioeconômico (renda, ocupação dos pais/responsáveis e escolaridade, etnia, moradia, família, cidade de origem e outros) elaborados pela comissão de execução de cada *Campus*. Possibilitará um monitoramento das ações desenvolvidas no Programa no âmbito do IFNMG.

Reitera-se que a construção do sistema deve ser parte de um processo amplo de discussão entre gestão, profissionais que executam o Programa, discentes e comunidade para melhorias substanciais e aprimoramento constante da política.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento acerca da implementação do Programa de Assistência Estudantil no IFNMG foi importante por permitir analisar o posicionamento dos agentes envolvidos nesse processo bem como a opinião dos alunos no que tange ao seu real funcionamento.

A partir da entrevista com os gestores e grupo focal identificou-se as dificuldades que esses agentes encontraram para iniciar a implantação do programa a partir de 2010, como a falta de sistematização e de conhecimento dos gestores e profissionais acerca do decreto que regulamentava essa política. Esses atores revelam ainda que possuem pouca participação na construção dos editais, os quais já vêm prontos da reitoria.

Quanto à metodologia de execução, tanto gestores quanto agentes apontaram como fragilidades: a burocracia e a morosidade do processo, a dificuldade em apurar a frequência dos alunos, falta de informatização, de avaliação, de acompanhamento dos beneficiados e controle social por parte dos discentes.

Em relação ao público alvo da assistência estudantil, foi possível estabelecer um perfil socioeconômico dele a partir do questionário aplicado e constatou-se uma população de baixa renda, em vulnerabilidade social, com condições peculiares que tornam latente a necessidade da existência de um programa eficiente, que os atenda em suas carências. Esses alunos estão distribuídos no Ensino Médio Integrado, Concomitante e Subsequente<sup>6</sup> e no Ensino Superior, e por isso, apresentam características diversas e necessidades distintas no que se refere ao apoio da Assistência Estudantil.

Os resultados da pesquisa revelam que os discentes compreendem a importância da PNAES no auxílio à permanência e êxito na escola, porém apontam também a morosidade na sua implementação, a falta de informatização, a burocracia e atrasos dos pagamentos, o que faz com essa política fique descaracterizada de sua função principal, que é o suprimento de carências como necessidades básicas de alimentação e transporte. Além disso, infere-se que o referido programa possui um caráter somente assistencial ao fornecer - na maioria dos casos - apenas auxílios financeiros, pois a maior parte dos educandos não recebe benefícios considerados universais e pedagógicos como o atendimento psicológico, atendimento social e o custeio de viagens.

---

<sup>6</sup> Modalidades de ensino ofertadas nos IFs: Integrado – O aluno cursa o ensino médio e a formação técnica, ambas no IF. Concomitante – O aluno cursa o ensino médio em outra Instituição, e, ao mesmo tempo - em outro turno, realiza no IF apenas a formação técnica. Subsequente – Quando o aluno já finalizou o ensino médio e faz um curso técnico no IF.

Logo, a visão dos envolvidos no Programa de Assistência Estudantil dos *Campi* Pirapora e Montes Claros revela a necessidade de melhorias urgentes para que o Programa continue a oferecer apoio aos discentes, intensificando-se para além dos benefícios financeiros, aprimorando sua metodologia e forma de execução, de maneira que os discentes não sejam prejudicados com os atrasos e gargalos existentes no processo.

Nessa perspectiva, identificou-se a necessidade de uma redefinição da metodologia de execução do Programa no IFNMG em 03 pontos centrais: a atualização da regulamentação interna e ampliação do controle social; otimização do processo de inscrição, acompanhamento e sistematização dos dados e a avaliação por meio de relatórios semestrais ou anuais. Dentre outros que podem ser otimizados por meio da informatização. Para isso, é importante a abertura de um processo de discussão entre equipe executora, gestão e alunos com o intuito de aprimorar o Programa e buscar mecanismos práticos de resolver seus pontos falhos.

## **REFERÊNCIAS**

ABREU, Edna Maria Coimbra de. A Assistência ao estudante no contexto da expansão da Educação

Profissional e Tecnológica no Maranhão: avaliação do processo de implementação. São Luis, 2012, 294 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

ALÓ, Claudia Cappelli; LEITE, Julio Cesar Sampaio do Prado. Uma Abordagem para Transparência em Processos Organizacionais Utilizando Aspectos. 2009. 328f. Tese (Doutorado em Ciências - Informática) Departamento de Informática, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ALVES, Jolinda de Moaes. Assistência Estudantil no âmbito da política de ensino superior pública. **Serviço Social em Revista**, v. 5, p. 15-35, 2002. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v5n1\\_Jo.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm)>

ARAÚJO, Fabrícia Silva de; BEZERRA, Juliane Cristina Bispo. Tendências da Política de Assistência ao Estudante no contexto da Reforma Universitária brasileira. Jornada Internacional de Políticas Públicas: questão social e desenvolvimento no século XXI, 3, 2007, São Luís. **Anais...**, São Luís: PGPP. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoA/cff899684c7ef149b573Fabr%C3%ADcia%20Silva%20de%20Ara%C3%BAjo.pdf>. Acesso em 13 Outubro de 2015.

ARAÚJO, Terto de. et al. Restaurante Universitário como ação de Assistência Estudantil. In: Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão: EPEX: UFRPE, 10, 2010, Recife. **Anais...** Recife: UFRPE, 2010.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: MOREIRA, Maria Cecília Roxo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC SP, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

\_\_\_\_\_. Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOUÇAS, Karine Ferreira. **Entrevista no processo de trabalho do assistente social: uma análise crítica da utilização deste instrumento na equipe de serviço social do CEMEAES – Macaé / RJ**. Rio das Ostras, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) em Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Polo Universitário de Rio das Ostras.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)> Acesso em: 02 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil**: PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 1 mai. 2014

CARVALHEIRO, Josiela Silveira. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social**: alcances, perspectivas e desafios. Pelotas: UCPEL 255f, 2013 . Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, 2013.

CARVALHO, O. F. **Educação e formação profissional**. Brasília, DF: PLANO, 2003.

CHAGAS, R. T. Anivaldo. O Questionário na Pesquisa Científica. **Administração on Line: Prática, Pesquisa, Ensino**, Campinas, v. 1, n. 1., 2000. Disponível em: [http://www.fecap.br/adm\\_online/art11/anival.htm](http://www.fecap.br/adm_online/art11/anival.htm). Acesso 20 de dezembro de 2014

CISLAGHI, Juliana Fiúza; SILVA, Matheus Thomaz da. Plano Nacional de Assistência Estudantil e a expansão de vagas nas universidades federais:abrindo o debate. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo, Educação e Emancipação Humana, 5, Florianópolis, 2011. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011.

CONCEIÇÃO. Joaquim Tavares da. História do internato: ensino agrícola federal (1934-1967). **Revista de História**, v. 2, n. 1, p.80-99, 2010. Disponível em: <[http://www.revistahistoria.ufba.br/2010\\_1/a06.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2010_1/a06.pdf)>. Acesso em 02 de fevereiro de 2015

COSTA, Simone Gomes. A Permanência na Educação Superior no Brasil: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. *In*:Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 9, Florianópolis, 2009. **Anais...** Florianópolis: [s.n], 2009.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAL-FARRA, Rossano André; LOPES, Paulo Tadeu Campos. Métodos mistos de pesquisa em Educação: pressupostos teóricos. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 24, n. 3, p. 67-80, set./dez. 2013. Disponível em: < <http://goo.gl/l3wIqL> >. Acesso em: 03 ago. 2015.

FARO, Ailton. **Os desafios da Assistência Estudantil como política de inclusão**. 2008. Disponível em: <[http://www.ufpa.br/fonapraxe/index.php?option=com\\_content&view=article&id=54:os-desafios-da-assistencia-estudantil-como-politica-de-inclusao&catid=1:ultimasnoticias&Itemid=50](http://www.ufpa.br/fonapraxe/index.php?option=com_content&view=article&id=54:os-desafios-da-assistencia-estudantil-como-politica-de-inclusao&catid=1:ultimasnoticias&Itemid=50)>. Acesso em: 17 jun. 2014.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; POCHMANN, Márcio.. Educação e Juventude na sociedade pós-industrial. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana. (Org.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 239-260.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ENSINO; CONIF. **Relatório de Fortaleza**. Seminário: Construção de Princípios e Diretrizes para as Políticas de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Fortaleza, 06 e 07 de dezembro de 2010.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino**

**superior: relatório final da pesquisa.** Brasília, DF: FONAPRACE, 2004. Disponível em: <[http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace\\_com\\_linhas.pdf](http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace_com_linhas.pdf)>. Acesso em: 04 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Assistência Estudantil. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos estudantis e Comunitários. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.** Brasília, DF: FONAPRACE, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 35, n.2, p.115-21, jun, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra.** Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra/default\\_resultados\\_gerais\\_amostra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/default_resultados_gerais_amostra.shtm)> Acesso em 10 jan, 2016

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS. **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI (2014-2018).** Montes Claros/MG, 2013. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/> Acesso em 10 de janeiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do exercício de 2010.** Montes Claros: IFNMG, 2010. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/acessoinformacao/auditorias>. Acesso em 01 fevereiro de 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do exercício de 2011.** Montes Claros: IFNMG, 2011 Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/acessoinformacao/auditorias>. Acesso em 01 fevereiro de 2015

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do exercício de 2012.** Montes Claros: IFNMG, 2012. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/acessoinformacao/auditorias>. Acesso em 01 fevereiro de 2015

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão do exercício de 2013.** Montes Claros: IFNMG, 2013 Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/acessoinformacao/auditorias>. Acesso em 01 fevereiro de 2015

\_\_\_\_\_. **Regulamento da política de assistência estudantil do IFNMG.** Montes Claros/MG: [s.n], 2012. Disponível em: <http://www.ifnmg.edu.br/legislacao-assistencia-estudantil> Acessos em 10 de outubro de 2014.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores de Gestão de Políticas Públicas.** 2005. Disponível em [http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=2565](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2565). Acesso em 20 de janeiro 2015.

LEITE, Janete Luzia. Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos? **SER Social**, Brasília, DF, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012.

LIMA, Carla Patrícia Novaes de. A arte da participação a participação pela arte. **Serviço social em revista.** João Pessoa, v. 5, n.1, Jul.\Dez. 2002. Edição eletrônica. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c\\_v5n1\\_carla.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_carla.htm)> Acesso em: 20 de Fevereiro 2016.

LOTTA, Gabriela. **Agentes de Implementação: um olhar para as políticas públicas**. In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Campinas. ABCP, 2008.

MOURA, Dante Henrique. A função social da rede federal de educação profissional e tecnológica na educação brasileira. **Tecnologia & Desenvolvimento Sustentável**, v. 1, p. 3-23, 2007.

NASCIMENTO, Carla Martins. O papel da Universidade na garantia da permanência do estudante no ensino superior: as configurações da Assistência Estudantil na UFPE. In: Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares: Universidade: história, formação e compromisso social, 10, 2010, São Paulo. **Anais..** São Paulo: PPGE-UNINOVE, 2010.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PARENTE, Andreia Pinto Garça. **Da legislação à prática: Uma análise do Programa Auxílio Permanência, da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social**. 2013. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. 2013.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. **Cálculo amostral: calculadora on-line**. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la>>. Acesso em 09 de fevereiro 2016.

SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, 1, 2013, Goiás, . **Relatório do I Seminário Nacional de Gestores Sistêmicos de Assistência Estudantil**. Goiás, 2013, disponível em <<http://xa.yimg.com/kq/groups/22865919/897251845/name/DOCUMENTO+++Semin%C3%A1rio+da+Assit.Est.++CONIF.doc>> Acesso em 02 out, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: \_\_\_\_\_. **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**, São Paulo: Veras, 2001, p. 37-96.

SILVEIRA, Miriam Moreira da. A política de Assistência Estudantil nas universidades federais brasileiras e a atuação do Serviço Social. Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 13, Juiz de Fora, 2013. 05 a 09 de novembro. **Anais...** Juiz de Fora: [s.n.], 2012.

SOUZA, Celina. A nova gestão pública. In: \_\_\_\_\_. **Gestão Pública: Desafios e Perspectivas**. Salvador: FLEM, 2001. p. 32-47

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 23-39 2006.

SOUZA, Fernanda Santana de. Os desafios para a implantação e implementação da política de assistência estudantil no IFMT. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas, 5, 2001, São Luís. **Anais...** São Luís: [s.n.], 2011. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada\\_eixo\\_2011/impasses\\_e\\_desafios\\_das\\_politicas\\_de\\_educacao/os\\_desafios\\_para\\_a\\_implantacao\\_e\\_implementacao\\_da\\_politica\\_de\\_assistencia\\_estudantil\\_no\\_ifmt.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/cdvjornada/jornada_eixo_2011/impasses_e_desafios_das_politicas_de_educacao/os_desafios_para_a_implantacao_e_implementacao_da_politica_de_assistencia_estudantil_no_ifmt.pdf)> Acesso em 15 out. 2014

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. A avaliação da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais para o PROEJA. Juiz de Fora, 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução á Pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. **Carta do 1º Seminário de Assistência Estudantil da UNE**, 2011. Disponível em: <<http://ccs.ufpel.edu.br/wp/wp-content/uploads/2011/04/carta-do-i-seminario-de-assistencia-estudantil-da-une.doc>>. Acesso em: 13 de agosto. 2014.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho:** um estudo com egressos da UFMG. Avaliação. Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar. 2011. Disponível em:<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000100008&script=sci_arttext)> Acesso em: 2 mai. 2014.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez, 2010. Disponível em:<[www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/11361/6598](http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/11361/6598) > Acesso em: 2 mai. 2014.

VISHWANATH, Tara; KAUFMANN, Daniel .**Towards Transparency in Finance and Governance**. Draft: The World Bank, 1999.

**APÊNDICES A:** Memorando de solicitação de Autorização para utilização dos dados do questionário socioeconômico dos alunos inscritos no edital 04/2015 do Programa de Assistência Estudantil do *campus* Pirapora.



Ministério da Educação  
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais  
Campus Pirapora

PROTOCOLO Nº	1718/5
SIGA Nº	501718/5-07
Data Recebimento:	27/10/15
Horário:	16:49
Assinatura:	

MEMORANDO Nº 910 /2015/DEN/CAMPUS PIRAPORA/IFNMG

Pirapora-MG, 27 de outubro de 2015.

Ao Prof. Júlio César Pereira Braga  
**Diretor Geral – Campus Pirapora**

Prezado Diretor,

Eu, Jacqueline Alves de Jesus, Assistente Social, mestranda do Programa de pós-graduação em Educação, área de concentração Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica da Universidade de Brasília, solicito, por meio desta, autorização para utilização dos dados dos questionários socioeconômicos dos alunos inscritos no Edital nº 04/2015 de 06 de março de 2015 do Programa Institucional de Auxílios de Assistência Estudantil do *campus* Pirapora.

O estudo orientado pelo professor, Dr. Bernardo Kipnis, da Universidade de Brasília - UnB requer a análise de informações contidas no questionário socioeconômico e nos documentos relacionados aos Programa de Assistência Estudantil.

Asseguramos a confidencialidade no tratamento dos dados a serem obtidos, com o compromisso de utilizá-los unicamente dentro dos objetivos propostos nesse estudo. A pesquisa constitui o cerne da dissertação do Mestrado que tem por título: O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IFNMG: ANÁLISE, IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS DA METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO.

As informações obtidas através da análise desse questionário objetiva-se traçar um perfil socioeconômico geral do aluno beneficiado pelo Programa no *campus* Pirapora. As demais informações serão obtidas por meio de aplicação de um outro instrumento (questionário e/ou entrevista), mediante prévia autorização dos participantes da pesquisa, preservando, assim, seus interesses e o respeito a padrões éticos. Ao término, os resultados estarão disponíveis para a sua apreciação e consulta, poderão servir de apoio para futuros estudos sobre o Programa, seus impactos, contribuições, com vista a melhor atender os alunos *campus* e comunidade de Pirapora.

Na oportunidade, reitero protestos de estima e respeito e coloco-me a vossa disposição para demais esclarecimentos.

**Jacqueline Alves de Jesus**  
Assistente Social  
IFNMG – *campus* Pirapora/MG

Rua Humberto Mallard, 1355 – Santos Dumont, Pirapora/MG – CEP: 39.270-000  
Telefone: (38) 3749-6950

**APÊNDICES B:** Autorização para utilização dos dados do questionário socioeconômico dos alunos inscritos no edital 04/2015 do Programa de Assistência Estudantil do *Campus* Pirapora.



Ministério da Educação  
Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais  
Campus Pirapora

PROTOCOLO Nº	1719/15
SIGA Nº	501719/15-01
Data Recebimento	28/10/2015
Horário	10:22
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

Memorando n.º 911/2015-GAB/DG/CAMPUS- PIRAPORA/IFNMG

Pirapora, 28 de outubro de 2015.

À Assistente Social do *Campus Pirapora*  
Sra. Jacqueline Alves de Jesus

**Assunto: Responde Memorando n.º 910/2015-DEN/CAMPUS- PIRAPORA/IFNMG.**

*Senhora Jacqueline,*

Em resposta ao **Memorando n.º 910/2015-DEN/CAMPUS- PIRAPORA/IFNMG**, venho autorizar a utilização dos dados dos questionários socioeconômicos dos alunos inscritos no Edital n.º 04/2015 de 06 de Março de 2015 do Programa Institucional de Auxílios de Assistência Estudantil do *Campus Pirapora*, conforme solicitado.

Vale ressaltar que é necessário resguardar a confidencialidade dos dados a serem obtidos, com o compromisso de utilizá-los unicamente dentro dos objetivos propostos nesse estudo.

*Atenciosamente,*

  
**Prof. Júlio César Pereira Braga**  
Diretor Geral do IFNMG – *Campus Pirapora*

Rua Humberto Mallard, 1355 – Santos Dumont, Pirapora/MG – CEP: 39.270-000  
☎ (38) 3749-6950 / [gabinete.pirapora@ifnmg.edu.br](mailto:gabinete.pirapora@ifnmg.edu.br)

**APÊNDICE C: Roteiro “Questões Norteadoras do Grupo Focal”**



Universidade de Brasília

### **I - Informações Preliminares aos participantes**

- Agradecimento;
- Apresentação;
- Objetivos do Grupo Focal;
- Autorização da gravação;
- Tratamento e divulgação dos dados;
- Há dúvidas? Esclarecimento de possíveis indagações.

### **II – Questões norteadoras**

- 1) Descreva como o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) foi implantado no IFNMG, em seu *Campus*.
- 2) Como os documentos que regulamentam o PNAES foram construídos? A equipe participou?
- 3) Fale da metodologia utilizada na implementação do Programa. Como é a execução? Etapas? Critérios? Fluxo.
- 4) A metodologia de implementação do Programa de Assistência Estudantil utilizada no IFNMG (estratégias e requisitos para concessão dos benefícios) está adequada à finalidade do Programa?
- 5) O Programa de Assistência Estudantil do IFNMG da forma que é executado atende satisfatoriamente a necessidade dos alunos com vistas à sua permanência?
- 6) Quais as principais fragilidades e dificuldades encontradas na execução do Programa?
- 7) Quais pontos na execução do Programa consideram positivos?
- 8) Quais pontos/instrumentos podem ser mudados e/ou inseridos para otimizar a operacionalização do Programa?
- 9) Como é o controle social do programa? O aluno tem espaço para participar? Quais canais?
- 10) Há dados sistematizados do Programa no *Campus*? Ex. perfil do aluno beneficiários por ano, permanência...
- 11) Quais mudanças vocês sugerem na execução do Programa?

### **APÊNDICE D: Roteiro “Entrevista semiestruturada-Gestão”**



Universidade de Brasília

**I – Identificação:**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Formação:** \_\_\_\_\_

**Cargo** \_\_\_\_\_

**II – Questões:**

- 1) Descreva como o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) foi implantado no IFNMG. Quando foi?
- 2) Como foram construídos os documentos que regulamentam o PNAES no IFNMG?
- 3) Como é a metodologia utilizada na implementação do Programa no IFNMG. Porque se optou por essa forma?
- 4) A metodologia de implementação do Programa de Assistência Estudantil utilizada no IFNMG (estratégias e requisitos para concessão dos benefícios) está adequada à finalidade do Programa?
- 5) Em termos gerais, considera que a metodologia atende às necessidades dos alunos, sobretudo, aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica?
- 6) A reitoria dispõe de dados sistematizados do Programa de Assistência Estudantil de cada *Campus*? Se, sim. Quais são eles?
- 7) Quais as principais dificuldades encontradas na gestão do Programa?
- 8) Como é o controle social do programa? Quais os canais/instrumentos que o aluno dispõe para participar da gestão do programa?
- 9) Como é feita a avaliação do Programa? É anual?
- 10) Em relação aos recursos, como foi a execução em 2014?
- 11) Quais mudanças você sugere para melhorar a operacionalização do Programa?

**APÊNDICE E:** Questionário “Percepção do beneficiário do PAE-IFNMG-*Campus*”



## Questionário para alunos IFNMG campus Pirapora, beneficiários do Programa de Auxílios da Assistência Estudantil

Prezado(a) participante,

Este questionário faz parte de uma pesquisa do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica da Universidade de Brasília – UnB.

Suas respostas são muito importantes para o sucesso da pesquisa. Desde já, agradecemos a sua valiosa colaboração e enfatizamos que o preenchimento não requer identificação e que as informações prestadas serão trabalhadas apenas com o propósito de atender aos objetivos da pesquisa, que visa o aperfeiçoamento do Programa de Assistência Estudantil implantado na Instituição.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, já assinado por você, garantem: seu anonimato, o consentimento em participar do estudo e a publicação dos resultados.

Seja Sempre Bem-vindo!

Obrigada,  
Jacqueline Alves

\*Obrigatório

### PERFIL

---

#### 1. 1- Qual sua idade? \*

.....  
*Exemplo: 15 de dezembro de 2012*

#### 2. 2- Qual seu Sexo: \*

*Marcar apenas uma oval.*

Feminino

Masculino

#### 3. 3- Qual seu curso: \*

Selecione dentre as opções:

*Marcar apenas uma oval.*

Técnico em Edificações

Técnico em Informática

Técnico em Segurança do Trabalho

Técnico em Administração

Bacharelado em Administração

Bacharelado em Sistemas de Informação

Outro: .....

**25. 24- Em relação ao recebimento mensal das parcelas você está: \****Marcar apenas uma oval.*

- Muito insatisfeito
- Insatisfeito
- Indiferente
- Satisfeito
- Muito satisfeito

**26. 25- Quanto aos valores recebidos para os seus gastos de permanência no curso, você considera: \****Marcar apenas uma oval.*

- Mais do que suficiente
- Suficiente
- Insuficiente

**27. 26- A respeito do funcionamento do programa no campus Pirapora, por favor, atribua um valor, na escala de 1 (muito alto) a 5 (muito baixo) , para cada item: \***

Programa Institucional de Auxílios da Assistência Estudantil - Campus Pirapora

*Marcar apenas uma oval por linha.*

	1 = Muito Alto	2 = Alto	3 = Médio	4 = Baixo	5 = Muito baixo
Os auxílios são pagos em atraso, devido o processo de apuração de frequência mensal (envio do diário pelos docentes ao SISPLAN)	<input type="radio"/>				
Recebimento dos auxílios em atrasados devido a problemas na execução pela Comissão responsável	<input type="radio"/>				
O programa possui espaço para participação do aluno no planejamento das ações do ano.	<input type="radio"/>				
Participo de avaliações do programa anuais	<input type="radio"/>				
O programa contribui ou contribuiu para minha permanência e conclusão do curso	<input type="radio"/>				

**28. 27- Além do recebimento dos auxílios você é atendido (a) por algum serviço da assistência estudantil? \****Marcar apenas uma oval.*

- Não
- Sim

**APÊNDICE F: Termos de Consentimentos Livre e Esclarecido: Alunos, Gestão e Grupo Focal**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- ALUNOS**

Prezado (a) participante:

Sou aluna do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, na área de concentração “Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica” do Mestrado Profissional. Estou realizando uma pesquisa sob a orientação do Prof. Dr. Bernardo Kipnis, cujo objetivo é analisar o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG quanto à metodologia de implementação e suas implicações.

Desta forma, gostaria de convidá-lo(a) a colaborar de forma voluntária com esta pesquisa. Para isso, foi criado um questionário eletrônico com perguntas específicas sobre o assunto. Se decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Os resultados desta pesquisa serão publicados, mas sua privacidade será respeitada, pois sua identidade será mantida em sigilo. O questionário é TOTALMENTE ANÔNIMO.

Mesmo não tendo benefícios diretos ou quaisquer vantagens financeiras em participar da pesquisa, indiretamente, você estará contribuindo para a compreensão do assunto estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora, Jacqueline Alves de Jesus, fone: (38) 99191-6108 e-mail Jacquelineaj@gmail.com ou pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação – FE/UnB, Mestrado Profissional, no Fone: (61) 3107-6194.

Deste já agradecemos sua colaboração.

---

( ) Certifico haver lido o conteúdo acima descrito e compreender que os dados serão mantidos em sigilo e que estou participando voluntariamente. Pela presente, dou meu consentimento para participar do estudo e para a publicação dos resultados.

\_\_\_\_\_ MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Assinatura da participante

---

Jacqueline Alves de Jesus – Pesquisadora responsável

## Grupo focal

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- Gestão e Grupo Focal

Prezado (a) participante:

Sou aluna do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB, na área de concentração “Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica” do Mestrado Profissional. Estou realizando uma pesquisa sob a orientação do Prof. Dr. Bernardo Kipnis, cujo objetivo é analisar o Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG quanto à metodologia de implementação e suas implicações.

Desta forma, gostaríamos de contar com a sua colaboração, por meio da participação no grupo focal. Trata-se de um ato voluntário, no qual você tem total liberdade para expressar o que pensa sobre o tema em debate. Neste sentido, pedimos que sinta-se à vontade para participar da maneira como achar melhor. Se decidir não participar ou quiser desistir de continuar, em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Para a presente pesquisa salienta-se a garantia do anonimato de todos os participantes. Assim, solicitamos sua autorização para gravação desse momento e para apresentar os resultados no estudo acima referido. Mesmo não tendo benefícios diretos ou qualquer vantagem financeira ao participar da pesquisa, indiretamente, você estará contribuindo para a compreensão do assunto estudado e para a produção de conhecimento.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora, Jacqueline Alves de Jesus, fone: (38) 99191-6108 e-mail [Jacqueline.alves@ifnmg.edu.br](mailto:Jacqueline.alves@ifnmg.edu.br) ou pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação – FE/UnB, do Mestrado Profissional, Prof. Dra. Olgamir Francisco de Carvalho, Fone: (61) 3107-6194.

Deste já agradecemos sua colaboração.

---

Certifico haver lido o conteúdo acima descrito e compreender que os dados serão mantidos em sigilo e que estou participando voluntariamente. Pela presente, dou meu consentimento para participar do estudo e para a publicação dos resultados.

\_\_\_\_\_MG, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Assinatura da participante

---

Jacqueline Alves de Jesus – Pesquisadora responsável

**ANEXO I: Questionário Socioeconômico-QSE 2015- Programa de Assistência Estudantil  
IFNMG Campus Pirapora**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE  
MINAS GERAIS  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO  
COORDENADORIA DE EXTENSÃO-CAMPUS PIRAPORA  
*Rua Humberto Mallard, 1355 – Bairro Santos Dumont, CEP: 39270-000***

**EDITAL Nº 04/2015 DE 06 DE MARÇO DE 2015  
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - ANO 2015**

**ANEXO V  
QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO**

**RENOVAÇÃO ( ) NÃO ( ) SIM.  
MARQUE ABAIXO OS AUXÍLIOS QUE RECEBIA EM 2014.**

- ( ) Auxílio Moradia
- ( ) Auxílio Transporte Municipal
- ( ) Auxílio Transporte Intermunicipal
- ( ) Auxílio Alimentação I ( Integrado)
- ( ) Auxílio Alimentação II ( Concomitante/subsequente/superior)
- ( ) Auxílio Cópia e impressão

**PREENCHA AS LACUNAS ABAIXO DE ACORDO COM SUA PREFERÊNCIA, OS  
AUXÍLIOS DISPONÍVEIS, UTILIZANDO OS NÚMEROS 1, 2, 3 e 4. CONSIDERE QUE O  
NUMERO “1” SERÁ O AUXÍLIO QUE MAIS DESEJA RECEBER.**

- ( ) Auxílio Moradia
- ( ) Auxílio Transporte Municipal
- ( ) Auxílio Transporte Intermunicipal
- ( ) Auxílio Alimentação I ( Integrado)
- ( ) Auxílio Alimentação II ( Concomitante/subsequente/superior)
- ( ) Auxílio Cópia e impressão

**QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO FAMILIAR**

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Curso/Turma \_\_\_\_\_ E-MAIL \_\_\_\_\_

Série: \_\_\_\_\_ Período: \_\_\_\_\_ Módulo \_\_\_\_\_

Data de nascimento \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ Sexo ( ) Feminino ( ) Masculino

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Cidade \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_ Nº de filhos: \_\_\_\_\_

Descendência? ( ) Amarelo ( ) Branco ( ) Negro ( ) Pardo ( ) Indígena ( )  
)outra \_\_\_\_\_

Classificação do curso: ( ) Integral ( ) Somente um turno

Aluno com deficiência: 1-( )SIM 2-( )NÃO Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Possui doença crônica? 1- ( )SIM 2- ( )NÃO Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Deficiência na família: ( )SIM 2- ( )NÃO Se sim, qual? \_\_\_\_\_

Você ou algum membro de sua família faz uso de medicamento de uso contínuo?

( ) Sim ( ) Não

**Responda as próximas questões marcando apenas um X na opção que melhor se encaixa à sua situação:**

**Questão 1: Qual sua forma de acesso ao IFNMG?**

- ( ) Exame de seleção/Vestibular
- ( ) Transferência
- ( ) outros. Citar \_\_\_\_\_

**Questão 1.1:** Além do candidato, algum membro da família está concorrendo aos auxílios?

- ( ) Sim. Citar nome(s): \_\_\_\_\_
- ( ) Não.

**Questão 1.2:** Qual o número de dependência que você possui?

- ( ) 02 dependência
- ( ) mais de 02 dependências
- ( ) nenhuma dependência

**Questão 2: Você Concluiu o Ensino Fundamental em?**

- ( ) Em escola pública
- ( ) Parte em escola pública e parte em particular com bolsa
- ( ) Escola particular com bolsa
- ( ) Escola particular sem bolsa

**Questão 3: Você Concluiu o Ensino Médio em?**

- ( ) Em escola pública
- ( ) Parte em escola pública e parte em particular com bolsa
- ( ) Escola particular com bolsa
- ( ) Escola particular sem bolsa
- ( ) Somente Concluiu o ensino fundamental

**Questão 4: Você já trabalhou em algum momento da sua vida?**

- ( ) Sim Qual o salário mensal R\$ \_\_\_\_\_

Com Carteira de Trabalho assinada? ( ) Sim ( ) Não  
( ) Nunca trabalhei.

**Questão 5: Qual a sua condição de manutenção?**

- ( ) Eu me sustento  
( ) Sustentado pelos meus pais  
( ) Sustentado por somente um dos pais. Qual? \_\_\_\_\_  
( ) Sustentado por avô/avó  
( ) Sustentado por outros parentes. Qual parentesco? \_\_\_\_\_  
( ) Outros meios. Qual? \_\_\_\_\_

**Questão 6: No momento, você mora?**

- ( ) Sozinho  
( ) Com os pais  
( ) Com os avós  
( ) Com somente um dos pais  
( ) Em casa de familiares/amigos  
( ) República ( ) Pensão  
( ) Com esposo(a) e/ou filhos  
( ) Outro \_\_\_\_\_ No caso de NÃO residir com a família e possuir despesas extras com moradia, favor revelar o valor gasto: \_\_\_\_\_

**Questão 7: Quem é (são) responsável(is) pela manutenção financeira de sua família?**

- ( ) Meus pais  
( ) Somente um dos pais. Qual? \_\_\_\_\_  
( ) Avô/Avó  
( ) Outros parentes. Qual parentesco? \_\_\_\_\_  
( ) Responsável pelo próprio sustento.  
( ) Outros meios. Qual? \_\_\_\_\_

**Questão 8: Quadro Familiar**

**Abaixo deverão ser lançados dados sobre sua família de origem. INCLUSIVE VOCÊ.**

Membro da família (1º nome)	Idade	Escolaridade	Parentesco	Profissão	Ocupação	Renda mensal (valor bruto mensal)
1.						
2.						
3.						
4.						
5.						
6.						
7.						
8.						
9.						
10.						
11.						
Renda bruta total da família: R\$:				Renda per capita: R\$:		

**Obs: Considera-se membro da família para efeito desse edital, como grupo familiar pessoas relacionadas pelos seguintes graus de parentesco (consideradas a partir do candidato): mãe, madrasta, pai, padrasto, cônjuge, companheiro(a), filho(a), enteado(a), irmão/irmã, avô/avó, os quais usufruam da mesma renda.**

**8.1: Renda per capita: Somando a sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda familiar?** (Considere a renda de todos que moram na sua casa de acordo com o quadro acima.)

- até R\$197,00 reais mensais  $\frac{1}{4}$
- de R\$ 198,00 a R\$ 394,00 reais mensais de  $\frac{1}{4}$  a  $\frac{1}{2}$
- de R\$ 395,00 a R\$ 788,00 salário mínimo de  $\frac{1}{2}$  a 1
- de R\$ 789,00 a R\$ 1182,00 salário mínimo de 1 a  $\frac{3}{2}$
- superior a R\$ 1182,01 um salário mínimo e meio.
- Nenhuma renda

**8.2:OUTRAS RENDAS**

Aluguel(is) R\$ \_\_\_\_\_  
Pensão por morte R\$ \_\_\_\_\_  
Pensão alimentícia R\$ \_\_\_\_\_  
Ajuda de terceiros R\$ \_\_\_\_\_  
Outros. Qual? R\$ \_\_\_\_\_

**Questão 9.** Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais, tais como Bolsa Família, BPC, entre outros, ou possuem cadastramento único?

- Sim Qual? \_\_\_\_\_ Valor R\$: \_\_\_\_\_  Não  
Nº do Cadastro único: \_\_\_\_\_

**Questão 10. Sua família reside em imóvel:**

- Alugado. Valor do aluguel R\$ \_\_\_\_\_
- Próprio. Já quitado
- Próprio. Por herança
- Financiado. Valor da prestação? R\$ \_\_\_\_\_
- Empréstado ou cedido. Por quem \_\_\_\_\_
- Outra situação. Qual: \_\_\_\_\_

**Questão 10.1. Você reside?**  Zona Urbana  Zona Rural

**Questão 10.2. A sua família reside?**  Zona Urbana  Zona Rural

**Questão 10.3. Mudou-se em função do ingresso no IFNMG?**  Sim  Não

**Questão 11: Marque as características que melhor descrevem a casa da sua família:**

- Residência com acabamento
- Residência sem acabamento (sem reboco, pintura, piso, banheiros inacabados, etc.)
- Rede de Esgoto  Fossa  Banheiro  Chuveiro  Água  Luz
- COBERTURA:  Laje  Telha  Outros
- PISO:  Cimento  Taco  Cerâmica  Outros
- NÚMERO DE CÔMODOS: \_\_\_\_\_

**Questão 12: A família possui outros imóveis além do que habita? (Lotes, Terras, Sítios, Fazenda, Casa de Praia, Apartamentos, Salas, Barracões, etc.)**

- Não
- Terreno/Lote
- Ponto de Comércio de aluguel
- Casa/Apartamento
- Chácara/Sítio

( )Fazenda

**Questão 13. Em relação à casa de sua família, especificar a quantidade:**

( ) quartos ( ) automóvel ( ) televisão ( ) empregada mensalista ( ) geladeira ( ) computador ( )  
Máquina de lavar ( ) Banheiro ( ) Moto

**Questão 14. Despesas familiares**

1) Água	R\$:
2) Luz	R\$:
3) Telefone	R\$:
4) Condomínio	R\$:
5) Mensalidades escolares/faculdades	R\$:
6) Alimentação	R\$:
7) Saúde/Medicamentos	R\$:
8) Transporte	R\$:
9) Aluguel	R\$:
10) Financiamentos, consórcio	R\$:
11) Funcionários	R\$:
12) Outros	R\$:
13) Outros(especificar)	R\$:
14) Outros(especificar)	R\$:

**Questão 15: Despesa do estudante no *Campus***

1) Alimentação	R\$:
2) Trabalhos/Xerox	R\$:
3) Transporte (inclusive para viajar pra casa)	R\$:
4) Materiais escolares	R\$:
5) Outros (especificar)	R\$:
6) Outros (especificar)	R\$:

**Questão 16: Recebeu algum(s) auxílio(s) da Assistência Estudantil do IFNMG em 2014 (PROEJA, Mulheres Mil, PIBID, PIBEX) etc.?**

( ) Não ( ) Sim. Qual(is)? \_\_\_\_\_

**Questão 17: Sua Família possui transporte próprio?**

( ) Não ( ) Sim.

**Questão 18: Deslocamento diário de outro município / zona rural para o IFNMG?**

( ) Sim ( ) Não

**Se achar necessário descreva brevemente porque está pleiteando este benefício:**

---

---

---

---

---

---

---

